



Relatório de Administração e de Sustentabilidade **2016**



SUMÁRIO

01 Apresentação

02 Destaques 2016

04 Mensagem do Governo do Paraná

06 Mensagem da Administração

08 A Sanepar

12 Modelo de negócio

14 Governança corporativa

20 Gestão de riscos e controles internos

22 Sustentabilidade

24 Desempenho econômico e financeiro

34 Estratégia e gestão

36 Processos

46 Gestão ambiental

52 Clientes

53 Poder concedente

56 Consumidor final

60 Pessoas

60 Profissionais Sanepar

65 Responsabilidade socioambiental

68 Balanço social iBase

70 Sobre o relatório

73 Sumário de conteúdo GRI

77 Expediente

78 Demonstrações Contábeis

APRESENTAÇÃO

A Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar) apresenta o Relatório de Administração e Sustentabilidade 2016, que inclui as Demonstrações Contábeis e também, pelo segundo ano consecutivo, temas ligados à sustentabilidade. O documento, cujo objetivo é demonstrar como a Empresa tem atuado para assegurar a continuidade do negócio e a geração de valor à sociedade, reúne as principais estratégias e os principais resultados econômicos e socioambientais do período.

Nas páginas a seguir, estão os avanços e desafios de 2016 no conjunto dos nove temas considerados mais relevantes para a Companhia e seus públicos de relacionamento (*leia mais sobre essa priorização na página 23*). As informações estão distribuídas entre as quatro perspectivas do planejamento estratégico: Sustentabilidade, Processos, Clientes e Pessoas.

Além de ser uma importante ferramenta no processo de gestão, o relatório reafirma o compromisso da Sanepar com a transparência das informações prestadas a seus públicos estratégicos, contribuindo para a consolidação desse relacionamento.

DESTAQUES DE 2016

A Sanepar apresenta as principais conquistas de 2016 que estão diretamente relacionadas aos temas de maior relevância para a Companhia e seus públicos de relacionamento.

Tema material para a Sanepar	Destaques e números
Governança corporativa, transparência e combate à corrupção	Aperfeiçoamento das estruturas de governança corporativa com a criação do Comitê de Auditoria, Comitê de Indicação e Avaliação e da Assessoria de Governança Corporativa. Adoção de três membros independentes no Conselho de Administração, indicados pelo acionista minoritário. Constituição do Programa de Integridade, responsável por sistematizar medidas anticorrupção previstas na legislação (em elaboração). Saiba mais a partir da página 14.
Conformidade legal e relações com entidades regulatórias	Criação da primeira tarifa técnica da Companhia em ambiente regulado, prevista para 2017. Utilização do Sistema de Gestão Ambiental Corporativo (SGAC), que atua no atendimento aos requisitos legais relacionados à gestão ambiental. Saiba mais nas páginas 25 e 46.
Rentabilidade e equilíbrio econômico-financeiro	Aumento de 17% na receita operacional líquida em comparação com 2015. Crescimento de 31% no EBTIDA em comparação com 2015. Aumento de 43,0% no lucro líquido em comparação com 2015. Inovação e desenvolvimento de novos negócios. Saiba mais nas páginas 26, 27, 28 e 46.
Qualidade dos serviços	Índice de conformidade na distribuição de água de 99,87%. 83,5% dos clientes satisfeitos com os serviços prestados. Certificações internas baseadas nas normas ISO 14001 e ISO 31000; certificação externa ISO 14001 para o sistema de água e esgoto de Foz do Iguaçu e o aterro sanitário de Cianorte; e Certificação ISO 9001 para os sistemas de Curitiba (água) e Londrina (água e esgoto). Saiba mais nas páginas 46, 55 e 59.

Tema material para a Sanepar	Destaques e números
Eficiência operacional e melhoria da infraestrutura	Volume médio de perda de água de 33,7% (abaixo da média nacional de 36,7%). Atualização do parque de hidrômetros: média de 400 mil equipamentos/ano. Saiba mais a partir da página 37.
Redução dos impactos ambientais da operação e busca de eficiência energética	Constituição da CS Bioenergia para produção de energia elétrica a partir do lodo do esgoto na ETE Belém. Destinação de parte do lodo do esgoto à reciclagem agrícola para adubação. Execução do projeto-piloto para geração de energia a partir de biogás na ETE Ouro Verde, em Foz do Iguaçu. Saiba mais nas páginas 45, 48 e 49.
Gestão de recursos hídricos	Programa de Conservação de Mananciais para implementar a gestão compartilhada dos mananciais e garantir sua conservação. Coordenação do Grupo Gestor do Rio Iguaçu para revitalização do maior rio do estado do Paraná. Programa de Revitalização dos Rios Urbanos que impulsiona iniciativas de despoluição das águas. Saiba mais nas páginas 39 e 40.
Acesso à água e aos serviços de esgotamento sanitário	100% de cobertura no fornecimento de água tratada à população urbana da área de atendimento. Expansão da rede coletora de esgoto, de 31 mil km para 33 mil km. Conclusão da ampliação da ETE Atuba Sul e da primeira fase da ampliação da ETE Belém; investimentos para contratação das obras da Barragem do Miringuava. Saiba mais a partir da página 36.
Educação ambiental	Programa Se Ligue na Rede: conscientização sobre questões ambientais e de promoção da saúde às comunidades do entorno das obras de expansão da Sanepar. EcoExpresso: ônibus adaptado que percorre o Estado disseminando boas práticas de saneamento e conservação de água e temas como mudanças climáticas, desmatamento, gestão de resíduos e saúde. Projeto Se Ligue nessa Ideia: Sem Óleo na Rede: estímulo à correta segregação e ao reaproveitamento do óleo de cozinha entre empregados e comunidade. Saiba mais a partir da página 65.

MENSAGEM DO GOVERNO DO PARANÁ

A Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar) tem orgulho de apresentar os resultados aferidos em 2016, demonstrando que conseguiu mais uma vez a harmonia entre o atendimento das demandas sociais da população – prioridade absoluta da Companhia e deste governo – e as expectativas econômicas, mesmo com oscilações e incertezas.

O melhor dos resultados foi atender de forma eficiente os anseios dos cidadãos paranaenses de distribuição de água e de ampliação do saneamento básico. A Sanepar e este governo são movidos pela certeza de que o Estado existe para possibilitar melhor qualidade de vida e satisfação aos cidadãos. Por isso, justificam-se os investimentos contínuos em infraestrutura, capacitação e tecnologia, cumprindo, assim, um papel estratégico no processo de desenvolvimento socioeconômico do Paraná.

Saudável em todos os seus números, a Sanepar buscou também a parceria de investidores privados para robustecer seu atendimento aos paranaenses, especialmente nos investimentos que realiza em saneamento no litoral do Estado.

Sua imagem de credibilidade junto ao mercado nacional e internacional, respaldada por ações transparentes de gestão e otimização em processos internos, confirma sua referência mundial no setor. A Companhia, por exem-

plo, passou a integrar o nível 2 de governança da BM&FBovespa, segmento de listagem que reúne empresas com práticas de governança mais rígidas.

Jamais alcançaríamos tal expressividade sem o conhecimento e a dedicação de nossos empregados em todos os setores da Empresa. Os profissionais da Sanepar constituem atualmente um dos mais competentes quadros técnicos do país e a Companhia não mede esforços no seu aprimoramento profissional.

Com essa soma de conceitos foi possível chegar a 3.025.780 ligações de água em 2016 – índice de atendimento de 100% em todo o Paraná. Nos últimos cinco anos, houve uma evolução de 15% no número de ligações. Essa evolução segue a tendência de crescimento vegetativo, já que há cobertura total na área de atuação da Sanepar.

Com um total de 1.953.484 ligações de esgoto em 2016, houve uma expansão de 33,9% nos últimos cinco anos e um índice de atendimento de 69,1% nos 346 municípios onde a Sanepar atua no Estado. Cinco cidades paranaenses estão entre as 20 com melhor saneamento do país (Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Curitiba e Cascavel). Curitiba está à frente de todas as capitais. A Companhia continua ampliando o sistema de esgoto nos municípios que já contavam com esse serviço e promovendo a implantação dos sistemas em cidades que antes não tinham.

A Sanepar é a única companhia de saneamento do Brasil que trata 100% do esgoto coletado (a média nacional de coleta de esgoto é de 58,03%, e de tratamento é de 74,02%). O Laboratório de Saneamento da Sanepar, em Curitiba, é considerado o mais moderno da América Latina.

Nos últimos cinco anos, para melhorar os serviços por ela prestados, a Companhia investiu R\$ 4 bilhões, um volume expressivo também em termos históricos desde a sua criação, há 54 anos.

A Empresa tem o compromisso de usar com responsabilidade os recursos hídricos do Paraná. E sua funcionalidade e eficiência estão relacionadas ao uso racional da água distribuída e do esgoto que trata. Além de treinar os empregados para melhorar o desempenho operacional e de se aprimorar tecnologicamente, a Sanepar promove ações de educação socioambiental com foco na comunidade.

A parceria também é fundamental no relacionamento com as cidades, seja na execução das obras ou no apoio técnico da empresa para a elaboração dos planos municipais de saneamento básico, exigidos por lei.

Seguindo a orientação de nosso governo, as ações da Sanepar são norteadas pelo diálogo e pela transparência, em modelo de gestão guiado pela qualidade dos serviços da Companhia (com as ações de médio e longo prazo periodicamente redimensionadas, de acordo com as futuras demandas potenciais), que tem lhe proporcionado prêmios e certificações neste último quinquênio.

Por fim, repito o que é uma síntese do último quinquênio na Sanepar: o trabalho da Companhia nos revelou bons resultados, advindos de obras e serviços, atendimento de qualidade à população, inclusão social, preservação ambiental e desenvolvimento empresarial. E o melhor dessa síntese são os benefícios inegáveis e perceptíveis aos paranaenses. Para o bem de todos.

Beto Richa

Governador do Estado do Paraná



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Com o encerramento de mais um ano, é possível avaliar com clareza os avanços alcançados nas diferentes perspectivas do negócio. Em 2016, a Sanepar aprimorou processos operacionais e a forma de se relacionar com clientes, seguiu acreditando no potencial de seus profissionais e investindo em seu desenvolvimento, e manteve uma gestão pautada pela excelência, que assegurou a solidez financeira da Companhia.

Mesmo diante do cenário adverso, com a forte retração da atividade econômica no Brasil, teve continuidade a estratégia de investimentos, que somaram R\$ 742,4 milhões em 2016 e foram destinados a obras de expansão e de modernização tecnológica. Entre os destaques está a finalização da primeira etapa da ampliação da Estação de Tratamento de Esgoto Belém, que proporcionou melhorias operacionais, garantindo as condições necessárias para a execução da segunda fase da obra, que será licitada em 2017 e que, quando concluída, permitirá a ampliação em três vezes da capacidade de tratamento atual.

Tendo a inovação como propulsora do negócio, a Companhia também manteve a atenção voltada a alternativas economicamente viáveis e ambientalmente adequadas para aprimorar seus processos, caso da CS Bioenergia, unidade de biodigestão de alta tecnologia instalada na ETE Belém, que produzirá energia a partir do lodo de esgoto e de matéria orgânica. A produção de energia deverá se concretizar em 2017.

A sustentabilidade financeira ficou evidenciada nos resultados de 2016. O lucro líquido

cresceu 43,0% em comparação com 2015, chegando a R\$ 626,8 milhões. A receita operacional líquida foi 17% superior à registrada no ano anterior, influenciada pelo reajuste tarifário de 10,48% a partir de abril e também pela ampliação da base de clientes e do volume faturado. Foram 46 mil novos acessos aos serviços de fornecimento de água tratada e 94 mil aos serviços de coleta e tratamento de esgoto.

Ao longo do ano, a Sanepar seguiu direcionando esforços para estar apta ao ambiente regulado e apresentará, em 2017, a primeira tarifa dentro do novo marco regulatório do saneamento básico. Ao atuar com contratos de longo prazo e estar presente em aproximadamente 90% do Estado do Paraná, a Companhia entende a transparência nas relações com o órgão regulador e com o poder concedente (municípios) como elemento imprescindível para a continuidade do negócio. Todas as iniciativas adotadas ao longo do ano culminaram com o sucesso do Re-IPO, com a emissão de novas ações da Empresa e a alienação de ações dos acionistas que totalizou R\$ 1,98 bilhão. Isso só foi possível pelo reconhecimento como ótima Companhia que a Sanepar conquistou no mercado financeiro e por parte dos investidores.

A constante preocupação com a saúde e o bem-estar da população e com a qualidade dos serviços que presta se refletiu nos mais recentes índices de satisfação dos consumidores finais, como o que mensura a satisfação com os serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto, que aumentou de 77% para 83,5%.

Também foram aprimoradas as estruturas de governança corporativa e de *compliance*, atestando o nosso comprometimento com os mais altos padrões de ética e reforçando a transparência como valor transversal das atividades da Companhia. No que se refere a nossa atuação socioambiental, tiveram sequência as parcerias voltadas à proteção dos recursos hídricos e as iniciativas de educação ambiental.

Todas essas evoluções são fruto do apoio irrestrito do Governo do Estado do Paraná, sócio majoritário da Companhia, e do comprometimento de nossos empregados, que se dedicam diariamente à missão de prestar serviços de saneamento ambiental com qualidade e eficiência. Zelando por nosso capital humano, foram estruturados a Escola de Educação a Distância, que amplia as iniciativas de capacitação já disponibilizadas, e o Programa Equidade de Gênero, que visa garantir um ambiente de trabalho ainda mais equilibrado.

Em 2017, nosso modelo de gestão estará novamente focado nas iniciativas que visam controlar perdas, reduzir despesas com a aquisição de energia e aprimorar ainda mais a eficiência operacional e ambiental e a qualidade de nossos serviços, priorizando a geração de valor para os nossos públicos de relacionamento e a perenidade do negócio.

Mounir Chaowiche

Diretor-presidente da Sanepar



A SANEPAR

A Companhia presta serviços de saneamento básico a 345 cidades do Paraná e a 291 localidades de menor porte, além de Porto União, em Santa Catarina. Também opera três aterros sanitários que atendem sete municípios paranaenses.

Fundada na década de 1960, e hoje uma das maiores empresas em operação no Estado, a Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar) é uma sociedade de economia mista e de capital aberto, controlada pelo Estado do Paraná. A Empresa presta serviços de fornecimento de água tratada, coleta e tratamento de esgoto e gerenciamento de resíduos sólidos. ▶ G4-3, G4-4 e G4-7

A Companhia é responsável pela prestação de serviços de saneamento básico a 345 cidades do Paraná e a 291 localidades de menor porte, além de Porto União, município de Santa Catarina, e possui uma rede de 84,6 mil quilômetros de tubulações utilizadas para captação, distribuição de água potável, coleta do esgoto e lançamento do efluente tratado. No segmento de resíduos sólidos, opera aterros sanitários em Apucarana, Cornélio Procopio e Cianorte – esse último atende também os municípios de São Tomé, Terra Boa, Guaporema e Indianópolis. ▶ G4-6





Em 2016, a Sanepar ultrapassou 3 milhões de ligações de água e 1,9 milhão de ligações de esgoto.

Com sede na capital Curitiba (PR) e uma força de trabalho composta por mais de 7 mil empregados, a Sanepar é referência no País em saneamento básico. Oferece uma rede universalizada de abastecimento de água em todos os municípios que atende. No segmento Esgoto, atinge o índice de tratamento de 100% do esgoto coletado antes de lançá-lo aos corpos hídricos. ▶ G4-5

Os investimentos para manter a atuação de excelência são constantes. Somente em 2016 destinou R\$ 742,4 milhões a obras de atualização tecnológica, melhoria e expansão das atividades do complexo operacional Sanepar – composto de Estações de Tratamento de Água (ETA), poços, reservatórios de água, Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) e outros ativos –, que se revertem em ganhos financeiros e ambientais para a Companhia e toda a sociedade. Também implantou 46 mil novas ligações de água e 94 mil ligações de esgoto.

A Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 626,8 milhões em 2016, aumento de 43,0% em comparação com 2015, fato que atesta sua solidez e capacidade de gerar valor. A Sanepar detém, ainda, 40% de participação acionária na CS Bioenergia S.A., sociedade de propósito específico constituída com a Cattalini Bioenergia para explorar a produção de energia a partir do lodo de esgoto, na unidade de biodigestão localizada ao lado da ETE Belém, em Curitiba. As atividades da CS Bioenergia atenderão à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), atuando nos eixos de não geração/redução, reutilização, tratamento e disposição de resíduos.

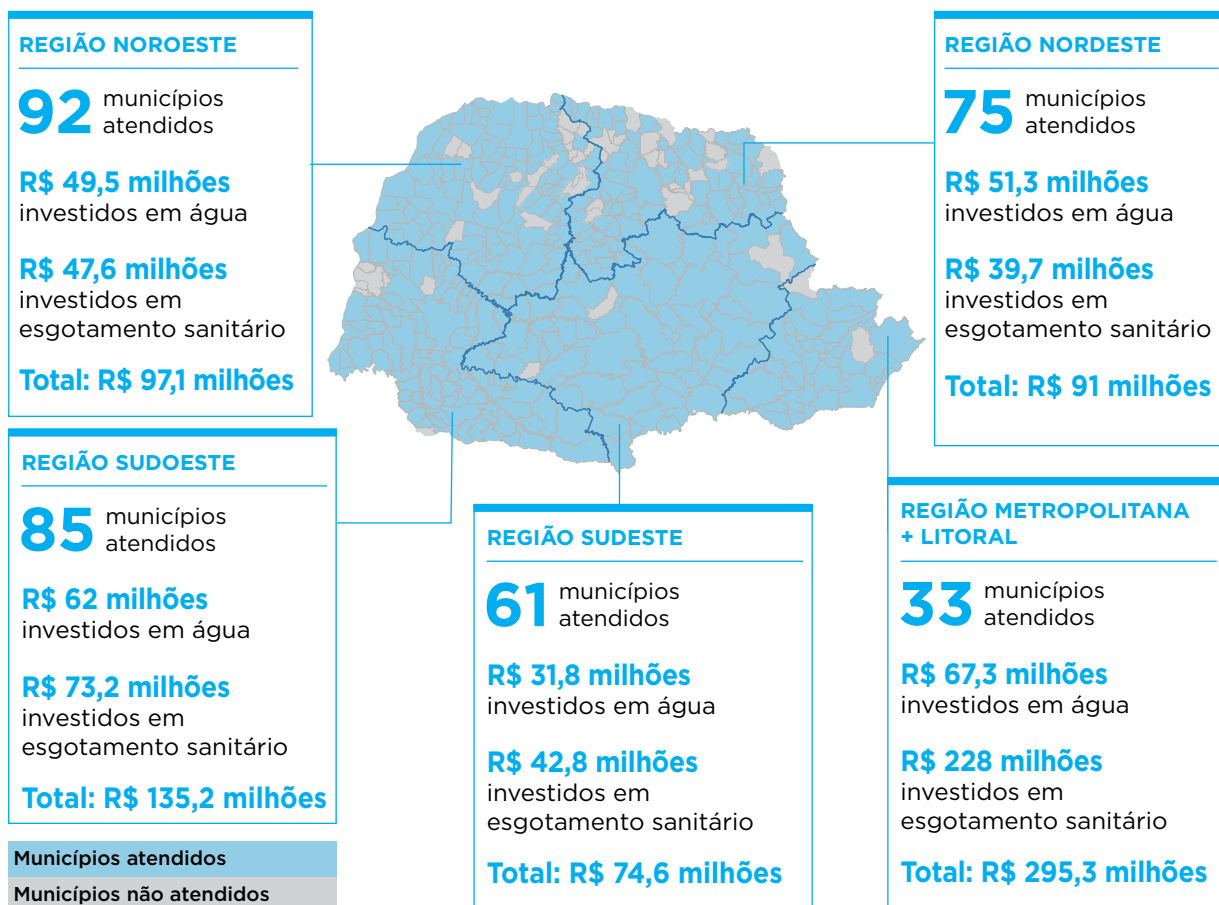


CONTEXTO OPERACIONAL

Segundo dados do Plano Estadual de Recursos Hídricos, a disponibilidade hídrica do Paraná é de 1.153.170 l/s, volume amplamente superior à demanda, estimada em 51.364 l/s. O ponto de maior atenção está na Região Metropolitana de Curitiba. Ainda assim, a proporção é considerada confortável, com a demanda alcançando cerca de 23% da disponibilidade total do Sistema de Abastecimento de Água Integrado de Curitiba e Região Metropolitana (Saic).

Mesmo no contexto favorável, que inclui os bons regimes de chuvas nos últimos anos e uma estrutura de captação diversificada, a Sanepar investe no planejamento de longo prazo, na excelência da gestão e na qualidade para garantir a estabilidade dos serviços diante de riscos futuros de estiagem e do aumento gradativo da demanda. A Sanepar também vem expandindo os serviços de coleta e tratamento de esgoto, viabilizando o lançamento do efluente tratado e reduzindo os impactos nos corpos d'água.

LOCAIS DE ATUAÇÃO E DE INVESTIMENTOS ▶ G4-8 e G4-9



ATUAÇÃO EM DESTAQUE

Em 2016, a Sanepar foi mais uma vez reconhecida por sua gestão focada em eficiência e resultados. No Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento (PNQS), promovido pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes) e considerado a principal premiação do setor, a Companhia recebeu quatro troféus (*leia mais na página 35*).

No *ranking* Melhores & Maiores 2016 da revista *Exame*, foi a melhor colocada da região Sul no setor de saneamento com destaque nas categorias crescimento (3º lugar), liderança de mercado (4º), liquidez corrente (5º), rentabilidade (5º) e riqueza criada por empregado (8º).

Na lista das 300 Melhores Empresas do Brasil da revista *Época Negócios*, a Sanepar ficou

em segundo lugar na classificação do setor e em 89º na classificação geral.

A Empresa conquistou pela quarta vez o Troféu Transparência (*saiba mais no capítulo Governança Corporativa, na página 14*) e no prêmio Campeões de Inovação – categoria Serviços Públicos – foi classificada pela *Revista Amanhã* como uma das 50 melhores empresas do Sul do Brasil, por seu trabalho em inovação e pesquisa.

A Companhia ainda recebeu o Prêmio Lúcio Costa, concedido pela Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados, em função das iniciativas voltadas à melhoria das condições de vida dos cidadãos no que se refere ao acesso a saneamento.

MODELO DE NEGÓCIO

› G4-4 e G4-9

A representação a seguir demonstra como a Sanepar utiliza os diferentes capitais em suas operações e quais são as principais entregas à sociedade, conforme mapeamento baseado nas diretrizes de Relato Integrado do International Integrated Reporting Council (IIRC).

ALOCÇÃO DE RECURSOS E ACESSO AOS CAPITAIS

GERAÇÃO DE VALOR

VANTAGENS COMPETITIVAS



CAPITAL FINANCEIRO

Patrimônio líquido:

R\$ 4,8 bilhões.

Geração de caixa:

R\$ 1,1 bilhão.

GOVERNANÇA

Expertise de sócios privados e compromisso social do Estado do Paraná.

Riqueza em recursos hídricos.

Negócio previsível e resiliente, com base de clientes diversificada.

ESTRATÉGIA

Planejamento estratégico robusto, focando contratos de longo prazo e diversificação dos negócios.

Desempenho financeiro acima dos pares do setor.

Pagamento de dividendos e geração de caixa.

PRESENÇA E CAPILARIDADE

346 municípios atendidos.

Excelência operacional, com ações para aumento da eficiência.

INVESTIMENTOS

R\$ 742,4 milhões em 2016.

MEIO AMBIENTE

Gestão de impactos e preservação de corpos hídricos.

QUALIDADE

99,87% de conformidade na distribuição de água e mais de **77,8 mil** toneladas de carga poluidora removida ao ano nas ETEs.



CAPITAL NATURAL

Disponibilidade hídrica:

cerca de 1,2 milhão l/s.

Recursos energéticos:

2,6 milhões GJ em 2016.



CAPITAL HUMANO

7.344 empregados próprios.



CAPITAL INTELECTUAL

398,6 mil horas de treinamento realizadas.

R\$ 4,6 milhões investidos em pesquisa e desenvolvimento.



CAPITAL SOCIAL

88,1% dos clientes desejam que a Sanepar continue atuando em seus municípios.

Relacionamento com comunidades. Relações com o poder concedente (prefeituras municipais).

NEGÓCIOS**ABASTECIMENTO DE ÁGUA**

Foco estratégico:
manutenção e melhoria.

**ATIVOS
(CAPITAL FÍSICO)**

164 ETAs (Estações de Tratamento de Água).
1.037 POÇOS.
4 BARRAGENS.
3.025.780 LIGAÇÕES.
51.558 KM de rede de distribuição.

**ENTREGAS PARA A SOCIEDADE**

100%
DE COBERTURA.

3.735.242
de economias ativas.¹

ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Foco estratégico:
universalização,
monitoramento da qualidade
do serviço e menor impacto
ambiental possível.

239 ETEs (Estações de Tratamento de Esgoto).
1.953.484 LIGAÇÕES.
33.069 KM de rede coletora.



69,1% DE COBERTURA.
DE TRATAMENTO
DO ESGOTO
COLETADO.

100%
2.622.983
de economias ativas.¹

RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

Foco estratégico:
crescimento e
diversificação.

3 ATERROS
SANITÁRIOS.



100% DE TRATAMENTO
DOS RESÍDUOS
COLETADOS.

50,7 MIL TONELADAS
de resíduos tratados/ano.

¹ O termo economia ativa é usado para designar todo imóvel ou subdivisão de um imóvel que possui uma instalação privada ou de uso comum de serviços de água e/ou esgotamento sanitário cadastrado e faturado pela Sanepar.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Comprometida com as melhores diretrizes de gestão e conduta, a Sanepar trabalha continuamente para aprimorar práticas e processos e assegurar a evolução do negócio.



A Sanepar conta com uma gestão profissional consolidada, segue estritamente elevados critérios éticos e de conduta e prima pela transparência nas tomadas de decisão e pela equidade e respeito aos públicos de relacionamento.

Visando o aprimoramento contínuo, em 2016 a Companhia adotou uma série de medidas alinhadas aos requisitos do Nível 2 de governança do mercado de capitais. As iniciativas também asseguram a adequação à Lei n.º 13.303/2016, que regulamenta a atividade econômica das empresas públicas, sociedades de economista mista – caso da Sanepar – e subsidiárias.

Foi aprovada a criação do Comitê de Auditoria, do Comitê de Indicação

e Avaliação e da Assessoria de Governança Corporativa. A Empresa também passou a ter três membros independentes no Conselho de Administração, indicados pelo acionista minoritário.

O compromisso da Sanepar com as melhores diretrizes de gestão e conduta possibilitou a conquista do Troféu Transparência, que valoriza a qualidade e as boas práticas de governança das empresas na apresentação de seus dados contábeis. Essa é a quarta vez que a Companhia é reconhecida pela premiação, concedida pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac) em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi) e a Serasa Experian.



MISSÃO

Prestar serviços de saneamento ambiental de forma sustentável, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.

VISÃO

Ser uma empresa de excelência, comprometida com a universalização do saneamento ambiental.

VALORES ▶ G4-56

Responsabilidade
Inovação
Competência
Respeito
Comprometimento
Profissionalismo
Transparência
Ética

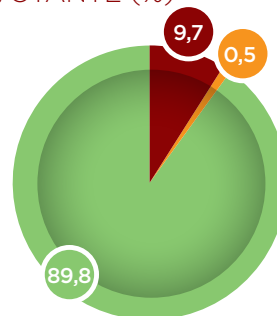
COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

A Sanepar está listada no Nível 2 de governança corporativa na BM&FBovespa, o que impulsiona a adoção voluntária de boas práticas de governança e comunicação com investidores e o mercado.

A Empresa é controlada pelo Estado do Paraná, que detém 29,9% do capital total e 89,8% do capital votante. A outra parte das ações pertence a acionistas minoritários. Hoje, o *free float* – ações negociadas livremente no mercado de capitais – é de 70,1%. Em dezembro, a Sanepar concluiu o processo de oferta pública de ações ao mercado, que movimentou aproximadamente R\$ 1,98 bilhão.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

CAPITAL VOTANTE (%)

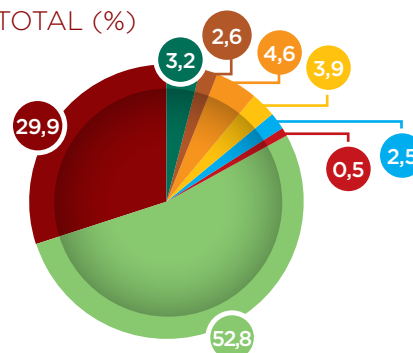


Estado do Paraná

Dominó Holdings S.A.¹

Outros

CAPITAL TOTAL (%)



Estado do Paraná

Dominó Holdings S.A.¹

Copel

FI Caixa FGP-PR

Morgan Stanley

Citigroup Venture

Prefeituras municipais

Outros

¹ A Dominó Holdings S.A. é formada pela Copel e pela Andrade Gutierrez Concessões.

ESTRUTURA DE TOMADA DE DECISÃO ▶ G4-34

O Conselho de Administração (CAD), responsável pela condução estratégica do negócio, é composto de nove membros efetivos, sendo necessariamente um eleito entre os empregados e 25% dos membros independentes, além de nove suplentes distribuídos de igual forma. Todos os membros têm direito a voto e são eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de dois anos, limitado a três reconduções consecutivas.

As reuniões do CAD ocorrem mensalmente, com possibilidade de convocações em caráter extraordinário. São atribuições do órgão: fixar orientações relativas aos negócios; elaborar políticas; realizar gestão de risco; definir o mapa estratégico; fiscalizar a atuação da Diretoria Executiva; selecionar auditores independentes; e homologar processos licitatórios e compras públicas acima do valor determinado pelo Estatuto Social da Empresa.

A Companhia também conta com o Comitê Técnico, órgão de assessoramento que apoia tecnicamente as tomadas de decisão do Conselho de Administração. Após a realização da Assembleia Geral Ordinária de 2017, serão implantados o Comitê de Auditoria Estatutário e o Comitê de Indicação e Avaliação, órgãos já aprovados na 105ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de novembro de 2016.

O Conselho Fiscal acompanha as práticas fiscais e contábeis da Companhia e a prestação de contas anual. É composto de cinco membros, sendo um deles indicado pelo acionista minoritário e outro pelo preferencialista. Os conselheiros são eleitos anualmente pela Assembleia Geral, limitado a duas reconduções consecutivas. O órgão é permanente e se reúne mensalmente.

Com a responsabilidade de executar a estratégia de negócio e as diretrizes gerais estabelecidas pelo CAD, a Diretoria Executiva é composta de nove membros plenamente aptos para exercer a função, com formação específica para o cargo e reputação ilibada. A Diretoria Executiva se reúne semanalmente e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo diretor-presidente ou por dois diretores.

ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS



2/3

Estado
do Paraná

1/3

Acionistas
minoritários

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Decisões tomadas pela maioria dos votos
9 membros



ESTADO DO PARANÁ

indica
5 membros



DOMINÓ HOLDINGS S.A.

indica
3 membros



EMPREGADOS SANEPAR

indicam
1 membro

COMITÊ DE AUDITORIA

3 membros



DIRETORIA EXECUTIVA

9 membros



ESTADO DO PARANÁ

Indica 6 membros



ACIONISTAS MINORITÁRIOS

Indicam 3 membros

CONSELHO FISCAL

Monitoramento e aprovação de contas
5 membros



ESTADO DO PARANÁ
indica
3 membros



DOMINÓ HOLDINGS S.A.
indica
1 membro



PREFERENCIALISTA
indica
1 membro

COMITÊ TÉCNICO

Análise do orçamento, empréstimo e financiamentos, destinação dos lucros e plano de negócios e investimentos
5 membros



ESTADO DO PARANÁ
indica
3 membros



DOMINÓ HOLDINGS S.A.
indica
2 membros

COMITÊ DE INDICAÇÃO E AVALIAÇÃO

3 membros

**Diretoria da Presidência**

Gabinete da Presidência

Diretoria Administrativa
Diretoria Comercial
Diretoria Financeira
Diretoria de Investimentos
Diretoria Jurídica
Diretoria de Meio Ambiente e Ação Social
Diretoria de Operações e Relações com Investidores

RELACIONAMENTO COM INVESTIDORES

Para aprimorar a comunicação e o relacionamento com os provedores de capital, são divulgados ao mercado informações trimestrais, comunicados, demonstrações contábeis anuais, fatos relevantes, cotação de ações e avisos gerais aos acionistas. Analistas de mercado, investidores e acionistas também contam com informações sobre atos referentes à regulação do setor e dados sobre a destinação de lucros da Sanepar. As informações estão disponíveis no *site* <http://www.sanepar.com.br/investidores>.

COMPLIANCE, ÉTICA E TRANSPARÊNCIA » G4-56

A Sanepar está comprometida com a conformidade e a ética e investe de forma permanente no aprimoramento de suas estruturas internas para assegurar os mais altos padrões na condução dos negócios. Em 2016, o Estatuto da Companhia foi revisado e incorporou diversas melhorias em governança, incluindo evoluções de *compliance*. A Empresa também começou a estruturar o Programa de Integridade, que sistematiza medidas anticorrupção previstas pela Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e detalhadas nos artigos 41 e seguintes do Decreto Federal nº 8.420/15. O programa vem sendo estruturado com base na legislação e em parâ-

metros de referência, como os manuais da Controladoria Geral da União (CGU) e do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). São diversas as ações em andamento, com previsão de avanços já em 2017. Entre elas, destacam-se:

- » planejamento para a elaboração da matriz de riscos institucionais, que orientará um sistema de gestão de riscos corporativos (*mais informações na página a seguir*);
- » revisão e melhoria do Código de Conduta e Integridade, que orienta empregados e parceiros de negócios sobre temas como relacionamento no ambiente

de trabalho e com diferentes públicos (fornecedores, concorrentes, poder concedente etc.), conflito de interesses, recebimentos de presentes e suborno;

- » aperfeiçoamento do relatório anual de controle interno, que reúne as ocorrências significativas da área.

As novas medidas acontecem em paralelo aos processos cotidianos da Empresa, com a disseminação de informações e a capacitação dos empregados por meio de treinamentos periódicos e de campanhas, além da auditoria de processos. Ao longo do ano, 750 empregados foram capacitados, ultrapassando mais de 3 mil horas de



treinamento. Todas as unidades da Sanepar passaram por avaliação de riscos, incluindo os de corrupção. Até novembro, foram realizadas 45 auditorias de gestão baseadas em risco e *compliance* e foram auditados contratos da ordem de R\$ 285 milhões. ▶ G4-SO3

A Ouvidoria recebeu sete denúncias de corrupção, porém não houve nenhum caso comprovado. Por cautela, as situações suspeitas foram encaminhadas aos órgãos responsáveis para investigação e tomada de providências. Também foram descadastrados preventivamente os fornecedores envolvidos em supostas irregularidades. ▶ G4-SO5

**TEMA
MATERIAL****Governança corporativa, transparência e combate à corrupção****EVOLUÇÕES DE GOVERNANÇA**

Em 2016, a Sanepar passou a ter três membros independentes no Conselho de Administração, indicados pelo acionista minoritário. Também aprovou a criação do Comitê de Auditoria, Comitê de Indicação e Avaliação e da Assessoria de Governança Corporativa.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

A Sanepar está aprimorando o Portal da Transparência, para permitir maior controle social das informações, e também o Canal de Denúncia, para facilitar o acesso anônimo aos denunciantes.

CONHECIMENTO COMPARTILHADO

Em 2016, a Sanepar foi uma das organizadoras do 11º Encontro Nacional de Auditoria Interna das Empresas de Saneamento e dos encontros bimestrais do Grupo de Auditores Internos do Paraná. As equipes também participaram de eventos relacionados a temas de auditoria, controles internos, *compliance* e gestão de riscos, como o 37º Congresso Brasileiro de Auditoria Interna (Conbrai) e as capacitações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.



GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A Companhia conduz a gestão sistemática dos riscos de modo segmentado, em que cada responsável pelo risco (*risk owner*) atua em sua gestão, especialmente os riscos que podem afetar os negócios, a geração de valor e o desempenho operacional e financeiro.

No final de 2015, foi instituída uma Comissão de Gestão de Riscos, com participação de representantes da área de Controles Internos, da Assessoria de Planejamento Estratégico e demais diretorias. Após a elaboração de um diagnóstico sobre os riscos corporativos, foi contratada uma consultoria para atuar na implantação do Sistema de Gestão de Riscos Corporativos e na definição da matriz de riscos institucionais (baseada nos eixos de probabilidade e impacto), ambas em andamento. O trabalho vem reforçando também o monitoramento dos cenários macroeconômico e setorial e dos aspectos relativos a leis e regulamentações.

Outro avanço de 2016 foi a implementação do Sistema de Gestão de Riscos Ambientais, com base na ISO 31.000, para identificar, classificar e tratar os riscos ambientais potenciais.

A gestão de riscos está alinhada às diretrizes do Modelo de Excelência de Gestão (MEG), da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ), importante balizador de melhores práticas que permitiu à Sanepar identificar e mitigar seus riscos, convertendo suas principais práticas e diretrizes em uma Política de Gestão de Riscos (atualmente em construção). Para 2017, pretende-se identificar de modo mais assertivo os componentes operacionais e estratégicos envolvidos em cada risco.

Em 2016, os principais riscos monitorados e as ações realizadas foram:



REGULAÇÃO DO SETOR

» **Natureza do risco**

Novas regras e mudanças da regulamentação já existente podem impactar os negócios e operações. Exemplos: Lei nº 11.445, de janeiro de 2007, marco regulatório do setor de saneamento; e as adequações metodológicas motivadas pelo regulador dos serviços de saneamento básico no Estado do Paraná.

» **Em 2016**

Avançou o processo de revisão tarifária (*saiba mais na página 25*), que deve culminar na primeira tarifa técnica em 2017. A área de Regulação da Sanepar vem se preparando para atuar em quaisquer alterações de cenário.

RENOVAÇÃO COM MUNICÍPIOS

» **Natureza do risco**

De caráter estratégico e associado à perenidade do negócio, a manutenção dos contratos de concessão e dos contratos de programa da Companhia está condicionada à manifestação de interesse dos municípios.

» **Em 2016:**

A Sanepar atuou ativamente na renovação das concessões – especialmente nos grandes municípios – mediante a celebração de contratos de programa, que têm prazo determinado de vigência com possibilidade de renovação (*leia mais no capítulo Clientes, a partir da página 52*).

PERDA DE FATURAMENTO

» **Natureza do risco**

Mesmo com níveis razoáveis de perdas de água, a Sanepar mo-

nitora os riscos de uma eventual insuficiência de capital para os investimentos em eficiência operacional e redução de perdas, com impacto no fluxo de caixa e nos resultados.

» **Em 2016:**

A Companhia investiu na aquisição e instalação de novos hidrômetros com desempenho superior e possibilidade de leitura de consumo a distância, no redimensionamento e padronização de ligações e na manutenção e renovação da rede. A Empresa também tem realizado o cadastramento de clientes e combatido fraudes e irregularidades, incluindo ligações clandestinas.

ENERGIA ELÉTRICA

» **Natureza do risco**

A energia elétrica representa parte significativa dos custos e despesas operacionais da Sanepar, 24% em 2016. Aumentos inesperados nos preços ou interrupções de fornecimento podem afetar negativamente os resultados operacionais e financeiros da Companhia. O principal fornecedor de energia elétrica da Empresa é a Copel, acionista minoritária da Sanepar e controlada pelo Estado do Paraná. A alteração desse fornecedor também pode causar efeito adverso no negócio.

» **Em 2016:**

O preço da energia elétrica se manteve em patamares elevados durante parte do ano. Para mitigar impactos financeiros decorrentes, a Companhia atuou no controle operacional de equipamentos em horários alternativos e bus-

cou controlar perdas. Com foco em fontes alternativas, está investindo na produção de energia a partir do lodo de esgoto (*saiba mais no capítulo Processos, na página 49*) na unidade de biodigestão CS Bioenergia S.A.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

» **Natureza do risco**

As mudanças climáticas podem contribuir para a ocorrência de eventos extremos – estiagem, chuvas torrenciais e outras situações – que podem afetar a capacidade de operação da Empresa, modificando também os níveis de investimento e, assim, comprometendo em diferentes medidas os resultados do negócio.

» **Em 2016:**

A parceria estratégica com o Estado do Paraná, controlador da Sanepar, viabiliza estudos e análises de prevenção. Além disso, a Sanepar mantém convênio com o Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres (Ceped) do Paraná para melhor compreender como mitigar perdas e danos associados a desastres climáticos – como os ocorridos em Maringá e Londrina e em outros municípios próximos no início de 2016, que afetaram o abastecimento da população em função dos danos estruturais causados.

Leia mais sobre esses e outros riscos monitorados pela Sanepar no Formulário de Referência 2016, disponível no site da Sanepar: <http://www.sanepar.com.br/investidores>

SUSTENTABILIDADE

Na Sanepar, a sustentabilidade é entendida e praticada de maneira cada vez mais integrada, considerando os aspectos financeiro e socioambiental. Atestam esse compromisso os resultados econômicos consistentes alcançados em 2016 e as práticas de cuidado com o meio ambiente e de transformação social.

A sustentabilidade é uma das perspectivas do planejamento estratégico da Sanepar e direciona seus esforços de geração de valor compartilhado para os públicos de relacionamento. Mais que um conceito, cada vez mais ela é praticada de maneira transversal na Companhia, e as tomadas de decisões consideram o aspecto econômico alinhado aos pilares ambiental e social. A Empresa persegue resultados financeiros consistentes, pois só assim será capaz de manter e ampliar o fornecimento de água potável de qualidade e a coleta e tratamento do esgoto de modo eficiente e responsável. Ao mesmo tempo, depende diretamente dos recursos hídricos e reconhece que o cuidado com o meio ambiente e com as pessoas é imprescindível para o crescimento e a perenidade da Companhia.

Tal visão é o que possibilita à Sanepar exercer sua missão de prestar serviços de saneamento ambiental de forma sustentável, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população.

Nas páginas a seguir, a Companhia apresenta os principais resultados que consolidam o desempenho financeiro de 2016, ou seja, a sustentabilidade econômica da Empresa e sua capacidade de gerar valor aos acionistas, aos empregados e à sociedade. Nos outros capítulos, estão compilados os avanços do ano nos temas que integram a esfera socioambiental – aqui considerando também o comprometimento com a ética e a transparência e com a excelência dos processos –, igualmente primordiais para o êxito do negócio.





PRIORIZAÇÃO DE TEMAS › G4-18

Em um processo contínuo de aperfeiçoamento da gestão e da comunicação da sustentabilidade, em 2015 a Sanepar assumiu o compromisso de sistematizar a definição dos temas (internos e externos) de maior impacto potencial ao negócio e que, portanto, devem ser acompanhados com ainda mais atenção por meio do monitoramento de indicadores relacionados.

Chamado de definição de materialidade, o processo foi realizado em 2016 e consistiu em três etapas, orientadas por padrões e metodologias de referência mundial. Na primeira, além do aprofundamento das diretrizes estratégicas da Companhia, foram analisados documentos regulatórios e boas práticas do setor de saneamento e observadas as tendências do processo de relato.

Em seguida, foi feita a consulta aos públicos de relacionamento: empregados, clientes, poder concedente, investidores/analistas de mercado, fornecedores, empresas do setor de saneamento e parceiros de responsabilidade social. No formato *online*, a pesquisa foi realizada entre os meses de setembro e outubro e envolveu 1.657 participantes. › G4-24, G4-25 e G4-26

Na etapa final, foram realizadas a validação e a priorização dos temas pela alta direção da

Empresa, de modo a assegurar o alinhamento e a aplicabilidade do processo à visão geral dos negócios. Dessa forma, os nove temas, apresentados a seguir, representam as prioridades da Sanepar na gestão cotidiana da sustentabilidade e direcionam os esforços de geração compartilhada para a Companhia e seus públicos estratégicos. São eles:

- » Governança corporativa, transparência e combate à corrupção
 - » Conformidade legal e relações com entidades regulatórias
 - » Rentabilidade e equilíbrio econômico-financeiro
 - » Qualidade dos serviços
 - » Eficiência operacional e melhoria da infraestrutura
 - » Redução dos impactos ambientais da operação e busca de eficiência energética
 - » Gestão de recursos hídricos
 - » Acesso à água e aos serviços de esgotamento sanitário
 - » Educação ambiental
- › G4-27

A conclusão do processo de materialidade permitiu que o Relatório de Administração e Sustentabilidade 2016 já fosse organizado utilizando como base a priorização realizada. Os temas mais relevantes são apresentados considerando a forma como a Sanepar os gerencia, suas interconexões com as atividades da Empresa e os principais resultados alcançados no ano.

DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

DESTAQUES

A recessão econômica brasileira persistiu ao longo de 2016, impactando os negócios da Companhia. Nesse contexto, a Administração intensificou seus esforços na gestão de custos e despesas, conduzindo suas estratégias com flexibilidade organizacional para responder de maneira ágil e eficiente às novas exigências do mercado e às mudanças conjunturais.

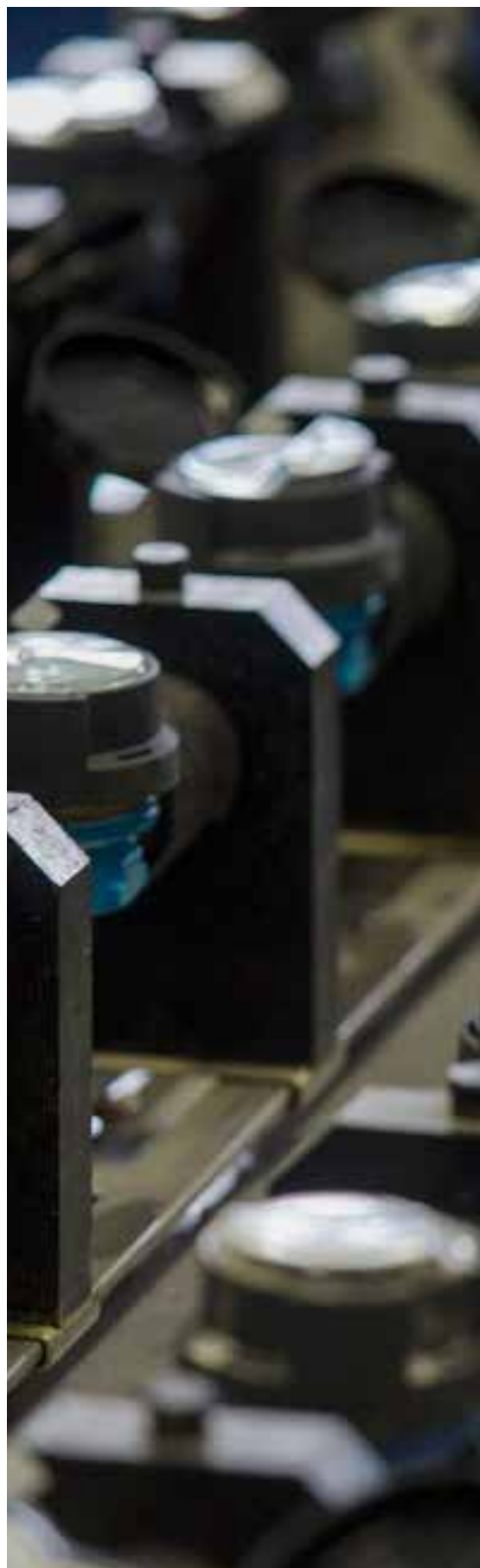
Destaca-se a resiliência e a previsibilidade de receita da Sanepar com contratos de longo prazo e base de clientes diversificada. Os contratos têm prazo médio de 20 anos, segundo o índice de *maturity* (prazo remanescente proporcional à participação da receita para os dez maiores contratos da Sanepar). A base de clientes é bastante pulverizada: 345 municípios e 291 distritos do Paraná e 1 município em Santa Catarina. Atualmente, 76,9% dos contratos têm vencimentos após 2027, 17,9% vencem até 2026 e apenas 5,2% dos contratos estão em processo de renovação por estarem vencidos.

Em 2016, a agência Fitch Ratings atribuiu pela primeira vez Rating Nacional de Longo Prazo – AA(bra) – à Sanepar, com perspectiva estável. Além da resiliência, o relatório da Fitch atribuiu a nota à sólida geração operacional de

caixa (CFFO) – testada em cenários econômicos diversos – combinada a uma estrutura de capital historicamente pouco alavancada e a adequados índices de eficiência operacional, entre outros aspectos. Já a agência Moody's, em fevereiro de 2016, rebaixou a nota de crédito da companhia de Ba1/Aa2 para Ba3/A2. Em julho de 2016, a referida agência revisitou o *rating* na escala nacional passando de A2 para A1.

Outra importante evolução do ano foi a implementação do planejamento financeiro com horizonte de 30 anos, aprimorando a visão de longo prazo. Também foram atualizadas as políticas de dividendos, caixa mínimo e gestão de riscos de tesouraria com o objetivo de incluir novos conceitos de governança e privilegiar o retorno ao acionista. Ainda é possível destacar uma gestão cada vez mais forte dos passivos atuariais, também chamados de benefícios pós-emprego.

Em dezembro de 2016, com a realização do Re-IPO, a Companhia passou a ofertar ações operando no nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBovespa, segmento especial de negociação de valores mobiliários. Assim, a Sanepar ingressou no segmento de listagem que reúne as empresas comprometidas com elevadas regras de governança corporativa.





DESAFIOS DA REGULAÇÃO

Desde 2013, a Sanepar trabalha para estar apta ao ambiente regulado e conta com uma área específica dedicada ao tema. Com o auxílio de uma consultoria especializada, a Companhia elaborou as metodologias de reajuste tarifário e de Revisão Tarifária Periódica (RTP), atualizou o Regulamento Geral dos Serviços e capacitou os empregados, além de realizar diversas atividades inerentes ao processo regulatório.

A Sanepar propõe um modelo voltado para o realinhamento econômico da tarifa, que inclui a atualização dos valores da base de ativos da Empresa. O objetivo é redefinir a base de remuneração regulatória, considerando também a real necessidade de investimento, para além da reposição das perdas com a inflação. A Sanepar acredita que esse aprimoramento do modelo tarifário proporcionará valores justos e adequados à tarifa para garantir a qualidade e o equilíbrio do sistema.

Em 2016, foram efetuados o levantamento e a avaliação da base de ativos da Companhia, que somam aproximadamente 300 mil itens. No primeiro trimestre de 2017 a atualização da tarifa será submetida ao órgão regulador. Essa deve ser a primeira tarifa da Sanepar dentro do marco regulatório do saneamento básico, com revisão prevista a cada quatro anos.

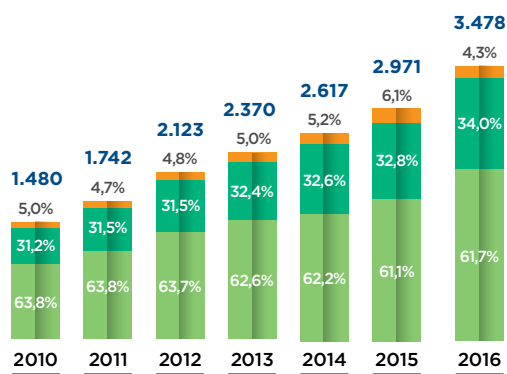


RECEITAS

A receita operacional líquida decorrente dos segmentos de negócios água, esgoto e resíduos sólidos apresentou crescimento de 17% em comparação com 2015, influenciado principalmente pelo reajuste tarifário de 10,48% aplicado às contas faturadas a partir de abril de 2016. Outros itens também justificaram o aumento da receita, como a ampliação de novos clientes, sendo 46 mil novos acessos ao serviço de fornecimento de água tratada e 94 mil aos serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário, além do aumento do volume faturado, de 0,8% em água e 4,1% em esgoto. A receita do negócio de resíduos sólidos está contemplada em Outras Receitas.

O índice de inadimplência cresceu em relação à média histórica da Companhia, impactado principalmente pelo crescimento das contas a receber do setor privado decorrente do cenário econômico nacional.

RECEITA LÍQUIDA (R\$ MILHÕES)



CAGR: 15,3%

Água

Esgoto

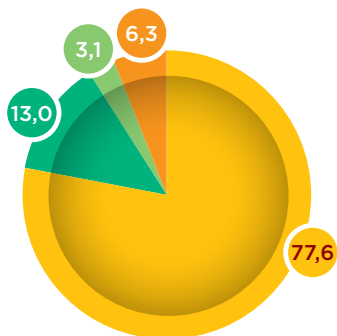
Outras

CAGR: taxa composta de crescimento anual.
Período 2010 a 2016.

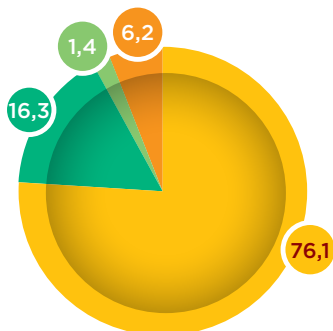
TEMA MATERIAL

COMPOSIÇÃO DA RECEITA 2016 (%)

ÁGUA



ESGOTO



Residencial

Comercial

Industrial

Poder público

ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA

2010	0,75%
2011	1,60%
2012	1,67%
2013	1,34%
2014	0,46%
2015	0,69%
2016	2,04%

Rentabilidade e equilíbrio econômico-financeiro; Acesso à água e aos serviços de esgotamento sanitário; e Conformidade legal e relações com entidades regulatórias.

Aumento de 17% na receita operacional líquida em comparação com 2015.

Crescimento de 31% no Ebtida em comparação com 2015.

Aumento de 43,0% no lucro líquido em comparação com 2015.

46 mil novos acessos ao serviço de fornecimento de água tratada e 94 mil aos serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário.

Apresentação da primeira tarifa técnica dentro do novo marco regulatório do saneamento básico, prevista para 2017.

EBITDA

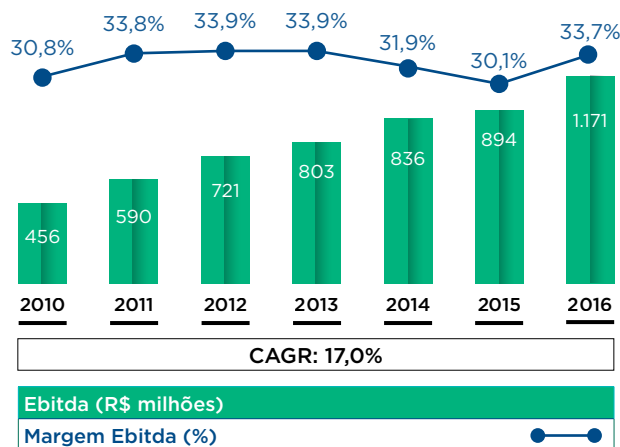
O Ebitda, que representa a geração de caixa operacional, atingiu R\$ 1.171,0 milhões em 2016 contra R\$ 894,0 milhões no ano anterior, resultando em uma evolução de 31%. A margem Ebitda também avançou 3,6 p.p., passando de 30,1% em 2015 para 33,7% em 2016.

O resultado positivo é decorrente do crescimento de 17% na receita operacional líquida, enquanto os custos e despesas tiveram aumento de 12,2%. O custo com energia elétrica, principal insumo da Companhia, manteve-se estável em relação ao exercício de 2015. No primeiro trimestre de 2016, a Sanepar implementou o Programa de Aposentadoria Incentivada (PAI), com a adesão de 236 empregados e impacto no resultado da Empresa de R\$ 53,2 milhões. O *payback* do programa será de aproximadamente nove meses.

EBITDA¹ (R\$ MIL)				
DESCRIÇÃO	2014	2015	2016	Δ%
Lucro líquido do exercício	421.586	438.444	626.847	43,0%
(+) Tributos sobre o lucro	129.608	101.870	162.738	59,8%
(+) Resultado financeiro	109.568	159.474	164.281	3,0%
(+) Depreciações e Amortizações	175.017	194.194	217.111	11,8%
(=) Ebitda	835.779	893.982	1.170.977	31,0%
Margem Ebitda	31,9%	30,1%	33,7%	3,6p.p.

1 A Companhia calcula o Ebitda conforme a instrução nº 527 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

EBITDA E MARGEM EBITDA

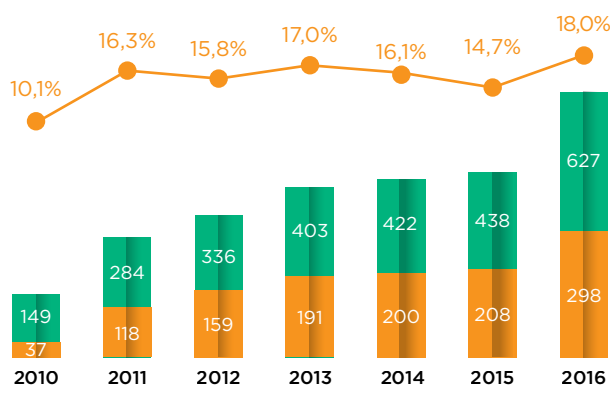


CAGR: percentual médio de crescimento do Ebitda entre 2010 e 2016.

LUCRO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

O lucro líquido da Sanepar cresceu 43,0% em relação ao ano anterior, apresentando um resultado de R\$ 626,8 milhões, ante R\$ 438,4 milhões em 2015. O resultado foi influenciado positivamente pela economia tributária em função do crédito aos acionistas de juros sobre o capital próprio em substituição aos dividendos, pelo aumento da receita e pela gestão de custos e despesas. A margem líquida foi de 18%, crescimento em relação a 2015, quando a Companhia apresentou margem líquida de 14,7%.

LUCRO LÍQUIDO, MARGEM LÍQUIDA E DIVIDENDOS PROPOSTOS



CAGR: 27,1%

Lucro líquido (em R\$ milhões)

Dividendos propostos (R\$ milhões)

Margem líquida

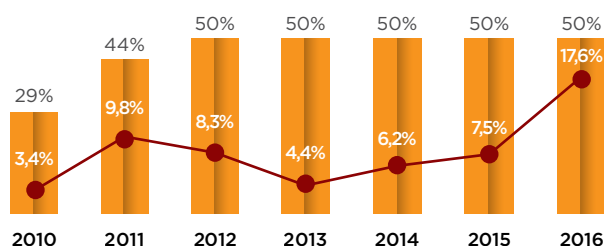
CAGR – percentual médio de crescimento de lucro líquido entre 2010 e 2016.

Os acionistas têm direito ao dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado líquido ajustado conforme determina a legislação societária. A política de dividendos da Companhia prevê a distribuição de 50% do lucro líquido a título de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos.

A administração da Companhia está propondo a distribuição de juros sobre o capital próprio e dividendos no valor de R\$ 297,6 milhões, referentes ao resultado de 2016. O pagamento ocorrerá em até 60 dias após a realização da Assembleia Geral Ordinária, que aprovará as contas do exercício de 2016.

O rendimento da ação aos acionistas foi de 17,6% em 2016, consideravelmente superior ao exercício anterior, quando o *dividend yield* foi de 7,5%.

PAY-OUT RATIO E DIVIDENDO YIELD



Pay-out¹

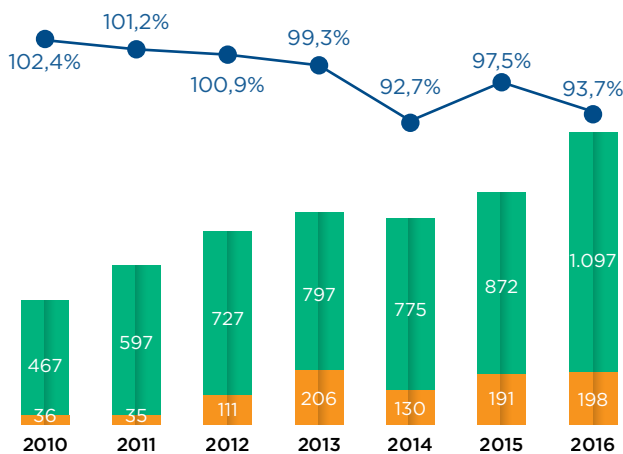
Dividendo yield²

¹ Pay-out: percentual de distribuição do lucro.

² Dividendo yield: evolução do lucro distribuído com relação ao ano anterior.

A geração de caixa operacional foi de R\$ 1.097 milhões em 2016, crescimento de 25,8% em relação ao ano anterior. No mesmo período, foi pago o montante de R\$ 198 milhões de dividendos e juros sobre o capital próprio, valor superior ao pago em 2015, de R\$ 191 milhões.

GERAÇÃO DE CAIXA OPERACIONAL, CONVERSÃO EBITDA E PAGAMENTO DE DIVIDENDOS



CAGR: 15,3%

Geração de caixa operacional (R\$ milhões)

Pagamento de dividendos no exercício (R\$ milhões)

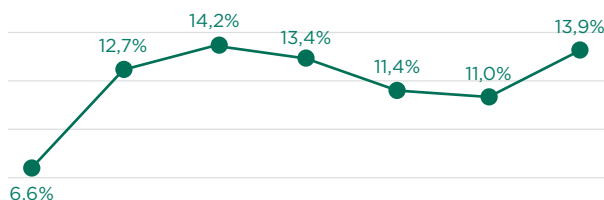
Conversão Ebitda em %

CAGR – percentual médio da geração de caixa operacional entre 2010 e 2016.

ENDIVIDAMENTO E RENTABILIDADE

A rentabilidade em relação ao patrimônio líquido apresentou crescimento no período, alcançando 13,9%, em 2016, contra 11% em 2015. O resultado foi impactado pelo aumento do lucro líquido da Companhia.

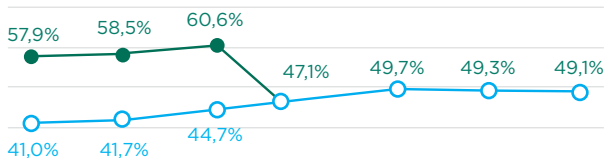
RENTABILIDADE SOBRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO (%)



2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016

A Companhia encerrou o exercício com ativos de R\$ 9,5 bilhões e dívida total de R\$ 4,6 bilhões. O Índice de Endividamento sobre o Ativo manteve-se estável, atingindo 49,1%. O Patrimônio Líquido ao final de 2016 foi de R\$ 4,8 bilhões.

ENDIVIDAMENTO SOBRE O ATIVO (%)



Com AFAC

Sem AFAC

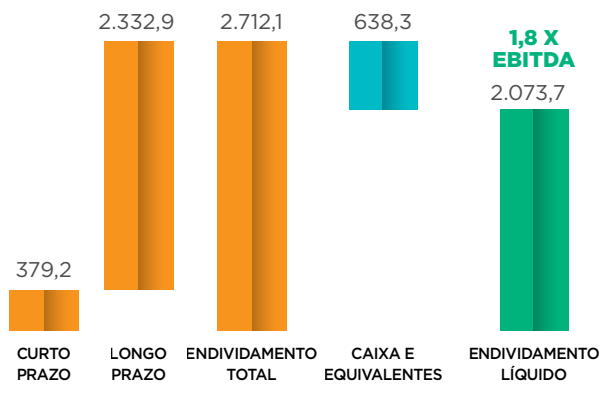
AFAC – adiantamento para futuro aumento de capital.

DÍVIDA LÍQUIDA E ALAVANCAGEM

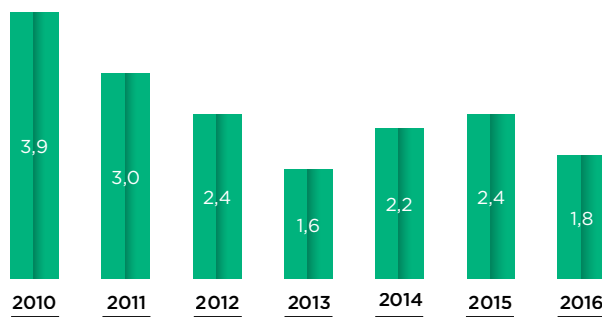
A Companhia apresentou uma dívida líquida de R\$ 2.073,7 milhões ao final do exercício de 2016. A Dívida Bancária Líquida *versus* o

Ebitda foi de 1,8 vezes. Com isso, a Companhia atendeu às obrigações contratuais (*covenant*) decorrentes de empréstimos, financiamentos e debêntures, que é de até 3 vezes.

DÍVIDA LÍQUIDA E ALAVANCAGEM¹ (R\$ milhões)



DÍVIDA LÍQUIDA/EBITDA¹



¹ Proporção entre a dívida líquida e o Ebitda.

¹ Razão entre dívida líquida e Ebitda.



MERCADO DE CAPITAIS

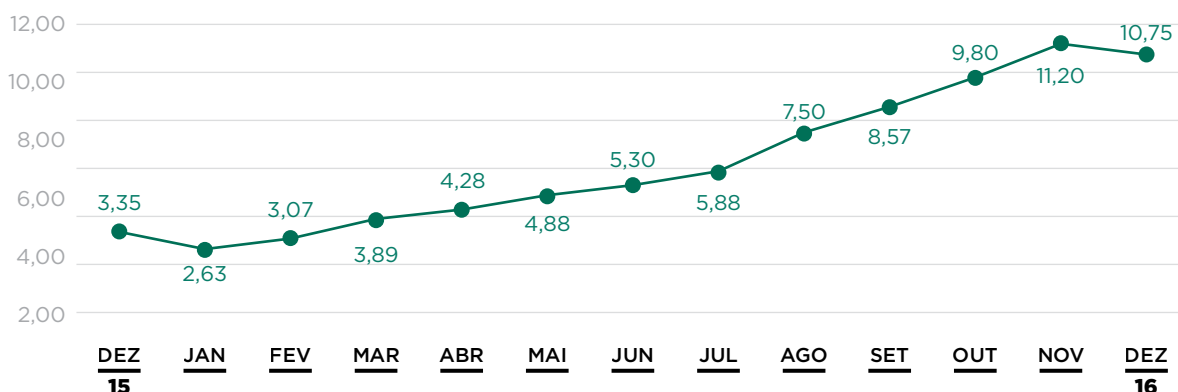
Em dezembro de 2016, a ação Preferencial Nominativa (PN) da Sanepar – SAPR4 – fechou em R\$ 10,75, ante a R\$ 3,35 em dezembro de 2015. A cotação das ações preferenciais da Sanepar (SAPR4) na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBovespa) encerrou o ano com variação positiva de

220,9%, ante a uma queda de 42,2% registrada no ano anterior.

O valor patrimonial de cada ação em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 9,55. Em 31 de dezembro de 2015 correspondia a R\$ 8,77.

O volume financeiro de negócios com ações da Sanepar em 2016 foi de R\$ 1.257,9 milhões, ante a R\$ 102,2 milhões em 2015.

COTAÇÃO DAS AÇÕES DA SANEPAR (SAPR4) EM R\$



MODELO REGULATÓRIO

A Companhia está divulgando pró-forma o balanço patrimonial e a demonstração do resultado no modelo regulatório, que contemplam os ajustes dos componentes não gerenciáveis da parcela A do modelo tarifário, que incluem energia elétrica, produtos químicos, taxas e encargos.

No exercício de 2016, por meio do reajuste tarifário, a Sanepar recuperou R\$ 101 milhões dos R\$ 131,9 milhões decorrentes dos componentes da parcela A do exercício de 2015. O ciclo tarifário para a recuperação desse valor na tarifa compreende o período de abril de 2016 a março de 2017, restando ainda recuperar em 31 de dezembro de 2016 o montante de R\$ 27,4 milhões, considerando também os componentes da parcela A do exercício de 2016.

A Base de Ativos Regulatória (BAR), que compreende o total dos ativos vinculados direta e indiretamente aos segmentos de água e de esgoto, foi reavaliada no valor líquido de R\$ 14,2 bilhões em dezembro de 2016.

As eventuais diferenças entre as informações apresentadas a seguir e as demonstrações financeiras devem ser analisadas considerando o contexto regulatório e não representam uma peça contábil obrigatória.

BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO (em R\$ mil)

	2015	2016
ATIVO		
Circulante		
Conta de compensação da Parcela A	131.928	27.400
Energia elétrica	122.096	693
Produtos químicos	7.454	8.682
Taxas e encargos	2.381	18.025
Outros ativos circulantes não afetados	738.383	1.307.240
Total do circulante	870.311	1.334.640
Não circulante		
Conta de compensação da Parcela A	-	-
Intangível e imobilizado, líquidos	6.891.643	7.330.661
Mais valia da BAR	-	5.191.985
Outros ativos não circulantes não afetados	614.649	816.218
Total do não circulante	7.506.292	13.338.864
TOTAL DO ATIVO	8.376.603	14.673.504
PASSIVO		
Circulante		
Conta de compensação Parcela A	-	-
Outros passivos circulantes não afetados	741.501	967.318
Total do circulante	741.501	967.318
Não circulante		
Conta de compensação Parcela A	-	-
Outros passivos não circulantes não afetados	3.322.867	3.678.128
Total do não circulante	3.322.867	3.678.128
Patrimônio líquido		
Capital social	2.597.360	2.847.664
Reservas	1.714.875	1.988.409
Mais valia da BAR	-	5.191.985
Total do patrimônio líquido	4.312.235	10.028.058
TOTAL DO PASSIVO	8.376.603	14.673.504

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO REGULATÓRIO (em R\$ mil) › G4-EC1		
	2015	2016
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	3.183.352	3.741.006
Água	1.944.616	2.309.458
Esgoto	1.044.242	1.270.631
Outras receitas	194.494	160.917
ENCARGOS PARCELA A	131.927	(104.527)
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(212.167)	(263.481)
Cofins/Pasep	(212.167)	(263.481)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	3.103.112	3.372.998
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - PARCELA A	(487.410)	(509.071)
Energia elétrica	(389.562)	(384.929)
Produtos químicos	(66.377)	(72.624)
Taxas e encargos	(31.471)	(51.518)
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS	2.615.702	2.863.927
% Sobre receita líquida	84,3%	84,9%
CUSTOS GERENCIÁVEIS - PARCELA B	(1.782.299)	(2.011.226)
Pessoal	(980.425)	(1.085.731)
Materiais	(62.765)	(67.176)
Serviços de terceiros	(475.086)	(509.974)
Gerais e tributáveis	(75.224)	(43.731)
Depreciações e amortizações	(194.194)	(217.111)
Outras despesas (receitas)	5.395	(87.503)
RESULTADO DA ATIVIDADE DE CONCESSÃO	833.403	852.701
% Sobre receita líquida	26,9%	25,3%
RESULTADO EXTRA CONCESSÃO	(161.161)	(167.643)
Receitas financeiras	51.999	80.526
Despesas financeiras	(211.473)	(244.807)
Resultado de equivalência patrimonial	(1.687)	(3.362)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IR E CSLL	672.242	685.058
% Sobre receita líquida	21,7%	20,3%
Imposto de Renda e contribuição social	(101.870)	(162.738)
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	570.372	522.320
% Sobre receita líquida	18,4%	15,5%
EBITDA	1.025.910	1.066.450
Margem Ebitda	33,1%	31,6%
EBIT	831.716	849.339
Margem Ebit	26,8%	25,2%

SERVIÇOS PRESTADOS POR AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia contratou a empresa Ernst & Young Auditores Independentes S/S para a execução dos serviços de auditoria independente das demonstrações contábeis do exercício 2016 e emissão dos relatórios de revisão especial sobre as informações trimestrais (ITRs) do 3º trimestre de 2016 e dos 1º e 2º trimestres de 2017. O presente contrato tem duração de 12 meses contados a partir de 15 de outubro de 2016.

Não foram executados pelos auditores independentes outros serviços que não os relacionados acima.



ESTRATÉGIA E GESTÃO

Alinhado às diretrizes institucionais e aos valores da Empresa (responsabilidade, inovação, competência, respeito, comprometimento, profissionalismo, transparência e ética), o planejamento estratégico da Sanepar se organiza nas perspectivas:

- » **Sustentabilidade:** busca da sustentabilidade econômico-financeira e socioambiental.
- » **Processos:** investimento no desenvolvimento institucional, melhoria da eficiência dos processos, busca pela excelência dos produtos e serviços e gestão ambiental adequada.

- » **Clientes:** manutenção e ampliação do mercado de atuação, universalização do saneamento, aumento da satisfação dos clientes e fortalecimento da imagem da Empresa.
- » **Pessoas:** evolução da gestão do conhecimento, aumento da satisfação das pessoas e atuação com responsabilidade socioambiental.

Elas guiam todas as áreas da Companhia na elaboração e execução dos planos de ação e orientam as iniciativas para gerar resultados que atendam aos desafios atuais e futuros, proporcionem o melhor desempenho e satisfaçam os usuários.

PLANO DE INVESTIMENTOS

Os investimentos de curto, médio e longo prazo da Sanepar são previstos no Plano Plurianual de Investimento (PPI), que inclui os projetos com fontes de recursos asseguradas, via financiamento ou orçamento da Empresa, e aqueles para os quais é necessária a captação de recurso.

Com uma visão de cinco anos, o PPI é elaborado a cada dois anos, considerando estudos técnicos preliminares, planos diretores de saneamento, diagnósticos operacionais e outras demandas dos sistemas de abastecimento das localidades, além de compromissos assumidos,

como as metas dos contratos de programa e contratos de concessão, e eventuais adequações para o cumprimento de exigências ambientais suplementares.

Em 2016, tiveram destaques os investimentos para a continuidade da contratação das obras do projeto da Barragem do Miringuava, que reforçará o sistema de barragens da Sanepar, e para a conclusão da primeira fase de ampliação da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Belém, que atende Curitiba e parte de São José dos Pinhais (*leia mais em Processos, na página 42*).

RECONHECIMENTO DA EXCELÊNCIA

A gestão focada em eficiência e resultados é uma das marcas da administração da Sanepar. Em 2016, quatro unidades se destacaram no Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento (PNQS), da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes), que reconhece as organizações de referência em excelência de gestão no setor de saneamento do Brasil. As gerências de Toledo e da Região Metropolitana de Curitiba e Litoral receberam o troféu Ouro Nível II, enquanto as gerências de Foz do Iguaçu e Cascavel foram premiadas com o troféu Prata Nível II.

A premiação reflete a aderência ao modelo de gestão adotado pela Companhia desde 1997 – Modelo de Excelência de Gestão® (MEG) –, metodologia de avaliação, autoavaliação e reconhecimento de boas práticas de gestão, desenvolvida pela Fundação Nacional da Qualidade (FNQ) e introduzida no setor pelo PNQS.

Utilizado pelas unidades da Empresa, o MEG estimula os empregados a buscarem resultados que mantenham a Sanepar sustentável e competitiva. Em 2016, a Empresa realizou um processo interno de avaliação, que partiu dos mesmos critérios adotados pelo PNQS e gerou um diagnóstico mais preciso sobre a qualidade da gestão em cada gerência, resultando em melhorias e aumentando o estímulo das unidades para atuar cada vez mais com excelência.

Paralelamente, a Companhia contratou uma consultoria para apresentar uma nova proposta de estrutura organizacional, visando obter uma gestão ainda mais focada em alcançar eficiência e resultados, racionalizar os processos e otimizar custos.



R\$4,6 milhões

investidos em projetos de pesquisa e desenvolvimento em 2016.

PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

A Sanepar investe constantemente em inovação. Por meio da Assessoria de Pesquisa e Desenvolvimento, ligada à Diretoria de Meio Ambiente e Ação Social, coordena mais de 80 iniciativas em busca de soluções tecnológicas sustentáveis e inovadoras vinculadas aos temas água, esgoto, resíduos sólidos urbanos, energia e gestão. A Companhia mantém o Centro de Tecnologias Sustentáveis e atua em parceria com centros de pesquisa e universidades do Brasil e do exterior (Alemanha, Holanda, México, Estados Unidos, Japão e Reino Unido, entre outros).

Utilizando benefícios fiscais da Lei do Bem, as iniciativas buscam aprimorar processos atuais, como os projetos de eficiência energética (*leia mais em Processos, na página 48*), e antecipar tendências, a exemplo do estudo sobre dessalinização da água do mar realizado em conjunto com pesquisadores da University of North Texas (Estados Unidos), da University College London (Reino Unido) e da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG, Brasil).

Para estimular a inovação, em 2016 a Companhia promoveu o Prêmio Inova Sanepar, exclusivo aos empregados, e o Prêmio Sanepar de Tecnologias Sustentáveis, aberto a pesquisadores de todo o Brasil. Os projetos estão reunidos em uma publicação recém-lançada pela Empresa. Saiba mais em <http://www.premio.sanepar.com.br>.



PROCESSOS

Diversas iniciativas para garantir a eficiência operacional e uma adequada gestão ambiental na Sanepar se revertem em serviços com cada vez mais qualidade para a população e em resultados positivos para a Companhia.

A eficiência operacional, perseguida diariamente pela Companhia, é um dos elementos-chave do modelo de atuação da Sanepar, que garante a qualidade do serviço prestado à população e a evolução do negócio, mesmo em um contexto de retração econômica, como o atual.

Por trás da excelência estão uma equipe continuamente capacitada, um plano de investimentos consis-

te que permite à Empresa executar obras de expansão e manutenção de sua rede, o comprometimento com a eficiência energética e a redução dos impactos socioambientais, além da atenção permanente voltada à inovação dos processos e à adoção de novas tecnologias.

A Companhia encerrou 2016 com 46 mil novos acessos ao serviço de fornecimento de água e 94 mil aos serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário.



PROCESSO ÁGUA

O primeiro compromisso da Sanepar é a universalização do serviço de abastecimento de água com qualidade para 100% da população urbana dos municípios em que atua, como ocorre desde 2008. Mesmo contando com a vantagem natural da alta disponibilidade hídrica do Paraná, a Companhia mantém um posicionamento rigoroso, focado no aprimoramento dos processos e na manutenção da excelência.

A eficiência em uma empresa do setor de saneamento pode ser mensurada pelo chamado Índice de Perdas por Ligação, que considera todo

o volume de água não faturado em função de vazamentos, submedições, fraudes e uso pelo Corpo de Bombeiros. Em 2016, o Índice de Perda por Ligação correspondeu a 233,1 litros por ligação por dia, número acima do registrado em 2015 – de 225,7 litros por ligação por dia –, mas positivo em relação à média nacional. Segundo o mais recente levantamento do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS 2015), o volume médio de perda de água no Brasil chega a 36,7%, sendo que na Sanepar o índice é de 33,7%.

AÇÕES DE MELHORIA

Para reduzir o índice de perdas, a Sanepar investe constantemente na atualização de seu parque de hidrômetros, composto por mais de 3 milhões de equipamentos instalados. Anualmente, são substituídos cerca de 400 mil aparelhos, o que garante uma vida útil média inferior a cinco anos, prazo em que os hidrômetros começam a apresentar erros de medição, ocasionando perdas. Em 2016, por meio de um programa piloto, foram instalados 7 mil hidrômetros de alta tecnologia em áreas residenciais de alto consumo em Curitiba e Londrina. Os aparelhos permitem a leitura do consumo a distância e têm vida útil média de 15 anos, evitando as submedições e minimizando custos com substituições.

Em 2016, a Companhia começou a utilizar em maior escala – nas novas instalações ou nos reparos da tubulação de água – um novo material chamado plástico polietileno de alta densidade, mais resistente e que diminui consideravelmente a ocorrência de vazamentos. A expectativa é que a substituição do material possa ser realizada gradativamente.

Os esforços para evitar perdas incluem, ainda, a atuação dos centros de controle operacional, que fazem o gerenciamento da pressão de água nas tubulações, as pesquisas de vazamentos *in loco* realizadas nos municípios e o trabalho eficiente e rápido da equipe de manutenção.



51.558 km

de rede de distribuição de água

164

Estações de Tratamento de Água (ETA)

1.037

poços

4

barragens

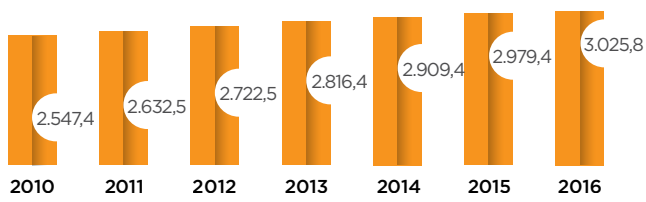
3.025.780

ligações

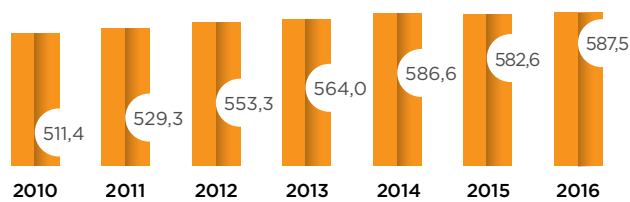
100%

de cobertura

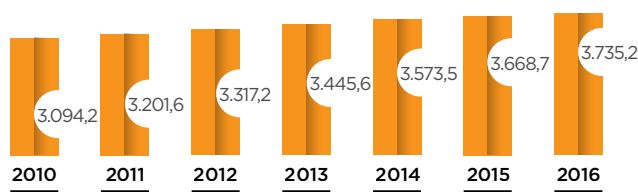
NÚMERO DE LIGAÇÕES | ÁGUA (em milhares)



VOLUME FATURADO | ÁGUA (em milhões de m³)



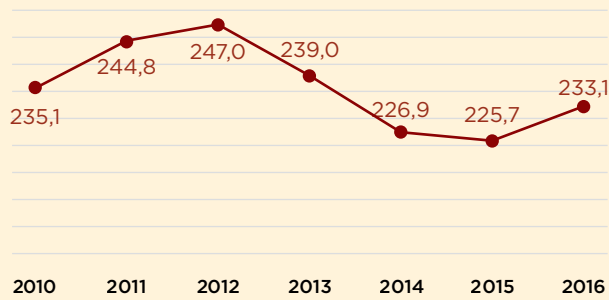
ECONOMIAS ATIVAS¹ | ÁGUA (em milhares)



¹ O termo economia ativa é usado para designar todo imóvel ou subdivisão de um imóvel que possui uma instalação privada ou de uso comum de serviços de água e/ou esgotamento sanitário cadastrado e faturado pela Sanepar.

PLANO DE ATENDIMENTO EFICAZ

No início de 2016, as regiões noroeste e nordeste do Paraná foram atingidas por fortes chuvas que comprometeram o sistema integrado da Sanepar e o abastecimento de água. Prontamente, as equipes das regionais de Maringá (noroeste) e Londrina (nordeste) se mobilizaram para executar um plano de contingenciamento, visando restabelecer o serviço o mais rápido possível e minimizar os prejuízos à população atingida. A partir dessa experiência, criou-se um plano preventivo para evitar que futuros desastres climáticos voltassem a afetar significativamente a estrutura operacional da Companhia e o atendimento aos usuários. O plano inclui melhorias nas instalações de captação, parceria com instituto meteorológico para emissão de alertas com maior antecedência e aproximação com imprensa e comunidade para informar sobre as ações de prevenção realizadas.

TEMA
MATERIAL**Eficiência operacional e melhoria da infraestrutura; e Gestão de recursos hídricos****ÍNDICE DE PERDAS POR LIGAÇÃO
(em litros/ligação/dia)**

Segundo o SNIS 2015, o volume médio de perda de água no Brasil chega a 36,7%. Na Sanepar, o índice é de 33,7%.

GRUPO GESTOR DO RIO IGUAÇU

A Sanepar coordena o Grupo Gestor do Rio Iguaçu, que visa articular iniciativas de revitalização, despoluição e preservação do maior rio do Estado, com 1.300 km de extensão e uma bacia de 70 mil km². O Rio Iguaçu, que nasce na Serra do Mar e desemboca no Rio Paraná, na fronteira de Brasil, Argentina e Paraguai, abarca 109 municípios e mais de 40% da população paranaense, incluindo grandes cidades, como Curitiba, Guarapuava, União da Vitória, Cascavel e Foz do Iguaçu.

CUIDADO COM OS RECURSOS HÍDRICOS

Para preservar os recursos hídricos – capital natural imprescindível –, a Companhia atua em parceria com o Estado do Paraná e com as administrações municipais na gestão das bacias dos mananciais, em um trabalho contínuo e de caráter preventivo. Uma dessas ações é o Programa de Conservação de Mananciais, que pretende implementar políticas e práticas para viabilizar a gestão compartilhada dos mananciais e sua conservação. A iniciativa envolve as prefeituras municipais e conta com a cooperação técnica da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e da Emater (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural).

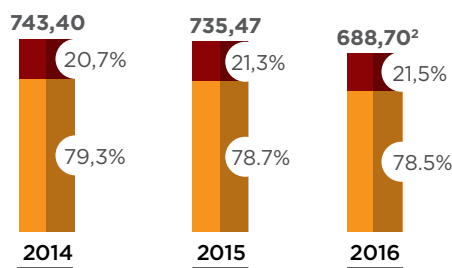
O programa engloba nove mananciais prioritários no Estado. Para a etapa piloto, foi eleita a microbacia hidrográfica do Rio Palmital, que abastece parcialmente a cidade de Colombo, na Região Metropolitana de Curitiba. Atualmente, está em elaboração o plano de conservação da microbacia, focado na qualidade da água, reposição de mata ciliar, manejo e conservação de solos, gerenciamento de resíduos sólidos, revisão da legislação e ações de educação socioambiental, entre outros temas.

REVITALIZAÇÃO DOS RIOS URBANOS

Outra iniciativa de preservação dos recursos hídricos é o Programa de Revitalização dos Rios Urbanos (PRRU), em que profissionais da Sanepar verificam o teor de oxigênio dissolvido em diferentes trechos de rios, córregos e galerias que cortam as cidades atendidas pela Empresa. A iniciativa confere agilidade na identificação de problemas e de pontos de lançamento de esgoto irregular, otimizando as operações de manutenção e reduzindo os impactos ambientais. O programa inclui, ainda, o monitoramento participativo, que capacita cidadãos das comunidades próximas para que eles comuniquem eventuais alterações nos corpos hídricos.

O programa já passou por 65 bacias hidrográficas da Grande Curitiba. Além dos resultados e análises produzidos, impulsionou iniciativas para a despoluição de parte do Rio Belém, dos rios Uvu, Bacacheri e Bacacheri Mirim e dos córregos Vila Izabel, Campo Comprido, Muller, Água Verde e Henri Ford.

CONSUMO DE ÁGUA¹, POR FONTE ▸ G4-EN8 (milhões m³)



Água subterrânea

Água superficial

¹ Total de água retirada nos processos de captação, conforme sistema de macromedicação. O cálculo considera o consumo informado nas faturas de energia elétrica referentes ao período de janeiro a dezembro de cada ano.

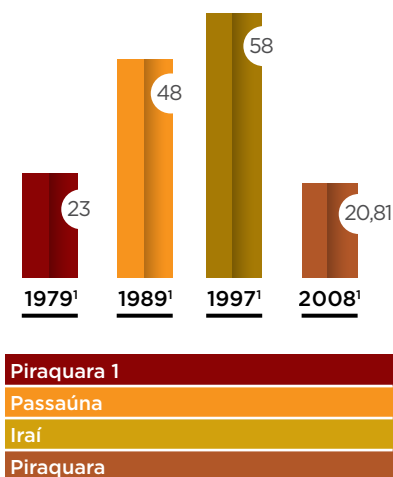
² Informação parcial. Até o fechamento desta publicação ainda não estavam disponíveis todas as informações relativas ao mês de dezembro.

SISTEMA DE BARRAGENS

A Sanepar possui quatro barragens para acumulação de água. Todas elas (Piraquara I, Piraquara II, Iraí e Passaúna) estão localizadas na Região Metropolitana de Curitiba e integram o Sistema de Abastecimento Integrado de Curitiba (Saic). O Plano Diretor de Água da região prevê a construção de mais duas barragens, Miringuava e Faxinal, para suprir a demanda futura de água pelos próximos 25 anos.

O monitoramento dos níveis de acumulação dos reservatórios é realizado continuamente a fim de garantir a plena capacidade de produção. O acompanhamento da integridade física do maciço ocorre de modo sistemático por meio de instrumentação, cumprindo um dos requisitos previstos na lei de segurança das barragens. Os relatórios completos, de acordo com as exigências legais, são entregues ao Instituto das Águas do Paraná anualmente.

SISTEMA INTEGRADO DE CURITIBA (Saic) (capacidade em milhões de m³)



¹ Ano de conclusão.

NOVA TECNOLOGIA NOS RESERVATÓRIOS DE ÁGUA

A Sanepar vem utilizando um sistema que emprega aço vitrificado nos reservatórios de água, ao invés de concreto. Entre as vantagens desse sistema, destacam-se: rapidez e facilidade de implantação, maior durabilidade, menor custo de manutenção e ainda pode ser transportado.



PROCESSO ESGOTO

Com foco no aprimoramento dos serviços diretamente relacionados à saúde e à qualidade de vida dos cidadãos, a Sanepar investe de forma contínua na ampliação e na modernização do sistema de coleta e tratamento de esgoto.

De 2015 para 2016, a rede coletora passou de 31 mil km de extensão para 33,06 mil km (aumento de 6%) e avançou com as obras de médio e grande porte programadas. Um destaque foi a conclusão da primeira fase da ampliação da Estação de Tratamento de Esgoto Belém, com investimento de R\$ 45 milhões. A segunda etapa está prevista para 2017, com investimento projetado de R\$ 60 milhões. Ao final, a ETE Belém, que atende Curitiba e parte do município de São José dos Pinhais, triplicará a sua capacidade de coleta e de tratamento do esgoto, alcançando 2.520 l/s. Também na Região Metropolitana de Curitiba foi concluída a obra da ETE Atuba Sul, ampliando de 1.120 l/s para 1.680 l/s a capacidade de recepção e tratamento. Com a obra, o município de Colombo, localizado ao norte da região metropolitana, passa a ser atendido.

No litoral, tem sequência a implantação do sistema de esgotamento sanitário de Pontal do Paraná e Matinhos, com 25 mil novas ligações de esgoto. As obras, com investimento de R\$ 252 milhões e cronograma de execução até 2019, visam garantir níveis adequados de balneabilidade das praias. O índice de coleta e tratamento de esgoto em Matinhos deve alcançar 85% - atualmente chega a 54,03%. Em Pontal do Paraná passará de 26,98% para 75%.



33.069 km

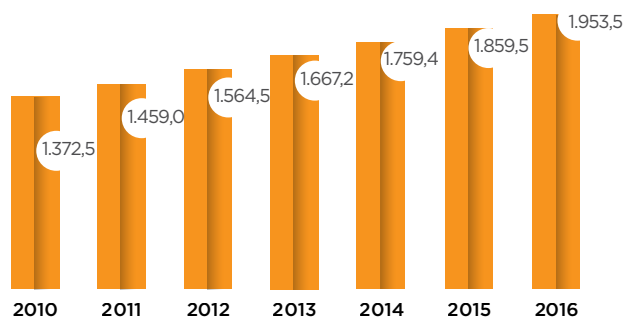
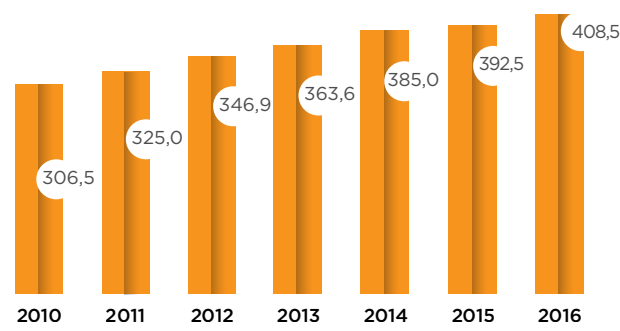
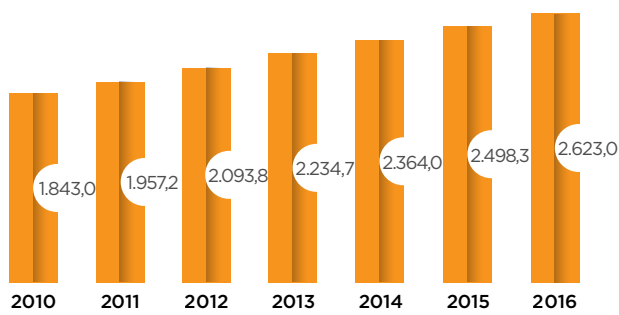
de rede coletora

239Estações de
Tratamento de
Esgoto (ETE)**1.953.484**

ligações

69,1%

de cobertura

100%de tratamento do
esgoto coletado**NÚMERO DE LIGAÇÕES | ESGOTO**
(em milhares)**VOLUME FATURADO | ESGOTO**
(em milhões de m³)**ECONOMIAS ATIVAS¹ | ESGOTO**
(em milhares)

¹ O termo economia ativa é usado para designar todo imóvel ou subdivisão de um imóvel que possui uma instalação privada ou de uso comum de serviços de água e/ou esgotamento sanitário cadastrado e faturado pela Sanepar.



CORTINA VERDE AO REDOR DAS ETES

Ao redor das estações de tratamento da Sanepar está sendo formada uma cortina verde com espécies de arbustos adaptados ao clima e solo locais. O objetivo é constituir um cinturão verde, capaz de promover a verticalização dos ventos que incidem sobre as áreas e diminuir a dispersão dos odores gerados durante o processo de tratamento do esgoto. Até setembro, foram plantadas mais de 17.500 mudas nas gerências regionais.

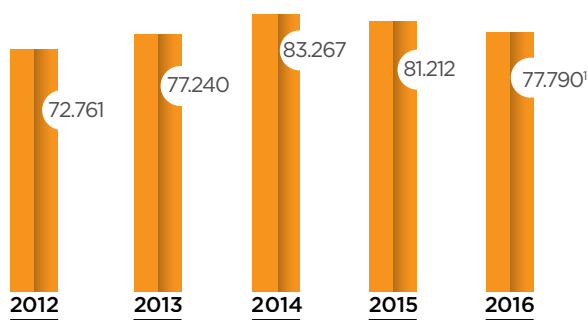
DESCARTE DE EFLUENTES

► G4-EN22

O efluente do processo Esgoto é descartado em corpos d'água após passar por diferentes tecnologias de tratamento. As estações visam remover a carga poluidora e o padrão utilizado para o descarte é o de concentração. Não há um limite fixo para o lançamento efetivamente realizado, uma vez que as outorgas consideram o estudo de diluição e limites específicos para cada estação, impossibilitando a definição de parâmetros de referência para dados agrupados.

Com o objetivo de avaliar sua contribuição real e os progressos em qualidade, a Sanepar não se limita a monitorar a carga poluidora descartada. Em 2016, mediu também a carga removida nos processos de tratamento. O indicador utilizado leva em conta os limites-padrão de todos os parâmetros avaliados e a carga orgânica medida conforme Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO).

CARGA ORGÂNICA REMOVIDA (t/ano)



¹ Valor estimado. Até o fechamento desta publicação não haviam sido finalizados os dados referentes ao volume tratado e DBO afluentes.

Nota: o cálculo se baseia nos volumes teóricos processados nas ETES, com base no total de ligações de esgoto e na geração média por ligação, acrescidos da vazão teórica de infiltrações nas redes coletoras. Foram consideradas as medidas de concentração anual média de DBO e as eficiências teóricas das estações, conforme estudo realizado pela Universidade de São Paulo (USP). Para os próximos anos, a Sanepar analisa a possibilidade de conferir maior precisão ao cálculo com a inclusão dos dados da eficiência real das ETES.



LODO NA AGRICULTURA

O lodo do esgoto é gerado durante o tratamento das águas residuárias nas Estações de Tratamento de Esgoto, e sua disposição final no Brasil ainda é realizada predominantemente em aterros sanitários, processo que, além de representar cerca de 60% do custo operacional de uma estação, gera impactos ao meio ambiente no que se refere ao manejo do lixo urbano, especialmente nas grandes cidades.

Fruto das pesquisas desenvolvidas pela Empresa em parceria com instituições do Brasil e do exterior, a Sanepar já consegue dar melhor destinação ao lodo produzido em suas Estações de Tratamento de Esgoto e encaminhar parte do resíduo à reciclagem agrícola, em atendimento à Política Nacional de Resíduos Sólidos, beneficiando diversas propriedades agrícolas do Estado. Em 2016, foram destinadas 25,4 mil toneladas de lodo higienizado a 36 agricultores para adubação de diferentes culturas em um total de 1.867 hectares.

O projeto foi reconhecido como boa prática de gestão sustentável dos recursos naturais por uma publicação especializada do Programa da Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma).

RESÍDUOS DE ETE 2016 ▶ G4-EN23		
Tipo	Destinação	(t)
Resíduos de tratamento preliminar (gradeamento ¹)	Aterro	9.036
Resíduos de tratamento preliminar (desarenador ²)	Aterro	22.854
Lodo	Aterro	45.471
	Destinação agrícola	25.422
TOTAL		102.783

¹ Resíduos sólidos grosseiros (lixo) removidos do gradeamento na chegada do esgoto à ETE.

² Resíduos sólidos sedimentáveis (areia) removidos do desarenador na chegada do esgoto à ETE.

PROCESSO RESÍDUOS SÓLIDOS

Em uma iniciativa de diversificação das fontes de receita, a Sanepar vem consolidando o negócio de gestão de resíduos sólidos urbanos, que complementa o ciclo do saneamento ambiental. Atualmente, a Companhia é responsável pela gestão de três aterros sanitários, em Apucarana, Cianorte e Cornélio Procópio. Todo o volume coletado é tratado e tem a destinação correta, como estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Em Apucarana, a Sanepar gerencia as etapas de recebimento, tratamento e disposição final dos resíduos. Em Cornélio Procópio, a atuação é mais complexa e envolve também as etapas prévias ao recebimento, de coleta, transporte e transbordo.

Primeiro aterro a ser gerido por uma companhia estadual de saneamento, o aterro de Cianorte atende, ainda, os municípios de São Tomé, Terra Boa, Guararema e Indianópolis. Esse também foi o primeiro aterro sanitário do Brasil operado por uma empresa estadual a obter a certificação ISO 14.001 de gestão ambiental.

DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS (t) ▶ G4-EN23	2016
ATERRO SANITÁRIO¹	49.321
Apucarana	22.363
Cianorte	19.820
Cornélio Procópio	7.138
RECICLAGEM	1.447
TOTAL	50.767

¹ Dados parciais. A unidade Apucarana ficou sem balança no período de 19 de janeiro a 14 de abril, e a de Cornélio Procópio, de 1º de janeiro a 10 de abril.

3

aterros sanitários

7

cidades atendidas

100%

de tratamento dos resíduos coletados

50,7 mil

toneladas de resíduos tratados/ano

GESTÃO AMBIENTAL

A gestão de seus processos em consonância com o uso sustentável dos recursos naturais e com a busca pela conformidade legal são premissas da Sanepar. A Companhia tem uma visão estratégica estruturada sobre o tema e persegue o uso equilibrado e eficiente desses recursos e a consequente preservação do meio ambiente. O assunto é tratado com transparência, integra as discussões da alta liderança e é alvo de esforço contínuo para conscientizar todos os profissionais sobre a importância das questões ambientais para a continuidade do negócio.

Contribui para isso o Sistema de Gestão Ambiental Corporativo (SGAC), implantado em 2014 e que atua no atendimento aos requisitos e normas legais, no estabelecimento de objetivos, metas e indicadores de monitoramento, na capacitação de profissionais e na melhoria dos controles internos relacionados à gestão ambiental.

Baseado nos requisitos da norma ISO 14001, foi implementado o processo de certificação interna, que atualmente engloba a Unidade Regional do Litoral, a Unidade de Serviço Eletromecânica Sudeste e todas as estações de tratamento e elevatórias de esgoto da Gerência Geral Região Sudoeste. Contam com a certificação externa pela norma 14001:2004 o sistema de água e de esgoto de Foz do Iguaçu e o aterro sanitário de Cianorte.

A Companhia saiu à frente de seus pares do setor ao adotar o Sistema de Gestão de Riscos Ambientais, baseado na ISO 31000 e que permite identificar, classificar e tratar riscos ambientais com potencial de causar emergências. Contam com certificação da auditoria interna o Sistema de Abastecimento Integrado de Curitiba (Saic), os sistemas de água e de esgoto de Londrina, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu e Cianorte e o aterro sanitário de Cianorte.

PRESENÇA EM FÓRUNS CONSULTIVOS E DELIBERATIVOS

A Sanepar participa de diversos órgãos colegiados com caráter consultivo ou deliberativo nos âmbitos municipal, estadual e federal, como conselhos, câmaras técnicas e comitês de bacia. Nesses fóruns, a Sanepar compartilha seu conhecimento com outros atores da sociedade (poder público, outras empresas, organizações não governamentais, instituições acadêmico-científicas e Ministério Público), tem a chance de se posicionar em discussões e deliberações importantes e ainda fica a par de informações novas e tendências que auxiliam a Empresa a aprimorar a gestão sustentável do negócio e a garantir a conformidade com as legislações pertinentes.

A Companhia integra, por exemplo, dez comitês de bacia, vinculados ao Instituto das Águas do Paraná: Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Iguaçu e Ribeira (Coaliar); Tibagi; Jordão; Paranapanema; Pirapó, Paranapanema III e IV (Piranapanema); Cinzas, Itararé, Paranapanema I e II (Norte Pioneiro); Paraná 3; Baixo Iguaçu; Baixo Ivaí e Paraná I; e Litorânea. Os órgãos promovem o debate entre diversos setores da sociedade sobre a água e a gestão eficaz dos recursos hídricos. Nos comitês, a Sanepar contribui diretamente para a elaboração de estudos técnicos e a implantação de novas políticas. ► G4-16

INVESTIMENTOS EM PROTEÇÃO AMBIENTAL ¹ (em R\$) ► G4-EN31	2015	2016
Educação socioambiental externa ²	3.641.293	4.285.815
Educação socioambiental interna ²	2.353.661	2.622.679
Programa de Revitalização de Rios Urbanos (PRRU) ³	314.501	272.060
Projeto Sinalização de mananciais ⁴	493.864	427.935
Pesquisa e desenvolvimento ⁵	4.311.110	4.628.142
Gestão de Gases de Efeito Estufa (GEE) ⁶	161.483	189.813
Gestão de reservatórios ⁷	845.563	566.524
Certificações ISO 14001 e ISO 31000 ⁸	1.152.349	998.515
TOTAL	13.298.217	13.991.487

¹ Considera despesas – incluindo pessoal, terceiros e viagens – referentes a iniciativas de proteção e conservação ambiental que ultrapassam a obrigatoriedade legal.

² As principais ações realizadas são descritas nas páginas 65, 66 e 67.

³ Mais sobre o PRRU na página 40.

⁴ Sinalização nas estradas em áreas de bacias hidrográficas utilizadas para abastecimento público. O objetivo é alertar os motoristas, principalmente os de cargas perigosas, sobre os perigos de contaminação dos cursos d'água em caso de acidentes ou vazamentos.

⁵ Projetos desenvolvidos pelo Centro de Tecnologias Sustentáveis. Linhas de pesquisa: Biogás, energias renováveis, lodo do processo água, lodo do processo esgoto, controle de odores, qualidade da água, processo de tratamento de esgoto, processo de tratamento de água, reuso de água.

⁶ Mais informações na página 50.

⁷ Mais informações na página 41.

⁸ Mais informações na página 46.

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Um dos grandes desafios ambientais das empresas de saneamento diz respeito ao consumo de energia. Na Sanepar, aproximadamente 91% de toda a energia consumida está direcionada às etapas de captação, tratamento e distribuição de água e, por isso, constitui o principal custo do negócio (*leia mais em Desempenho econômico e financeiro, na página 24*).

A Companhia investe em medidas para reduzir o consumo de energia, caso da diminuição das atividades operacionais em algumas estações de tratamento nos horários de pico, quando a tarifa de energia é mais cara. Além disso, faz a manutenção periódica das unidades operacionais, para identificar e reparar possíveis vazamentos, e acompanha permanentemente os contratos de energia.

As medidas tiveram efeito positivo com a redução da intensidade energética no processo Água em relação a 2015, e houve uma evolução no consumo inferior à expansão geral das atividades.

Outra iniciativa em andamento é a operação do sistema piloto para geração de energia elétrica a partir do biogás na ETE Ouro Verde, em Foz do Iguaçu, que poderá ser replicado a outras unidades no futuro. A Companhia também vem negociando uma linha de financiamento externo para investir na ampliação do sistema de esgoto e no tratamento do lodo, impactando a eficiência energética e as emissões de gases de efeito estufa.

A Sanepar realiza a aquisição de energia no mercado cativo e, portanto, a matriz energética da Companhia nesse item reflete a matriz energética nacional.

INTENSIDADE ENERGÉTICA ¹ G4-EN5	2014	2015	2016 ²
Processo Água (kWh/m ³ produzido)	0,847	0,849	0,840
Processo Esgoto (kWh/m ³ tratado)	0,163	0,171	0,180

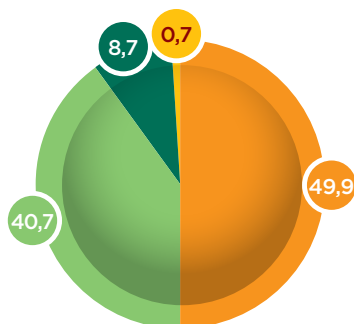
¹ Consumo de energia calculado com base nos totais indicados nas faturas de energia elétrica com vencimento de janeiro a dezembro de cada ano.

² Considera o consumo medido de janeiro a novembro (conforme nota 1), somado à estimativa de consumo no mês de dezembro, uma vez que os dados finais não estavam disponíveis no fechamento desta publicação.



TEMA
MATERIAL

CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (%)

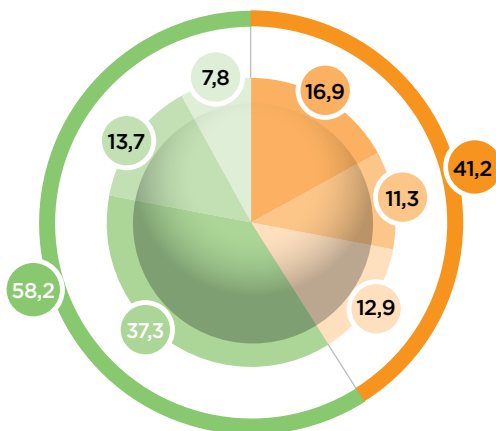


Processo Água (produção)

Processo Água (distribuição)

Processo Esgoto

Outras atividades

ENERGIA ELÉTRICA - FONTES¹ (%)

Renováveis

- Biomassa de cana

- Hidráulica

- Outras

Não renováveis

- Petróleo e derivados

- Gás natural

- Outras

¹ Com base no Balanço Energético Nacional (BEN) 2016, do Ministério de Minas e Energia.

Redução dos impactos ambientais da operação e busca de eficiência energética

CONSUMO DE ENERGIA (GJ) ↳ G4-EN3	2015	2016	Variação %
NÃO RENOVÁVEL	113.448	112.082	-1,2%
Gasolina	76.064	72.705	-4,4%
Gás Natural Veicular (GNV)	-	388	4,3%
Óleo diesel	37.384	38.991	4,3%
RENOVÁVEL (etanol)	10.962	16.801	53,3%
ENERGIA ELÉTRICA ¹	2.436.120	2.514.268 ²	3,2%
TOTAL	2.560.530	2.643.153	3,2%

¹ Medição segundo faturas de energia elétrica relativas ao período.

² Consumo medido de janeiro a novembro. Os valores referentes a dezembro foram estimados, pois não estavam disponíveis até o fechamento desta publicação.

CS BIOENERGIA

Em uma unidade de biodigestão de alta tecnologia construída na ETE Belém, na capital paranaense, será possível produzir energia elétrica a partir do lodo e de outros materiais orgânicos, uma solução ambientalmente adequada e que reduzirá os custos da Sanepar com a disposição do resíduo. A atividade será conduzida pela CS Bioenergia S.A., sociedade de propósito específico formada pela Companhia e pela Cattalini Bioenergia. A potência instalada deve alcançar 2,8 MW, com previsão de geração de 22,4 GW/h de energia elétrica anualmente, que será utilizada pela própria Empresa e cujo excedente poderá ser comercializado. A Sanepar possui participação acionária de 40% no negócio.

REDUÇÃO DE EMISSÕES

A Sanepar foi a primeira empresa de saneamento do Brasil a realizar e divulgar, em 2009, o inventário de emissões de gases de efeito estufa. Desde então, monitora anualmente suas emissões seguindo a metodologia 2006 do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC, em inglês) e as diretrizes do Programa Brasileiro GHG Protocol. Em 2016, a Companhia evoluiu na gestão do tema e estruturou um grupo de trabalho interdisciplinar que visa estabelecer metas de redução de intensidade carbônica (CO₂e a cada m³ de esgoto tratado, m³ de água tratada e tonelada de resíduo destinado) e iniciativas que assegurem seu cumprimento.

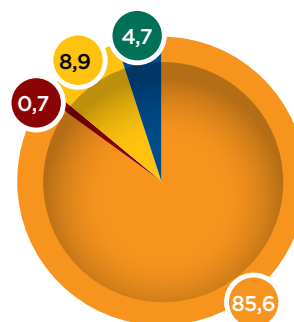
De acordo com o inventário mais recente publicado em 2016 com base no ano de 2015, as emissões diretas da Companhia corresponderam a 866,3 mil tCO₂e, aumento de 2,7% em relação a 2015, acompanhando o aumento da cobertura dos serviços. As emissões indiretas no período caíram 8,7%, totalizando 84,2 mil tCO₂e, principalmente pela redução do fator

de emissão do Sistema Interligado Nacional, pelo qual a Companhia faz a aquisição de energia. ▶ G4-EN15 e G4-EN16

O tratamento de esgoto se destaca como a principal fonte de emissões: as emissões de metano e óxido nitroso, oriundas do tratamento de efluentes, representaram 93,9% das emissões diretas e 85,6% das emissões totais. Especialmente em relação à intensidade de emissões, o processo de maior impacto é o tratamento dos resíduos sólidos urbanos, com 759,3 k CO₂e a cada tonelada de material destinado, aumento de quase 9% em relação a 2014, justificado pela elevação do total global de resíduos acumulado nos aterros. O índice de intensidade carbônica do processo de esgoto apresentou um ligeiro aumento no período, e o de água foi reduzido. ▶ G4-EN18

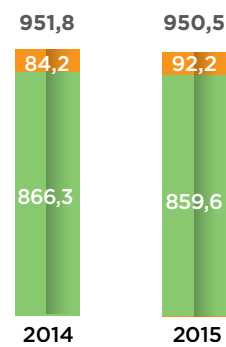
As emissões biogênicas da Empresa, que correspondem à queima de biocombustíveis da frota própria, chegaram a 2.001,87 tCO₂eq em 2015, número 26,69% superior às emissões de 2014. Essa categoria, no entanto, é computada em separado e não se soma às emissões totais do período.

EMISSIONES TOTAIS POR FONTE (%)



Tratamento de efluentes e disposição do lodo agrícola
Consumo de combustíveis
Compra de energia elétrica
Disposição de resíduos sólidos urbanos

EMISSIONES TOTAIS (mil tCO₂e) ▶ G4-EN15 e G4-EN16



Indiretas
Diretas

EMISSIONES POR PROCESSO ▶ G4-EN18	2014	2015
ÁGUA		
Emissões indiretas ¹ (tCO ₂ e)	92,2 mil	76,5 mil
Intensidade indireta (k CO ₂ e/m ³ produzido)	0,12	0,11
ESGOTAMENTO SANITÁRIO		
Emissões diretas ² (tCO ₂ e)	808,2 mil	820,6 mil
Intensidade direta (k CO ₂ e/m ³ tratado)	2,49	2,53
RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS		
Emissões diretas ³ (tCO ₂ e)	44,9 mil	44,9 mil
Intensidade direta (k CO ₂ e/t destinada)	697,0	759,3

¹ Considera as emissões indiretas (escopo 2) relativas aos processos de tratamento e distribuição de água.

² Considera as emissões diretas, excluídas as decorrentes do tratamento de resíduos sólidos.

³ Considera as emissões diretas exclusivas do tratamento de resíduos sólidos e as emissões de fontes de combustão móveis.



Em 2016, a Sanepar realizou um leilão de 336 toneladas de sucata e encaminhou 7.362 lâmpadas à empresa especializada para a destinação ambientalmente correta.

OUTROS RESÍDUOS

Além dos resíduos decorrentes do processo de esgotamento sanitário, as demais instalações e atividades da Companhia geram resíduos que também contam com uma correta destinação. Esse é o caso dos materiais descartados nos laboratórios centrais da Sanepar e nos laboratórios instalados nas próprias estações de tratamento (veja *tabela Laboratórios - Destinação de resíduos*). A Empresa ainda realiza algumas iniciativas para assegurar o correto descarte de hidrômetros substituídos, de lâmpadas etc.

LABORATÓRIOS - DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS (t)¹ ▸ G4-EN23

Material	Destinação	2015	2016 ²
NÃO PERIGOSOS			
Resíduo comum	Aterro sanitário	6,54	6,54
Aparas plásticas, papéis de escritório, revistas, jornais, papéis de embalagem e papelão	Reciclagem	4,37	4,37
PERIGOSOS			
Reagentes de laboratório, resíduos de análises químicas, pilhas, baterias e lâmpadas	Incineração	5,17	5,19
Material infectante, perfurocortante e resíduos especiais	Autoclavagem	4,41	4,53
TOTAL		20,49	19,92

¹ Resíduos gerados pelas atividades dos quatro laboratórios da Unidade de Serviços de Avaliações de Conformidades (Cascavel, Curitiba, Londrina e Maringá).

² Dados referentes ao período de janeiro a novembro de 2016. As informações relativas a dezembro ainda não haviam sido contabilizadas no fechamento desta publicação. Nota: as informações referentes ao volume reciclado resultam de estimativas; os dados de envio a aterros sanitários correspondem ao manifesto de transporte de resíduos do período.



CLIENTES

A Sanepar prioriza o fortalecimento das relações com seus dois grupos de clientes: poder concedente e consumidores finais. Em 2016, destaque para as parcerias técnicas firmadas com os municípios e para os investimentos em tecnologia que aprimoram a experiência dos consumidores.

PODER CONCEDENTE

O Marco Regulatório do Saneamento (Lei Federal 11.445/07), associado às leis que regem o setor, introduziu uma nova forma de relacionamento entre os municípios e o prestador de serviço: o contrato de programa. Atendendo ao que estabelece a legislação, a Sanepar já celebrou 150 contratos nessa modalidade. Apenas em 2016, foram assinados 15 novos contratos, com destaque para o firmado com a Prefeitura de Londrina, que representa a segunda receita mais significativa da Companhia. Além dos contratos de programa, a Empresa ainda mantém contratos de concessão com alguns municípios.

Os contratos assinados têm como premissa o Planejamento do Saneamento em relação aos serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto pelo prazo de 30 anos, incluindo a execução de obras, a conformidade com a legislação sanitária e ambiental e a evolução dos níveis de atendimento, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população.

A Sanepar trabalha para manter e ampliar seu mercado de atuação, buscando a sustentabilidade econômico-financeira e socioambiental da Empresa e assegurando a continuidade do negócio. A alta capilaridade, com operações em todas as regiões do Estado, representa, de um lado, uma vantagem competitiva para o negócio em função do grande volume de contratos e, de outro, um desafio no que se refere às formas de gestão e de relacionamento com os representantes do poder concedente, em razão das particularidades de cada localidade e dos gestores municipais.

O relacionamento transparente, coerente e justo com os clientes é um elemento primordial da estratégia da Sanepar e um diferencial da Companhia. A prioridade dada ao tema se reflete, ano a ano, em investimentos em qualidade, agilidade no atendimento e universalização dos serviços, além de uma política tarifária justa.

A Empresa atende a dois grupos de clientes: o poder concedente, municípios que concedem o serviço de saneamento por meio de contratos; e os consumidores finais, que usufruem das redes de água e de esgoto ou do serviço de gestão de resíduos.



PERFIL DOS CONTRATOS (EM 31/12/2016)

346

concessões
municipais

196

contratos
de concessão

150

contratos
de programa

328

contratos
vigentes

18

contratos
vencidos
(em negociação)

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Por determinação legal, até o final de 2017 todos os municípios brasileiros devem contar com um Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), sob pena de não terem acesso a recursos federais. A elaboração do plano deve estar de acordo com o que estabelece a legislação, especialmente em relação às consultas populares, que acontecem por meio de audiências públicas e funcionam como um mecanismo de controle social.

O plano, que é uma referência para a evolução do saneamento local e precisa ser revisado a cada quatro anos, deve prever as ações necessárias para assegurar e aumentar o acesso da população aos serviços de saneamento (água, coleta e tratamento do esgoto doméstico, limpeza urbana, coleta e destinação do lixo urbano e drenagem e destinação das águas da chuva). Fortalecendo a parceria com os municípios, a Sanepar vem cooperando tecnicamente para a elaboração dos planos de saneamento nos segmentos água e esgoto.



GESTÃO ATIVA DO RELACIONAMENTO

A Companhia mantém uma agenda anual de encontros e visitas com foco no monitoramento dos contratos de concessão e das metas de atendimento dos serviços prestados, na identificação de demandas relacionadas aos contratos e na prospecção de novos clientes. De janeiro a novembro de 2016, foram realizadas cerca de 360 visitas, das quais 79 foram voltadas à discussão de temas específicos das concessões em andamento e resultaram na assinatura de 15 contratos de programa.

► G4-26 e PR5



ANÁLISES DE QUALIDADE

Cumprindo com seu compromisso de entregar água de qualidade à população e tratar de forma ambientalmente adequada o esgoto que coleta em obediência às legislações ambientais pertinentes, a Sanepar realiza continuamente análises de conformidade. São 182 laboratórios localizados nas próprias estações de tratamento da Empresa e quatro laboratórios centrais: Maringá, Londrina, Cascavel e Curitiba – o último, inaugurado no início de 2015, detém a mais moderna infraestrutura da América Latina.

Em 2016, foram feitas mais de 1,7 milhão de análises de água, segundo o que estabelece a Portaria 2914/11, do Ministério da Saúde, com índice de conformidade de 99,87%. Também foram realizadas 44,49 mil análises de esgoto no ano. ▶ [G4-PR1](#)

PROCESSO ÁGUA ▶ G4-PR1	2014	2015	2016
CAPTAÇÃO			
Análises realizadas	81.609	76.577	67.670
Não conformidades	15,70%	11,32%	11,22%
TRATAMENTO			
Análises realizadas	687.566	692.216	634.071
Não conformidades	0,40%	0,32%	0,20%
DISTRIBUIÇÃO			
Análises realizadas	1.045.408	1.063.801	1.023.331
Não conformidades	0,10%	0,09%	0,12%

CONSUMIDOR FINAL

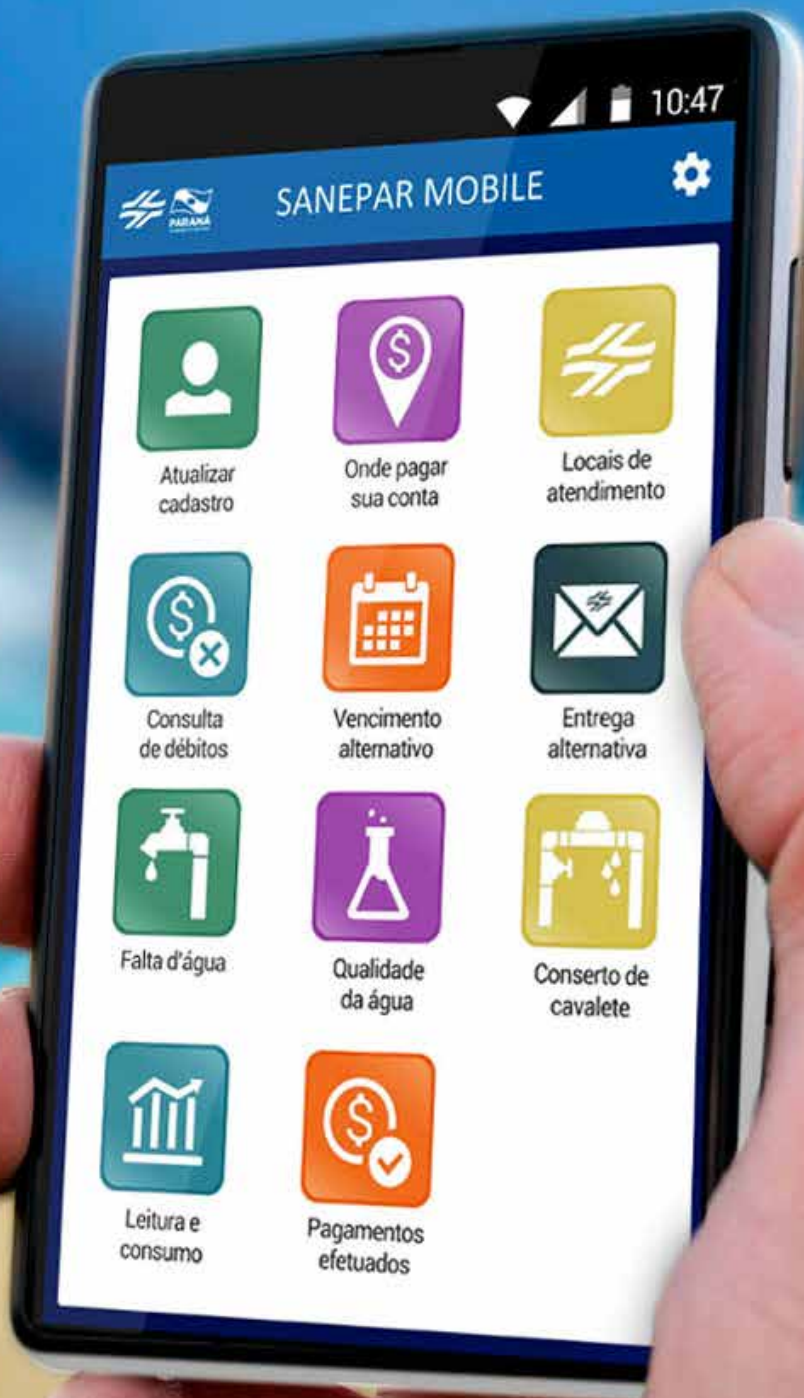
Garantir aos clientes dos serviços de água, esgoto e disposição de resíduos urbanos uma experiência satisfatória, com reflexos na reputação empresarial, é prioridade na gestão da Sanepar. Para assegurar a excelência do serviço prestado, a Companhia investe na renovação e expansão da rede, na modernização de equipamentos (*saiba mais em Processos, a partir da página 36*) e na estrutura dedicada ao relacionamento com o cliente.

Apostando fortemente na tecnologia, a Empresa oferece cada vez mais serviços *online*, que agilizam o contato com o cliente. Um destaque é o aplicativo para *tablets* e *smartphones*, lançado em 2016. A Sanepar investiu, ainda, em melhorias nas centrais de atendimento presencial, com a instalação de painéis eletrônicos de distribuição de senhas, que organizam o atendimento por tipo de demanda, reduzindo o tempo de permanência e cumprindo a legislação que prevê o atendimento preferencial às pessoas com necessidades especiais. A Companhia também reforçou o treinamento técnico e comportamental dos empregados responsáveis pelo contato com os clientes. ▶ G4-26

RELACIONAMENTO COM O CLIENTE

São clientes da Sanepar todos os titulares de ligações às redes de água ou de esgoto nas cidades atendidas. Todos eles contam com diferentes canais de relacionamento com a empresa.





SANEPAR MOBILE

O aplicativo para dispositivos móveis funciona nas plataformas Android e iOS e possibilita: atualização de cadastro; verificação de falta d'água; localização de centrais de relacionamento e de pontos de pagamento; solicitação de mudanças na data de vencimento da fatura, do endereço para entrega da conta e de consertos; obtenção de códigos para pagamento; e consulta a informações sobre pagamentos efetuados, débitos, leitura e consumo.

Nas lojas virtuais, onde é possível fazer o *download*, o aplicativo da Sanepar é o mais bem avaliado entre todos os outros disponibilizados por empresas de saneamento e de energia do Brasil.

OUVIDORIA

A Ouvidoria é o canal independente e imparcial que recebe, avalia e responde – em até 10 dias úteis – solicitações dos cidadãos que não tenham sido satisfatoriamente tratadas nos canais convencionais de atendimento. No site <http://ouvidoria.sanepar.com.br> é possível registrar contatos e fazer o acompanhamento das solicitações. ▶ G4-26, G4-57 e G4-58



CONFIANÇA E CREDIBILIDADE ▶ G4-26

Para monitorar a percepção dos clientes e identificar pontos de melhoria, uma consultoria especializada realiza anualmente uma pesquisa de satisfação por meio de entrevistas – com questionários estruturados – com usuários residenciais e não residenciais. Na edição de 2016, houve uma evolução positiva nos principais indicadores monitorados em comparação com o ano anterior. O total de clientes que gostaria que a Empresa continuasse prestando serviços no município subiu de 83% para 88,1%, e o índice de satisfação geral com os serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto passou de 77% para 83,5% – em 2014, era de 71,1%. Além disso, 85,3% estão satisfeitos com o atendimento recebido na Empresa e 84,8% com a solução dada às solicitações realizadas. O índice de satisfação com a qualidade da água é de 85,5%. ▶ G4-PR5

Além de coletar ativamente as opiniões dos clientes, a Sanepar acompanha o grau de satisfação das pessoas que entram em contato com a Ouvidoria por meio de entrevistas telefônicas e questionários *online*.

SANEAMENTO PARA TODOS

Por meio do Programa Tarifa Social, a Sanepar garante o acesso à água tratada e aos serviços de coleta e tratamento de esgoto com preço reduzido a todos os cidadãos que se enquadram nos requisitos previstos.

Em 2016, foram 186 mil famílias que se beneficiaram da tarifa social cujo valor é de R\$ 13,29 (R\$ 8,86 da tarifa de água e R\$ 4,43 do esgotamento sanitário). Esse montante representou 6% do total de ligações da Companhia, equivalendo a um subsídio de R\$ 88 milhões.

O benefício contribui diretamente para a saúde e o bem-estar das famílias atendidas e, no médio prazo, se reverte em economia para o Estado, que deixa de gastar com o tratamento de doenças decorrentes da falta de saneamento.

Micro e pequenas empresas e microempreendedores individuais enquadrados no Programa de Isenção de ICMS do Governo do Estado, assim como entidades filantrópicas registradas nos órgãos públicos, também contam com a tarifa diferenciada.

TEMA
MATERIAL**Qualidade dos serviços****PESQUISA DE
SATISFAÇÃO 2016****83,5%**dos clientes estão
satisfeitos com os
serviços prestados**85,5%**dos clientes estão
satisfeitos com a
qualidade da água**88,1%**dos clientes preferem
que a Sanepar
continue atuando
em seu município**ANÁLISES DE
QUALIDADE 2016****Mais de
1,7 milhão**de análises de
água, com índice de
conformidade na
distribuição de água de**99,87%****44,49 mil**

análises de esgoto

PESSOAS

A Sanepar realiza uma série de iniciativas voltadas para o cuidado e o desenvolvimento de seus profissionais.

Mantém, ainda, ações de educação ambiental, que alcançam os empregados e as comunidades do entorno de suas operações.

PROFISSIONAIS SANEPAR

Os mais de 7 mil empregados da Sanepar são a base para assegurar a excelência operacional e alvo de atenção permanente. Além do plano de cargos, carreira e remuneração, de ações que garantem um ambiente de trabalho seguro e saudável a todos e da estratégia de valorização e aprimoramento do capital intelectual, a Empresa vem investindo em medidas para assegurar cada vez mais a igualdade de oportunidades. ▶ G4-26





EMPREGADOS ▸ G4-10	2014	2015	2016	
			Homens	Mulheres
POR NÍVEL FUNCIONAL				
Diretoria	9	9	9	0
Gerencial	603	607	419	152
Profissional	776	800	482	267
Técnico	948	958	740	198
Operacional	5.104	5.108	4.129	948
Estagiários	327	321	104	118
POR TIPO DE CONTRATO DE TRABALHO				
Tempo determinado	327	321	104	118
Tempo indeterminado	7.440	7.482	5.779	1.565
POR TIPO DE EMPREGO				
Jornada integral	7.440	7.482	5.782	1.565
Meio período	327	321	104	118
POR GÊNERO	ND	ND	5.883	1.683
TOTAL	7.767	7.803	7.566	
POR REGIÃO¹	7.431	7.473	5.782	1.568
Metropolitana e Litoral	3.145	3.183	2.543	1.044
Nordeste	1.327	1.316	1.028	137
Noroeste	1.048	1.056	786	134
Sudeste	876	879	665	101
Sudoeste	1.035	1.039	757	149
TOTAL¹	7.431	7.473	7.344	

ND: dado não disponível.

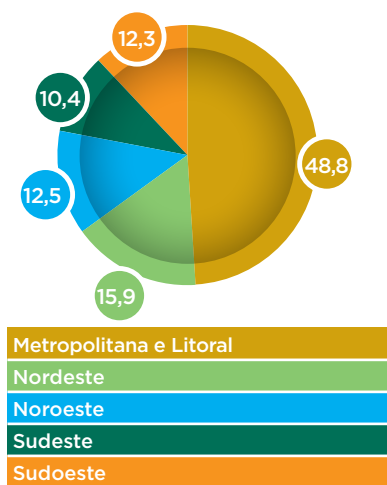
¹ Não considera estagiários.

Mais uma vez posicionando-se como uma organização de vanguarda, em 2016 a Sanepar se tornou signatária dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e lançou seu Programa de Equidade de Gênero, baseado nos Princípios de Empoderamento das Mulheres, iniciativa da ONU Mulheres. Com a adesão a esse movimento global, a Companhia se compromete a ampliar a representação feminina em seu ambiente corporativo – incluindo os cargos de liderança –, construindo e consolidando uma cultura de equidade de gênero capaz de propiciar um ambiente de trabalho mais justo.

Entre as ações previstas, destacam-se: sensibilizar a alta liderança; criar e monitorar indicadores de desigualdade, com o estabelecimento de metas de curto e médio prazo para ampliar o número de mulheres nos cargos de gestão; instituir mecanismos de captação, retenção e desenvolvimento com foco na equidade de gênero; e impulsionar ações de estímulo à equidade de gênero e de respeito à diversidade também na comunidade e com clientes e fornecedores.

Em 2016, as mulheres representavam 22,2% do total de empregados, ocupavam 26,2% dos cargos de liderança (diretoria e gerências) e 11,1% do principal órgão de governança da Companhia, o Conselho de Administração.

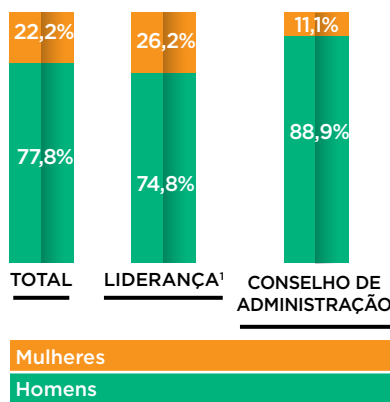
EMPREGADOS POR REGIÃO 2016¹ ▶ G4-10 (%)



¹ Não considera estagiários.

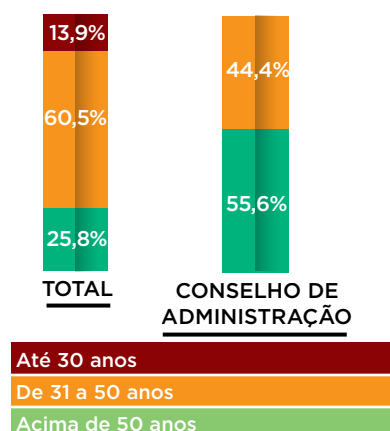
DIVERSIDADE ▶ G4-LA12

GÊNERO



¹ Diretorias e gerências.

FAIXA ETÁRIA



MÉDIA SALARIAL (MULHERES/HOMENS) ▶ G4- LA13	2015	2016
Gerencial	0,99	1,06
Profissional	1,13	0,89
Técnico	1,15	0,82
Operacional	1,01	0,90
TOTAL	0,89	1,06

CAPITAL INTELECTUAL

Consequência de um trabalho que vem sendo estruturado nos últimos anos, em 2016 foi lançada a Escola de Educação a Distância, que facilita e amplia o acesso ao portfólio de treinamentos da Companhia. A modalidade a distância permite aos profissionais escolher como e quando irão se capacitar. No trabalho ou em casa, a equipe tem à disposição mais de 120 cursos. Em 2016, o programa emitiu 1.981 certificados e 1.957 cursos encontram-se em fase de realização, atingindo um público de 3.938 empregados.

A Sanepar também deu sequência ao projeto Compartilhando Conhecimento, que prevê a sistematização do conhecimento e conta com a *expertise* de empregados com carreiras já consolidadas. Eles apoiam a elaboração de conteúdos técnicos e atuam como multiplicadores do saber, transmitindo conhecimentos específicos do negócio às novas gerações de profissionais. O projeto visa evitar a dispersão do conhecimento, principalmente entre os empregados que integraram e integrarão o Programa de Aposentadoria Incentivada (PAI), lançado em 2015 após ampla negociação com os sindicatos. Com um pacote de benefícios estruturado para viabilizar esse novo momento na vida dos profissionais, 236 empregados

aderiram ao programa e foram desligados da Empresa em fevereiro de 2016.

As capacitações presenciais para as funções técnicas e operacionais são realizadas no Laboratório de Água/Esgoto e no Laboratório de Manutenção de Redes e Ramais, no Complexo Tatumã, em Curitiba. Há também as cinco ETAs Escolas, em Curitiba, Cascavel, Londrina, Maringá e Ponta Grossa, que levam teoria e prática à equipe operacional a partir das salas de aula e dos laboratórios dotados de equipamentos modernos. No ano, foram ministradas capacitações de procedimentos de controle de efluentes, hidrômetros, gestão do lodo e sistemas de impermeabilização, entre outras. Em 2016, os treinamentos presenciais e *online* totalizaram 398,6 mil horas, correspondendo a uma média de 54,3 horas por empregado. ▶ G4-LA9

Coordenadas, as iniciativas contribuem para a implementação da Universidade do Saneamento, que pretende concentrar a gestão e a disseminação do conhecimento técnico especializado na Companhia, zelando, assim, pelo capital intelectual da equipe funcional e pela qualidade dos serviços de saneamento ambiental entregues à sociedade.



APERFEIÇOAMENTO DA LIDERANÇA

Ao longo de 2016, o programa Capacitação e Aperfeiçoamento Gerencial (Cage), de formação continuada para gerentes e coordenadores, foi ampliado e passou a incluir profissionais com potencial para exercer cargos de liderança, selecionados a partir de um processo interno com prova objetiva.

Desenvolvido em parceria com a PUC-PR, ao final de cada módulo do programa os participantes entram em contato com um representante da alta liderança, que compartilha experiências e aproxima os conteúdos desenvolvidos ao longo do curso com a realidade de trabalho na Sanepar. No ano, 140 profissionais foram treinados.

CAPACITAÇÃO MÉDIA POR EMPREGADO (h) ▶ G4-LA9	2015	2016
POR CATEGORIA FUNCIONAL		
Gerencial	99,2	64,1
Profissional	79,2	74,8
Técnico	66,5	62,3
Operacional	46,2	48,7
POR GÊNERO		
Homens	54,9	51,7
Mulheres	63,8	57,6
TOTAL	56,7	54,3



AValiação DE DESEMPENHO E PLANO DE CARREIRAS

Com o objetivo de reconhecer as competências de seus profissionais e delinear um plano equilibrado de progressão na carreira – considerando mérito e potencial –, a Sanepar realiza anualmente a Avaliação de Desempenho. No processo, o empregado é avaliado por seu gestor imediato e também faz sua autoavaliação para que, em seguida, ambos cheguem a um consenso quanto ao seu desempenho. No ano, 98,3% dos empregados (das categorias gerencial, profissional, técnico e operacional) passaram pelo processo, 94,8% das mulheres e 99,2% dos homens. ▶ G4-LA11

Para a remuneração atrelada aos resultados são consideradas as competências técnicas e comportamentais do profissional identificadas na avaliação (20%), a contribuição das unidades nos resultados da Empresa (30%) e os indicadores institucionais (50%). O processo integra o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR), ferramenta de atração e retenção de talentos da Sanepar.

Atualmente, o PCCR passa por um processo de atualização, fruto de um plano de ação baseado nos resultados da Pesquisa de Clima Organizacional Fale Francamente. Implementada em 2001, a pesquisa é um importante ca-



Em 2016, a Sanepar ampliou para **20 dias** a duração da licença-paternidade; **89 profissionais** usufruíram do benefício.

nal de diálogo com os empregados e mensura anualmente o grau de satisfação nos aspectos remuneração, benefícios, ética, liderança, qualidade do trabalho e motivação. Na mais recente avaliação, que reflete o ano de 2015 e cuja nota correspondeu a 7,16, responderam ao questionário eletrônico 65,73% dos profissionais da Sanepar.

SAÚDE E SEGURANÇA

Com investimentos significativos voltados à saúde e segurança, a Sanepar adota uma série de iniciativas, com destaque para as medidas de prevenção. Alguns dos avanços de 2016 foram:

- » aumento do número de técnicos de segurança do trabalho;
- » trabalho *in loco* nas estações de tratamento para identificação de pontos de melhoria nas rotinas de higiene e padrões de prevenção aos riscos ocupacionais;
- » análise das condições ergonômicas da equipe funcional com planos de ação decorrentes.

Todos os empregados contam com o SaneSaúde, plano de saúde administrado pelas Fundações Sanepar de Previdência e Assistência Social, entidade jurídica sem fins lucrativos que também é responsável pelo plano de previdência privada da Companhia, o FusanPrev.



RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Além de prestar serviços de saneamento ambiental com excelência, que contribuem para melhorar a saúde e a qualidade de vida da população, a Companhia busca consolidar o relacionamento com as comunidades atendidas e engajar esse público na preservação dos corpos hídricos e da biodiversidade, assim como no uso racional dos recursos naturais. As ações de educação ambiental são voltadas à população das cidades onde a Empresa está presente e aos empregados, que atuam como agentes multipli-

cadores dos conceitos e práticas. ▶ G4-26

SE LIGUE NA REDE

Para evitar a poluição dos corpos hídricos, em cada obra de expansão do sistema de esgotamento sanitário da Sanepar é implementado o programa Se Ligue na Rede. O objetivo é sensibilizar a população por meio da conscientização a respeito de questões ambientais e de promoção da saúde, alertando sobre a importância de realizar a correta ligação entre o imóvel e a rede coletora – ação de responsabilidade de cada morador –, o que garan-

te também a viabilidade econômica dos empreendimentos.

As equipes do programa começam a atuar antes mesmo do início da obra para estabelecer um canal de diálogo transparente com a comunidade e oferecer informações técnicas, como impactos gerados, cronograma e responsabilidades da Empresa e da população. Para ganhar força, a iniciativa ainda contempla a mobilização de lideranças comunitárias e de órgãos públicos locais.

Durante e após a conclusão das obras, a Sanepar realiza eventos socioeducativos, transformando os moradores

em multiplicadores dos conceitos de preservação ambiental e de cidadania. Ao mesmo tempo, acompanha de perto as interligações executadas e fornece as orientações necessárias. O programa ainda oferece curso técnico de encanador, viabilizando uma nova oportunidade de formação profissional e de geração de renda aos moradores.

A resposta da comunidade à abordagem se reflete na adesão ao sistema de saneamento. O índice de ligações realizadas alcança 85%, acima da média estipulada pelos órgãos financiadores, que é de 80%.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A COMUNIDADE

No **Centro de Educação Ambiental Mananciais da Serra (Ceam)**, localizado na área do Reservatório do Carvalho, na Região Metropolitana de Curitiba, os visitantes – especialmente estudantes – percorrem trilhas e conhecem o acervo composto de 10 mil peças, entre documentos, plantas, fotografias e outros objetos. O sistema de captação do Carvalho é parte de uma área de preservação do município de Piraquara, mas, como muitos rios que nascem nos Mananciais da Serra constituem a barragem Piraquara I, é também considerado uma unidade operacional da Companhia.

No verão, o uso racional da água é o foco das atividades no litoral paranaense. A Sanepar instala os chuveiros – batizados de **Ecoduchas** – ao longo da orla das cidades de Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba e orienta os veranistas sobre o uso adequado das piscinas, tempo gasto no banho e ligações à rede de esgoto, entre outras dicas.



Em 2016, foram realizados **810 eventos** de educação socioambiental voltados à comunidade, com **61.415 participantes**.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA OS EMPREGADOS

Todas as iniciativas de educação ambiental para os profissionais da Sanepar almejam apresentar uma perspectiva prática sobre a sustentabilidade e associar os conteúdos disseminados à rotina de trabalho, tornando os empregados agentes ambientais.

Em 2016, entre as capacitações, o destaque foi o curso Sustentabilidade na Prática, disponibilizado nos modos presenciais e a distância. Durante o ano, mais de 843 empregados foram certificados nessa formação.

Há, ainda, os encontros mensais do EcoProsa e a série de eventos Diálogos de Sustentabilidade. Em 2016, essas rodas de conversa abordaram temas como o Código Florestal Brasileiro, a disponibilidade dos recursos hídricos e o novo Acordo Climático (COP21) para redução das emissões de gases de efeito estufa. Além disso, a presença de especialistas e outros atores da sociedade enriquecem as discussões.

TEMA
MATERIAL

Educação ambiental

SE LIGUE NA REDE EM 2016**212 obras** contempladas**27.005 novas ligações** de esgoto**45 encontros** comunitários com**1.400 participantes****5 cursos** para encanador com**131 pessoas** capacitadas

**SE LIGUE NESSA IDEIA:
SEM ÓLEO NA REDE**

Para promover a conscientização sobre os riscos da destinação inadequada do óleo de cozinha, que pode provocar entupimentos e prejuízos às redes coletoras de esgoto, a Companhia implantou em 2014 o **Se ligue nessa ideia: sem óleo na rede**. Em 2016, foram coletados 4 mil litros do produto, posteriormente destinados a parceiros da Sanepar, que fabricam sabão orgânico e biodiesel, entre outros itens. Apenas em Curitiba e região metropolitana, desde o início da iniciativa já foram doados 771 litros de óleo de cozinha ao projeto Ecosolidariedade.

A campanha integra o programa Use o Bom Senso, que, a partir de nove sentidos, orienta as atitudes dos profissionais, dentro e fora da Empresa, no que se refere ao comprometimento social e ambiental.

Lançada inicialmente para os empregados, a campanha de arrecadação de óleo de cozinha foi estendida à comunidade. Hoje, existem 128 pontos de coleta à disposição da população nas cidades de Londrina, Maringá, Cascavel, Ponta Grossa, Curitiba e região metropolitana, Pato Branco, Francisco Beltrão, Paranavaí, Santo Antônio da Platina, Cornélio Procopio, Apucarana, Campo Mourão, Umuarama, Foz do Iguaçu, Toledo, União da Vitória, Guarapuava, Telêmaco Borba, Matinhos e Guaratuba.

R\$ 6,9 milhões
investidos em projetos
de educação ambiental
para empregados e
comunidade em 2016.

ECOEXPRESSO

O EcoExpresso é um ônibus adaptado que entrou em operação em 2016 e percorre todo o Estado disseminando boas práticas de conservação da água.

Por meio da metodologia Do Rio ao Rio, desenvolvida pela própria Sanepar, os visitantes conhecem o caminho que a água percorre do rio até chegar às residências, já como água tratada. Depois de consumida, essa água é devolvida ao rio, como efluente de esgoto tratado. Em maquetes, estão representados os processos de coleta e tratamento do esgoto doméstico, assim como a disposição e o tratamento dos resíduos sólidos. De forma transversal, também são abordados temas como mudanças climáticas, desmatamento, gestão de resíduos e saúde.

Nas cidades por onde passa, o ônibus fica disponível em escolas, praças de grande circulação ou feiras locais. O EcoExpresso esteve em 52 municípios em 2016 e foi visitado por 59.372 pessoas.

BALANÇO SOCIAL IBASE

BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2016						
1) Base de Cálculo	2016			2015		
	Valor (Mil R\$)			Valor (Mil R\$)		
Receita Operacional Líquida (ROL)	3.477.525			2.971.185		
Lucro Operacional (LO)	789.585			540.314		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	899.883			817.316		
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (Mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre ROL	Valor (Mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre ROL
Alimentação	89.583	9,95	2,58	81.323	9,95	2,74
Encargos sociais compulsórios	194.333	21,60	5,59	184.339	22,55	6,20
Previdência privada	28.340	3,15	0,81	26.949	3,30	0,91
Saúde	54.877	6,10	1,58	48.527	5,94	1,63
Vale transporte	1.671	0,19	0,05	1.668	0,20	0,06
Segurança e saúde no trabalho	10.504	1,17	0,30	10.651	1,30	0,36
Educação	19	-	-	51	0,01	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	2.837	0,32	0,08	2.252	0,28	0,08
Creches ou auxílio-creche	2.187	0,24	0,06	1.982	0,24	0,07
Participação nos lucros ou resultados	53.123	5,90	1,53	40.947	5,01	1,38
Outros	138.511	15,39	3,98	100.493	12,30	3,38
Total - Indicadores Sociais Internos	575.985	64,01	16,56	499.182	61,08	16,81
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (Mil R\$)	% Sobre LO	% Sobre ROL	Valor (Mil R\$)	% Sobre LO	% Sobre ROL
Cultural, artístico, audiovisual e desportivo	4.246	0,54	0,12	2.886	0,53	0,10
Fundos da Criança e do Idoso	1.700	0,22	0,05	1.110	0,21	0,04
Programas de assistência à saúde e oncológico	850	0,11	0,02	820	0,15	0,03
Lazer e diversão	1.518	0,19	0,04	400	0,07	0,01
Outros	9.112	1,15	0,26	6.106	1,13	0,20
Total das contribuições para a sociedade	17.426	2,21	0,49	11.322	2,09	0,38
Tributos (excluídos encargos sociais)	436.880	55,33	12,56	314.747	58,25	10,59
Total - Indicadores Sociais Externos	454.306	57,54	13,05	326.069	60,34	10,97
4) Indicadores Ambientais	Valor (Mil R\$)	% Sobre LO	% Sobre ROL	Valor (Mil R\$)	% Sobre LO	% Sobre ROL
Relacionados com a operação da empresa	851.251	107,81	24,48	802.548	148,53	27,01
Em programas e/ou projetos externos	30.575	3,87	0,89	23.417	4,33	0,79
Total dos investimentos em meio ambiente	881.826	111,68	25,36	825.965	152,86	27,80
5) Indicadores do Corpo Funcional	2016			2015		
Nº de empregados(as) ao final do período	7.344			7.473		
Nº de admissões durante o período	217			175		
Nº de estagiários(as)	222			321		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	3.094			3.162		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	1.565			1.554		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	26,00%			25,00%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa¹	326			312		
Nº de pessoas com deficiências ou necessidades especiais²	82			76		
6) Informações Relevantes quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial						
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	15,21			15,52		
Número total de acidentes de trabalho	401			370		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apoia	(X) organiza e incentiva	() não se envolve	() apoia	(X) organiza e incentiva
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$)	Em 2016: 2.435.923			Em 2015: 1.990.101		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	24,1% governo	38,3% empregados(as)	13,5 % retido	23,4% governo	42,0% empregados(as)	11,6 % retido
	12,2% acionistas	11,9% terceiros		10,5% acionistas	12,5% terceiros	

¹ Cota de Afrodescendentes em concurso público a partir do ano-calendário 2005.

² Cota de Deficientes Físicos em concurso público a partir do ano-calendário 2000.

INCENTIVOS FISCAIS

RECURSOS POR RENÚNCIA FISCAL (EM R\$ MIL)	
Cultural e artístico	3.396
Esportes	850
Fundo da Criança e do Adolescente	850
Fundo do Idoso	850
Pronon (Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica)	850
PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador)	5.969
Incentivo Empresa Cidadã	610
Lei do Bem	1.685
Total	15.060



SOBRE O RELATÓRIO



Relatório de Administração e Sustentabilidade 2016 é um dos principais instrumentos de prestação de contas da Sanepar a acionistas, analistas de mercado, clientes, empregados, fornecedores e demais públicos. O conteúdo do documento abrange o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2016 e, pela segunda vez, adota a metodologia internacional de relato da Global Reporting Initiative (GRI), em sua versão G4, opção Essencial.

► [G4-28](#), [G4-29](#), [G4-30](#) e [G4-32](#)

Também serviram de base para a elaboração do documento a metodologia SASB (Sustainability Accounting Standards Board – em português, Conselho de Normas Contábeis de Sustentabilidade), os pronunciamentos do Comitê de Orientação para Divulgação de Informações ao Mercado (Codim) e os princípios de Relato Integrado do International Integrated Reporting Council (IIRC).

A definição dos conteúdos e indicadores reportados no documento considerou os indicadores operacio-

nais pertinentes à Sanepar e ao seu setor de atuação – como taxas de cobertura da rede, índices de perdas, investimentos em expansão e modernização, parâmetros monitorados etc. –, além dos tópicos sociais, ambientais e econômicos mais relevantes na percepção da Sanepar e de seus públicos de relacionamento. Para isso, em 2016 foi realizado um processo de materialidade, com consulta aos públicos interno e externo, por meio do qual foram mapeados os temas de maior importância para a gestão e a comunicação da sustentabilidade da Empresa, validados pela alta liderança e alinhados à estratégia organizacional (veja a tabela a seguir e saiba *mais sobre o processo de materialidade na página 23*).

Para a Sanepar, a divulgação de seu desempenho à sociedade é um processo que deve ser marcado pela escuta ativa e pelo acolhimento de sugestões e avaliações. Quaisquer apontamentos sobre esse relatório devem ser direcionados à Unidade de Serviços de Comunicação Social, no telefone (41) 3330-3077. ► [G4-31](#)

TEMAS MATERIAIS ▶ G4-19, G4-20, G4-21 e G4-27					
PÚBLICOS¹	ASPECTO GRI	O ASPECTO É MATERIAL²		INDICADOR³	CAPÍTULO⁴
		DENTRO DA SANEPAR?	FORA DA SANEPAR?		
Governança corporativa, transparência e combate à corrupção					
Empregados Clientes Poder concedente Investidores e analistas Fornecedores Empresas de saneamento Parceiros de responsabilidade social	Combate à corrupção	Sim	Não	GRI: SO3 e SO5	Governança Corporativa
Conformidade legal e relações com entidades regulatórias					
Empregados Clientes Fornecedores Empresas de saneamento Parceiros de responsabilidade social	Conformidade (Ambiental, Sociedade, Produtos e serviços)	Sim	Sim	GRI: EN29, SO8 e PR9 SASB: IF0103-3	Governança Corporativa, Processos e Clientes
Rentabilidade e equilíbrio econômico-financeiro					
Investidores e analistas Empresas de saneamento Parceiros de responsabilidade social	Desempenho econômico; Rotulagem de produtos e serviços	Sim	Sim	GRI: EC1 e PR5	Sustentabilidade e Pessoas
Qualidade dos serviços					
Poder concedente Investidores e analistas Fornecedores Parceiros de responsabilidade social	Saúde e segurança; Rotulagem de produtos e serviços	Não	Sim	GRI: PR1 e PR5 SASB: IF0103, IF0103-7 e IF0103-8	Clientes
Redução dos impactos ambientais da operação e busca de eficiência energética					
Clientes Fornecedores Empresas de saneamento Parceiros de responsabilidade social	Energia Emissões Efluentes e resíduos Geral (Ambiental)	Sim	Sim	GRI: EN3, EN5, EN15, EN16, EN18, EN23 e EN31 SASB: IF0103-1, IF0103-2, IF0103-3, IF0201-1, IF0201-11 e IF0201-18	Processos
Gestão de recursos hídricos					
Clientes Poder concedente Fornecedores Empresas de saneamento Parceiros de responsabilidade social	Água Efluentes e resíduos	Não	Sim	GRI: EN8 e EN22	Processos
Eficiência operacional e melhoria da infraestrutura					
Empregados Poder concedente Investidores e analistas Fornecedores Parceiros de responsabilidade social	Energia, Treinamento e educação	Sim	Não	GRI: EN5, LA9 e LA11 SASB: IF0103-13	Processos e Pessoas
Acesso à água e aos serviços de esgotamento sanitário					
Poder concedente Parceiros de responsabilidade social	-	Não	Sim	SASB: IF0103-6 e IF0103-10	Processos e Pessoas
Educação ambiental					
Clientes Parceiros de responsabilidade social	Geral (Ambiental)	Sim	Sim	GRI: EN31	Pessoas

¹ Públicos que indicaram o tema como relevante nas consultas realizadas durante o processo de materialidade.

² Com base na análise de onde se concentram os principais impactos de cada tema material.

³ Os temas não relacionados com aspectos previstos pelas metodologias GRI e SASB foram cobertos por meio do levantamento de informações pertinentes e, sempre que possível, dos indicadores de monitoramento do desempenho da própria Sanepar.

⁴ Capítulo onde o tema é tratado neste relatório.

Nota: além dos indicadores definidos com base no processo de materialidade, também foram incluídas, com base na metodologia GRI, informações relacionadas a temas de diversidade e igualdade de oportunidades, que são objeto de compromissos da Companhia.

INDICADORES SASB RESPONDIDOS (TOTAL OU PARCIALMENTE):

INFRAESTRUTURA - EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS DE ÁGUA

IF0103-1: Energia consumida, porcentagens provenientes da rede de abastecimento e de fontes renováveis.

IF0103-2: Número de incidentes de não conformidade com outorgas, padrões e regulamentos relacionados à qualidade de efluentes.

IF0103-3: Estratégias de gestão de efluentes potencialmente perigosos.

IF0103-6: Gestão de riscos relacionados à qualidade e à disponibilidade de recursos hídricos.

IF0103-7: Número de violações relativas à água potável, considerando riscos agudos e não agudos de saúde e riscos não relacionados à saúde.

IF0103-10: Informação sobre como as considerações sobre preços justos e acesso integram a definição das estruturas tarifárias.

IF0103-13: Volume de perdas reais de água não geradoras de receita.

INDÚSTRIA - GESTÃO DE RESÍDUOS

IF0201-1: Escopo 1 de emissões globais brutas, parcela sujeita à regulamentação limitadora de emissões e parcela coberta por regulamentação de relato de emissões.

IF0201-11: Número de incidentes de não conformidade associados a impactos ambientais.

IF0201-18: Porcentagem de clientes que recebem serviços de reciclagem e compostagem, discriminado por tipo de cliente.

IF0201-19: Quantidade de material reciclado e compostado.



SUMÁRIO DE CONTEÚDO GRI

A tabela a seguir aponta a localização dos conteúdos padrão geral e específicos da metodologia GRI. Para facilitar sua identificação pelo leitor, os conteúdos também são sinalizados ao longo do texto.

CONTEÚDO GERAL		
Aspecto	Descrição	Página/resposta
Estratégia e análise	G4-1 Mensagem do presidente	6 e 7
Perfil organizacional	G4-3 Nome da organização	8
	G4-4 Principais marcas, produtos e/ou serviços	8, 12 e 13
	G4-5 Localização da sede da organização	9
	G4-6 Países onde estão as principais unidades de operação ou as mais relevantes para os aspectos da sustentabilidade do relatório	8
	G4-7 Tipo e natureza jurídica da propriedade	8
	G4-8 Mercados em que a organização atua	11
	G4-9 Porte da organização	11, 12 e 13
	G4-10 Perfil dos empregados	61 e 62
	G4-11 Percentual de empregados cobertos por acordos de negociação coletiva	99,9%
	G4-12 Descrição da cadeia de fornecedores da organização	A maior parte das licitações da Sanepar é realizada nas modalidades de pregão ou concorrência, que não exigem cadastro prévio, somente os requisitos legais de habilitação definidos em edital. A rede de fornecedores com cadastro vigente soma 567 empresas. A maior parte (54%) é de fornecedores de bens e serviços, cujos principais contratos firmados se referem a produtos químicos, tubos e conexões e materiais de laboratório. Os fornecedores de obras e serviços de engenharia representam 46% do total. Em 2016, foram firmados 606 contratos de obras e 173 ordens de serviços de projetos especiais.
	G4-13 Mudanças significativas em relação ao porte, estrutura, participação acionária e cadeia de fornecedores	Não houve.
	G4-14 Descrição sobre como a organização adota a abordagem ou princípio da precaução	A Companhia não adota integralmente o princípio da precaução, mas o planejamento estratégico e a tomada de decisão são orientados por elementos de gestão de riscos e pelos mais altos padrões de conduta responsável com foco na minimização dos impactos negativos e na geração de valor compartilhado.
	G4-15 Cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU); Princípios de Empoderamento das Mulheres da Unidade da ONU para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento da Mulher (ONU Mulheres); Conselho Paranaense de Cidadania Empresarial da Federação das Indústrias do Paraná (Fiep); e Comitê de Benchmarking para Excelência em Gestão.
	G4-16 Participação em associações e organizações	Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais (Aesbe); Asociación Latinoamericana de Operadores de Agua e Saneamiento (Aloas); e Comitê Brasileiro de Barragens (CBDB). Mais informações na página 47.

CONTEÚDO GERAL		
Aspecto	Descrição	Página/resposta
Aspectos materiais identificados e limites	G4-17 Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas e entidades não cobertas pelo relatório	O escopo do conteúdo GRI coberto é o mesmo do considerado nas Demonstrações Contábeis.
	G4-18 Processo de definição do conteúdo do relatório	23
	G4-19 Lista dos temas materiais	71
	G4-20 Limite dentro da organização de cada aspecto material	71
	G4-21 Limite fora da organização de cada aspecto material	71
	G4-22 Reformulações de informações fornecidas em relatórios anteriores	Os dados de consumo de água (G4-EN8) informados em 2015 apresentavam um erro de cálculo e foram corrigidos nesta edição. Também houve reformulação dos dados referentes ao consumo de energia elétrica que constam do indicador G4-EN3 e são calculados com base nas faturas de energia elétrica. Até 2015, eram consideradas as faturas com vencimento de janeiro a dezembro; a partir de 2016, passaram a ser computadas as faturas referentes ao consumo de janeiro a dezembro.
	G4-23 Alterações significativas de escopo e limites de aspectos materiais em relação a relatórios anteriores	Não houve mudanças significativas de escopo e limites.
Engajamento de stakeholders	G4-24 Lista de grupos de <i>stakeholders</i> engajados pela organização	23 Além dos públicos consultados especificamente para a definição do conteúdo do relatório (empregados, clientes, poder concedente, fornecedores, investidores e analistas, empresas de saneamento e parceiros de responsabilidade social), a Sanepar considera como públicos de interesse entidades regulatórias e a imprensa.
	G4-25 Base utilizada para a identificação e seleção de <i>stakeholders</i> para engajamento	23 A Sanepar utiliza como base para identificação e seleção de públicos de interesse para engajamento as pessoas ou entidades afetadas pelas atividades e serviços da Empresa, que, por sua vez, podem afetar a capacidade da Companhia de atingir seus objetivos.
	G4-26 Abordagem para envolver os <i>stakeholders</i>	23, 54, 56, 57, 59, 60 e 65
	G4-27 Principais tópicos e preocupações levantadas durante o engajamento por grupo de <i>stakeholders</i>	71 Os públicos consultados para este relatório e os temas por eles levantados são descritos na página 23.
Perfil do relatório	G4-28 Período coberto pelo relatório	1º de janeiro a 31 de dezembro de 2016
	G4-29 Data do relatório anterior mais recente	2016
	G4-30 Ciclo de emissão de relatórios	Anual
	G4-31 Contato para perguntas sobre o relatório ou seu conteúdo	70
	G4-32 Opção da aplicação das diretrizes e localização da tabela GRI	Essencial
Governança	G4-33 Política e prática atual relativa à busca de verificação externa para o relatório	Somente as informações que constam das Demonstrações Contábeis (página 79 em diante) passaram por verificação externa.
Ética e integridade	G4-56 Valores, princípios, padrões e normas de comportamento da organização	15 e 18

CONTEÚDO ESPECÍFICO		
Categoria econômica		
Aspecto	Descrição	Página/resposta
Desempenho econômico	DMA Forma de gestão	24
	EC1 Valor econômico direto gerado e distribuído	33 e 87
Categoria ambiental		
Aspecto	Descrição	Página/resposta
Energia	DMA Forma de gestão	48
	EN3 Consumo de energia dentro da organização	49
	EN5 Intensidade energética	48
Água	DMA Forma de gestão	40
	EN8 Total de água retirada por fonte	40
Efluentes e resíduos	DMA Forma de gestão	44
	EN22 Descarte total de água, discriminado por qualidade e destinação	44 Considerando os descartes totais de efluentes do processo de tratamento de esgoto, a Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO), que reflete a quantidade de oxigênio consumido na degradação da matéria orgânica por processos biológicos, foi de 62 mg/l em 2016. A Demanda Química de Oxigênio (DQO), que se refere à quantidade de oxigênio dissolvido consumido em meio ácido na degradação de matéria orgânica, ficou em 164 mg/l. Os valores consideram a média da concentração descartada ao longo do ano, conforme medição realizada em periodicidades variadas em todas as ETEs da Companhia.
	EN23 Peso total de resíduos, discriminado por tipo e método de disposição	45, 46 e 51
Emissões	DMA Forma de gestão	50
	EN15 Emissões diretas de gases de efeito estufa (GEE)	50
	EN16 Emissões indiretas de GEE	50
	EN18 Intensidade de emissões de GEE	50
Conformidade	DMA Forma de gestão	Todas as unidades da Sanepar monitoram os parâmetros e a frequência estabelecidos pela licença ambiental e pela outorga de uso dos recursos hídricos. O Plano Plurianual de Investimento considera as demandas estruturais e as melhorias operacionais necessárias à manutenção dos parâmetros de excelência dos processos. Sempre que uma não conformidade é identificada, é elaborado um plano de ação. Apesar do compromisso da Companhia com o tema, em 2016 foram registradas 14 autuações que resultaram em pagamentos realizados ao longo do ano ao Fundo Estadual de Meio Ambiente, além do pagamento de parcelas referentes a um Termo de Ajustamento de Conduta firmado com o Instituto Ambiental do Paraná. O valor total pago foi de R\$ 1.037.734,21.
	EN29 Multas e sanções significativas ¹ por não conformidade a leis e regulamentos ambientais	
Geral	DMA Forma de gestão	46
	EN31 Total de investimentos e gastos com proteção ambiental	47

¹ Para definição de multa significativa, a Companhia adotou os seguintes critérios: valor individual ou por categoria acima de R\$ 50 mil; aplicação da multa ou sanção em caráter definitivo, sem direito a recurso; presença de riscos à operação.

Categoria social – práticas trabalhistas e trabalho decente		
Aspecto	Descrição	Página/resposta
Treinamento e educação	DMA Forma de gestão	62
	LA9 Média de horas de treinamento por ano	62 e 63
	LA11 Percentual de empregados que recebem análises de desempenho	64
Diversidade e igualdade de oportunidades	DMA Forma de gestão	61
	LA12 Composição dos grupos responsáveis pela governança e discriminação de empregados por categoria funcional	Na página 62 são apresentados diversos indicadores de diversidade. A distribuição por etnia, conforme autodeclaração dos empregados é: 94,4% brancos, 5,1% negros ou pardos, 0,4% amarelos, 0,1% não informado.
Igualdade de remuneração entre mulheres e homens	DMA Forma de gestão	61
	LA13 Proporção de salário-base entre homens e mulheres, por categoria funcional e por unidades operacionais relevantes	62
Categoria social – sociedade		
Aspecto	Descrição	Página/resposta
Combate à corrupção	DMA Forma de gestão	18
	SO3 Unidades submetidas a avaliações de riscos relacionados à corrupção	19
	SO5 Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas	19
Conformidade	DMA Forma de gestão	18
	SO8 Multas e sanções significativas ¹ por não conformidade com as leis e regulamentos relativos a aspectos da sociedade	De acordo com informações dos Núcleos Jurídicos e Coordenadorias da Unidade de Serviços Jurídicos (USJU) e da Gerência Contábil da Companhia, não houve multas significativas nem sanções não monetárias por não conformidade com leis e regulamentos relativos à sociedade.
Categoria social – responsabilidade pelo produto		
Aspecto	Descrição	Página/resposta
Saúde e segurança do cliente	DMA Forma de gestão	55
	PR1 Avaliação de impactos na saúde e segurança durante o ciclo de vida de produtos e serviços	100% das etapas do processo de abastecimento de água passam por avaliação. O índice de conformidade em 2016 foi de 99,87%. Mais informações na página 55.
Rotulagem de produtos e serviços	DMA Forma de gestão	54 e 59
	PR5 Resultados de pesquisas de satisfação do cliente	54 e 59
Conformidade	DMA Forma de gestão	51
	PR9 Multas e sanções significativas ¹ por não conformidade a leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços	Não houve multas significativas ou sanções não monetárias relativas aos serviços prestados.

¹ Para definição de multa significativa, a Companhia adotou os seguintes critérios: valor individual ou por categoria acima de R\$ 50 mil; aplicação da multa ou sanção em caráter definitivo, sem direito a recurso; presença de riscos à operação.



EXPEDIENTE

Coordenação do Relatório de Administração e Sustentabilidade 2016

Cristiane Schwanka

Liliane Rigoni

Apoio: Roberta Storelli e Angela Luvisotto

Consultoria e coordenação editorial

Judith Mota (materialidade e consultoria GRI)

Luciana Zenti (atendimento)

Talita Fusco (redação e edição)

Renata Costa (apuração)

Projeto gráfico e diagramação

Gisele Fujiura e Gustavo Inafuku

Ilustrações

Flávia Ocaranza

Fotografia

Capa: Maurilio Cheli

Internas: Bruno Covello e acervo Sanepar

Revisão gramatical

Juliana Muscovick

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIO 2016

- 80** Balanços Patrimoniais
- 82** Demonstração dos Resultados
- 83** Demonstração dos Resultados Abrangentes
- 84** Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- 86** Demonstração dos Fluxos de Caixa
- 87** Demonstração do Valor Adicionado
- 88** Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
- 122** Relatório dos Auditores Independentes
- 125** Parecer do Conselho Fiscal
- 126** Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Contador



BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	2016	2015
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	638.330	163.797
Contas a Receber de Clientes, líquido	5	559.797	477.281
Estoques		36.722	35.662
Impostos e Contribuições a Recuperar	6	39.021	28.829
Depósitos Vinculados		9.844	9.166
Outras Contas a Receber	7	23.526	23.648
Total do Circulante		1.307.240	738.383
Não Circulante			
Contas a Receber de Clientes, líquido	5	10.706	9.736
Impostos e Contribuições a Recuperar	6	760	684
Depósitos Vinculados	24	45.834	34.559
Ativos Financeiros Contratuais	10	172.381	77.420
Depósitos Judiciais	15.c	156.442	132.894
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	16.c	373.997	334.775
Outras Contas a Receber	7	43.695	16.357
Investimentos	8	12.403	8.224
Imobilizado, líquido	9.a	131.268	130.043
Intangível, líquido	9.b	7.199.393	6.761.600
Total do Não Circulante		8.146.879	7.506.292
TOTAL DO ATIVO		9.454.119	8.244.675

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇOS PATRIMONIAISEm 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)**PASSIVO**

	Nota	2016	2015
Circulante			
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamento Mercantil Financeiro	11	379.163	230.660
Empreiteiros e Fornecedores		133.505	125.404
Contratos de Concessão	12	7.501	7.052
Impostos e Contribuições	13	63.260	50.124
Salários e Encargos Sociais		157.379	140.286
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	17/18	134.055	95.101
Títulos a Pagar		-	3.087
Receitas a Apropriar		542	3.250
Cauções e Retenções Contratuais		2.338	2.684
Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica	25	53.062	46.896
Outras Contas a Pagar	14	36.513	36.957
Total do Circulante		967.318	741.501
Não Circulante			
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamento Mercantil Financeiro	11	2.332.911	2.105.348
Contratos de Concessão	12	89.425	91.115
Impostos e Contribuições	13	1.411	1.468
Receitas a Apropriar		-	542
Provisões	15.a	506.576	463.423
Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica	25	742.866	656.541
Outras Contas a Pagar	14	4.939	4.430
Total do Não Circulante		3.678.128	3.322.867
Patrimônio Líquido			
	18		
Capital Social		2.847.664	2.597.360
Reserva de Reavaliação		87.200	92.825
Ajustes de Avaliação Patrimonial		10.410	12.147
Reservas de Lucros		1.779.937	1.398.472
Outros Resultados Abrangentes		83.462	79.503
Total do Patrimônio Líquido		4.808.673	4.180.307
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		9.454.119	8.244.675

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2016	2015
Receita Operacional Líquida	19	3.477.525	2.971.185
Custos dos Produtos e Serviços	20	(1.445.108)	(1.345.162)
Lucro Bruto		2.032.417	1.626.023
Despesas Operacionais			
Comerciais	21	(253.067)	(202.780)
Administrativas	21	(616.161)	(591.952)
Outras Despesas Operacionais	21	(11.197)	(15.356)
Resultado de Equivalência Patrimonial	8	(3.361)	(1.688)
Programa de Participação nos Resultados	22	(53.123)	(40.947)
		(936.909)	(852.723)
Receitas (Despesas) Financeiras			
Receitas Financeiras	23	80.526	51.999
Despesas Financeiras	23	(244.807)	(211.473)
		(164.281)	(159.474)
Provisões			
Cíveis, Trabalhistas, Tributárias e Ambientais	15.a	(43.153)	4.349
Planos de Aposentadoria e Assistência Médica	25	(98.489)	(77.861)
		(141.642)	(73.512)
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		789.585	540.314
Imposto de Renda e Contribuição Social	16.a	(162.738)	(101.870)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		626.847	438.444
Lucro Líquido Atribuível às Ações Ordinárias		195.890	202.969
Lucro Líquido Atribuível às Ações Preferenciais		430.957	235.475
Lucro Básico e Diluído por Ação	18.e		
Ordinária		0,86811	0,87499
Preferencial		1,71311	0,96249
Quantidade de Ações no Final do Exercício			
Ordinárias		167.911.724	231.967.956
Preferenciais		335.823.449	244.652.250

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	2016	2015
Lucro Líquido do Exercício	626.847	438.444
Outros Resultados Abrangentes Líquidos a serem Reclassificados para o Resultado do Exercício em Períodos Subsequentes	3.959	144.723
Ganhos e Perdas Atuariais	5.998	219.277
Efeito do Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.039)	(74.554)
Resultado Abrangente do Exercício	630.806	583.167

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de Reavaliação	Ajustes de Avaliação Patrimonial
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	2.597.360	98.750	14.073
Realização de Reserva de Reavaliação	-	(8.977)	-
Realização de Tributos sobre a Reserva de Reavaliação	-	3.052	-
Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	-	-	(2.919)
Realização de Tributos sobre o Ajuste ao Custo Atribuído	-	-	993
Ganhos e Perdas Atuariais	-	-	-
Provisão de Tributos sobre Ganhos e Perdas Atuariais	-	-	-
Dividendos Adicionais de 2015	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-
Destinação proposta à A.G.O.:			
Constituição de Reserva Legal	-	-	-
Incentivos Fiscais	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-
Retenção de Lucros	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	2.597.360	92.825	12.147
Aumento de Capital	257.592	-	-
Gastos com Emissão de Ações	(7.288)	-	-
Realização de Reserva de Reavaliação	-	(8.522)	-
Realização de Tributos sobre a Reserva de Reavaliação	-	2.897	-
Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	-	-	(2.631)
Realização de Tributos sobre o Ajuste ao Custo Atribuído	-	-	894
Ganhos e Perdas Atuariais	-	-	-
Provisão de Tributos sobre Ganhos e Perdas Atuariais	-	-	-
Dividendos Adicionais de 2015	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-
Destinação proposta à A.G.O.:			
Constituição de Reserva Legal	-	-	-
Incentivos Fiscais	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-
Retenção de Lucros	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	2.847.664	87.200	10.410

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Reservas de Lucros

Plano de Investimentos	Legal	Incentivos Fiscais	Dividendo Adicional Proposto	Lucros Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total
897.087	150.759	8.283	99.993	-	(65.220)	3.801.085
-	-	-	-	8.977	-	-
-	-	-	-	(3.052)	-	-
-	-	-	-	2.919	-	-
-	-	-	-	(993)	-	-
-	-	-	-	-	219.277	219.277
-	-	-	-	-	(74.554)	(74.554)
-	-	-	(99.993)	-	-	(99.993)
-	-	-	-	438.444	-	438.444
-	21.922	-	-	(21.922)	-	-
-	-	715	-	(715)	-	-
-	-	-	-	(204.396)	-	(204.396)
-	-	-	103.951	(3.507)	-	100.444
215.755	-	-	-	(215.755)	-	-
1.112.842	172.681	8.998	103.951	-	79.503	4.180.307
-	-	-	-	-	-	257.592
-	-	-	-	-	-	(7.288)
-	-	-	-	8.522	-	-
-	-	-	-	(2.897)	-	-
-	-	-	-	2.631	-	-
-	-	-	-	(894)	-	-
-	-	-	-	-	5.998	5.998
-	-	-	-	-	(2.039)	(2.039)
-	-	-	(103.951)	-	-	(103.951)
-	-	-	-	626.847	-	626.847
-	31.343	-	-	(31.343)	-	-
-	-	335	-	(335)	-	-
-	-	-	-	(293.404)	-	(293.404)
-	-	-	148.792	(4.181)	-	144.611
304.946	-	-	-	(304.946)	-	-
1.417.788	204.024	9.333	148.792	-	83.462	4.808.673

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	2016	2015
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do Exercício	626.847	438.444
Ajustes para Conciliar o Resultado ao Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais		
Depreciações e Amortizações	217.111	194.194
Custo das Baixas do Imobilizado e Intangível	12.651	11.965
Ajuste ao Valor Recuperável de Ativos	1.285	7.145
Custo das Baixas de Investimentos	-	(65)
Ajuste a Valor Presente de Ativos Financeiros	(22.625)	(4.568)
Provisão para Perdas na Realização de Créditos	21.775	(4.799)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, líquidos	(41.261)	(30.254)
Provisões	43.153	(4.349)
Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica	98.489	77.861
Juros sobre Financiamentos	238.666	203.015
Variações Monetárias sobre Financiamentos	50.055	50.423
Resultado de Equivalência Patrimonial	3.361	1.688
Apropriação de Custos na Captação de Recursos de Terceiros	378	270
	623.038	502.526
Redução (Aumento) dos Ativos Operacionais		
Contas a Receber de Clientes	(105.261)	(80.673)
Impostos e Contribuições a Recuperar	(10.268)	(5.936)
Depósitos Judiciais	(23.548)	33.853
Estoques	(1.060)	(496)
Outras Contas a Receber	(27.216)	1.219
	(167.353)	(52.033)
Aumento (Redução) dos Passivos Operacionais		
Empreiteiros e Fornecedores	8.101	(15.675)
Contratos de Concessão	(1.241)	3.089
Impostos e Contribuições	(3.150)	(4.118)
Salários e Encargos a Pagar	17.093	11.449
Cauções e Retenções Contratuais	(346)	(180)
Receitas a Apropriar	(3.250)	(3.250)
Títulos a Pagar	(3.087)	(6.542)
Outras Contas a Pagar	65	(1.460)
	14.185	(16.687)
Caixa e Equivalentes Gerados pelas Atividades Operacionais	1.096.717	872.250
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aplicação no Imobilizado e no Intangível	(701.293)	(795.089)
Aplicação em Investimentos	(7.540)	(1.643)
Caixa e Equivalentes Aplicados nas Atividades de Investimentos	(708.833)	(796.732)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Financiamentos Obtidos	494.178	652.815
Amortizações de Financiamentos	(219.152)	(243.208)
Pagamentos de Juros sobre Financiamentos	(227.344)	(199.565)
Custo na Captação de Recursos de Terceiros	(1.823)	(235)
Depósitos Vinculados	(11.953)	705
Pagamentos de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(197.561)	(191.294)
Emissão de Ações Primárias	257.592	-
Gastos com Emissão de Ações	(7.288)	-
Caixa e Equivalentes Gerados nas Atividades de Financiamentos	86.649	19.218
AUMENTO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES	474.533	94.736
No Início do Exercício	163.797	69.061
No Final do Exercício	638.330	163.797

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	2016	%	2015	%
Receitas				
Vendas de Produtos e Serviços	3.741.006		3.183.352	
Outros Resultados	(11.197)		(8.211)	
Perdas na Realização e Recuperação de Ativos	(21.775)		(2.346)	
	3.708.034		3.172.795	
Insumos Adquiridos de Terceiros				
Produtos Químicos Consumidos	(73.173)		(68.117)	
Materiais Consumidos	(66.626)		(61.024)	
Energia Elétrica	(385.599)		(390.862)	
Outros Custos de Produtos e Serviços	(347.222)		(314.391)	
Serviços de Terceiros Contratados	(161.326)		(150.748)	
Outras Despesas Operacionais	(98.219)		(53.669)	
	(1.132.165)		(1.038.811)	
Valor Adicionado Bruto	2.575.869		2.133.984	
Depreciações e Amortizações	(217.111)		(194.194)	
Valor Adicionado Líquido	2.358.758		1.939.790	
Valor Adicionado Recebido em Transferência				
Resultado de Equivalência Patrimonial	(3.361)		(1.688)	
Receitas Financeiras	80.526		51.999	
Valor Adicionado Total a Distribuir	2.435.923		1.990.101	
Distribuição do Valor Adicionado				
Empregados e Administradores				
Salários e Encargos	787.199	32,3	710.739	35,7
Honorários da Diretoria e Conselhos	9.141	0,4	8.346	0,4
Programa de Participação nos Resultados	53.123	2,2	40.947	2,1
Planos de Aposentadoria e Assistência Médica	83.217	3,4	75.477	3,8
	932.680	38,3	835.509	42,0
Governos				
Tributos Federais	583.898	24,0	463.487	23,3
Tributos Estaduais	458	0,0	498	0,0
Tributos Municipais	1.924	0,1	1.852	0,1
	586.280	24,1	465.837	23,4
Financiadores				
Aluguéis	45.309	1,9	38.838	1,9
Juros e Variações Monetárias	244.807	10,0	211.473	10,6
	290.116	11,9	250.311	12,5
Acionistas				
Juros sobre o Capital Próprio	293.404	12,0	204.396	10,3
Dividendos	4.181	0,2	3.507	0,2
Lucro Líquido do Exercício não Distribuído	329.262	13,5	230.541	11,6
Total	2.435.923	100,0	1.990.101	100,0

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR (também identificada como “Companhia” ou “Sanepar”), sediada à Rua Engenheiros Rebouças em Curitiba – Paraná, é uma Sociedade de Economia Mista que tem por objetivo social, por delegação do Estado do Paraná e seus municípios, a exploração de serviços de saneamento básico, principalmente a distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, além da coleta e tratamento de resíduos sólidos, realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações, ampliações de redes de distribuição de água e redes de coleta e tratamento de esgoto sanitário e prestação de serviços de consultoria e assistência técnica em suas áreas de atuação. A Companhia também colabora com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais em assuntos pertinentes ao desenvolvimento de seus objetivos básicos.

A Companhia, por meio de concessões municipais, presta serviços de tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto. As renovações dos contratos têm seu prazo de validade definido em média 30 anos. De um total de 346 sedes municipais operadas, aproximadamente 5,2% dos contratos estão em processo de renovação por estarem vencidos, 17,9% vencem de 2017 a 2026 e 76,9% foram renovados tendo seus vencimentos após 2027. Para os casos de concessão que não forem renovadas, quando do seu vencimento, o município deverá ressarcir à Companhia os valores residuais dos ativos relacionados à concessão.

Apenas a concessão do município de Curitiba possui regras que determinam um custo pela concessão a ser pago pela Companhia, conforme indicado na nota 12.

A Companhia participa com 40% do capital de Sociedade de Propósito Específico, sob a forma de Sociedade Anônima de capital fechado, denominada “CS Bioenergia S/A”, que tem como objeto social a exploração e destinação final adequada de resíduos sólidos e orgânicos, bem como o lodo produzido nas estações de tratamento de esgotos, produção de biogás e geração de energia, conforme indicado na nota 8.

A Companhia é registrada na CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&Fbovespa), estando listada no Nível 2 de Governança Corporativa.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em conformidade com as Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09. Foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de

Pronunciamentos Contábeis - CPC e, ainda, com base nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em 30 de janeiro de 2017.

2.2 Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e os ativos financeiros mensurados ao valor justo.

2.3 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto aqueles indicados de outra forma.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou as práticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

As principais práticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas respectivas Notas Explicativas, adotadas na elaboração das demonstrações contábeis foram:

- a) **Caixa e Equivalentes de Caixa** – Nota Explicativa 4
- b) **Contas a Receber de Clientes** – Nota Explicativa 5
- c) **Provisão para Perdas na Realização de Créditos** – Nota Explicativa 5
- d) **Investimentos** – Nota Explicativa 8
- e) **Imobilizado** – Nota Explicativa 9
- f) **Intangível** – Nota Explicativa 9
- g) **Arrendamento Mercantil Financeiro**: A classificação do arrendamento mercantil como operacional ou financeiro é determinado com base em uma análise dos termos e condições dos contratos. São classificados como Arrendamento Mercantil Financeiro os contratos que evidenciem a transferência substancial dos riscos e benefícios relacionados à propriedade dos Ativos arrendados. Os bens arrendados estão demonstrados na Nota Explicativa 9 e a dívida correspondente na Nota Explicativa 11.
- h) **Capitalização de Juros e Encargos Financeiros** – Nota Explicativa 9
- i) **Ativos Financeiros Contratuais** – Nota Explicativa 10
- j) **Empréstimos, Financiamentos e Debêntures** – Nota Explicativa 11
- k) **Provisões e Passivos Contingentes** – Nota Explicativa 15
- l) **Imposto de Renda e Contribuição Social** – Nota Explicativa 16
- m) **Partes Relacionadas** – Nota Explicativa 17

n) Crédito de Juros sobre o Capital Próprio – Nota Explicativa 18.d

o) Receitas – Nota Explicativa 19

p) Instrumentos Financeiros – Nota Explicativa 24

q) Benefício Pós-emprego Concedido aos Empregados – Nota Explicativa 25

r) Estoques: Os estoques são formados principalmente por materiais de manutenção e conserto, registrados por seus custos médios de aquisição, no Ativo Circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou de realização.

s) Passivo Circulante e Não Circulante: Todos os passivos são registrados pelos valores conhecidos ou estimados e, quando aplicável, atualizados *pro rata die*, até a data de encerramento das demonstrações contábeis, com base nos indicadores e encargos pactuados, sem a necessidade de ajuste a valor presente.

t) Concessões: A Companhia registra a infraestrutura utilizada para operação dos serviços públicos de saneamento básico da seguinte forma:

Contratos de Concessão: os bens patrimoniais decorrentes de “Contratos de Concessão” assinados anteriormente à vigência da Lei 11.445/07 (ainda regidos pela Lei de Concessões – Lei 8.987/95), são registrados no ativo intangível e amortizados pela vida útil econômica, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia.

Contratos de Programas: os bens patrimoniais decorrentes de “Contratos de Programas”, em observância às regras da Lei 11.445/07 – Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, em que o poder concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, são registrados de acordo com o modelo bifurcado (ativo intangível e ativo financeiro) definido pelo ICPC 01 (R1) e OCPC 05. Neste modelo, na data da assinatura do Contrato de Programa, a Companhia registra parte no ativo intangível, na extensão que recebe um direito (licença) para cobrar do usuário a utilização do serviço público, e parte do valor no ativo financeiro na extensão em que a vida útil econômica dos bens registrados no ativo intangível ultrapassa o prazo do Contrato de Programa. O ativo financeiro representa o valor remanescente do ativo intangível a ser reembolsado à Companhia pelo poder concedente no final do prazo do contrato. Os bens patrimoniais são amortizados de acordo com os prazos dos contratos ou pela vida útil dos mesmos, dos dois o menor.

u) Demonstrações dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – Demonstrações dos Fluxos de Caixa. As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

v) Uso de Estimativas e Julgamentos: A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Companhia utilize estimativas e premissas que afetam os montantes divulgados nestas informações e notas explicativas. Os resultados efetivos poderão ser diferentes de tais estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. Os principais processos de estimativas estão resumidos a seguir:

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados.

A Administração da Companhia acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais são necessárias e adequadas com base na legislação em vigor.

Provisão para perdas na realização de créditos

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais

anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto de renda diferido ativo que pode ser reconhecido, com base num prazo considerado como razoável, bem como no nível de lucros tributáveis esperados nos próximos exercícios, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Plano de aposentadoria e assistência médica

O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e outros benefícios de assistência médica pós-emprego, e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

w) Pronunciamentos novos ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2016

As normas e interpretações emitidas, ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, que poderão surtir efeitos significativos após a emissão dos respectivos pronunciamentos equivalentes pelo CPC, são as seguintes:

IFRS 9 Instrumentos Financeiros: Em julho de 2015, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros do projeto: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de *hedge*. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, sendo permitida a aplicação antecipada. Exceto para contabilidade de *hedge*, é exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. Para contabilidade de *hedge*, as exigências são geralmente aplicadas prospectivamente, salvo poucas exceções. A Companhia avaliou e acredita que não haverá efeitos em suas Demonstrações Contábeis emitidas.

IFRS 15 Receitas de Contratos com Clientes: A IFRS 15, emitida em maio de 2015, estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida adoção antecipada. A Companhia avaliou os efeitos decorrentes em suas demonstrações contábeis e concluiu que não haverá impacto da referida norma.

IAS 7 – Iniciativa de divulgação – Alterações à IAS 7: As alterações à IAS 7 – Demonstração de fluxos de caixa, fazem parte da iniciativa de divulgação do IASB e exigem que uma entidade forneça divulgações que permitam aos

usuários das demonstrações financeiras avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, incluindo tanto as mudanças provenientes de fluxos de caixa como mudanças que não afetam o caixa. Na adoção inicial da alteração, as entidades não são obrigadas a fornecer informações comparativas relativamente a períodos anteriores. As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2017, sendo permitida a adoção antecipada. A adoção das alterações, se aplicável, poderá resultar em divulgação adicional pela Companhia.

IFRS 16 Operações de arrendamento mercantil

A IFRS 16 foi emitida em janeiro de 2016 e substitui a IAS 17 – Operações de arrendamento mercantil, IFRIC 4 – Como determinar se um acordo contém um arrendamento, SIC-15 – Arrendamentos operacionais – Incentivos e SIC-27 – Avaliação da substância de transações envolvendo a forma legal de arrendamento.

A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidência de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

Não há alteração substancial na contabilização do arrendatário com base na IFRS 16 em relação à contabilização atual de acordo com a IAS 17. Os arrendatários continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação da IAS 17, distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros. A IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17.

A IFRS 16 entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida, mas não antes da adoção da IFRS 15. O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a retrospectiva completa ou uma abordagem modificada da retrospectiva. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções. A Companhia encontra-se em fase de análise dos impactos das alterações deste pronunciamento.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Prática Contábil:

Incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras que são demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos de acordo com as taxas pactuadas com as Instituições Financeiras, calculadas pro rata die e apropriadas mensalmente. Uma aplicação financeira se qualifica como equivalente de caixa quando possui características de conversibilidade imediata com o próprio emissor em um montante conhecido de caixa e não está sujeita a risco de mudança significativa de valor.

Apresenta a seguinte composição:

Descrição	2016	2015
Caixa	-	1
Depósitos Bancários Livres	2.988	4.568
Depósitos Bancários Vinculados	24.687	11.823
	27.675	16.392
Aplicações Financeiras		
Caixa FI Sanepar I Renda Fixa (1)	511.541	74.071
CDB Flex Empresarial (2)	99.114	73.333
Itaú Corp Plus Referenciado	-	1
	610.655	147.405
Totais de Caixa e Equivalentes de Caixa	638.330	163.797

As aplicações financeiras possuem características de curto prazo, de alta liquidez e com baixo risco de mudança de valor. São constituídas por fundos de renda fixa aplicados em Fundos de Investimentos, com remuneração média de 100,18% do CDI (99,43% em 2015) e Certificado de Depósito Bancário da CAIXA.

(1) O Fundo CAIXA FI SANEPAR I RENDA FIXA é exclusivo para as aplicações da Companhia sendo que em 31/12/2016, alocava 61,46% dos recursos em Operações Compromissadas NTN-B, os quais possuem opção de recompra imediata das quotas pelo banco, 0,07% em Títulos Públicos Federais (LFT e LTN) e 38,47% em CDB de Instituição Financeira de primeira linha (75,29%, 1,98% e 22,73% respectivamente em 2015);

(2) O Certificado de Depósito Bancário (CDB) é de emissão da própria Caixa Econômica Federal, contratado a uma taxa flutuante de 100,50% a 102,00% do CDI com alta liquidez, de acordo com o prazo contratado e decorrido da aplicação.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES, LÍQUIDO

Prática Contábil:

Contas a Receber de Clientes: Incluem os serviços medidos e faturados, ainda não recebidos, e as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto, ainda não faturadas, contabilizadas por estimativas pelo regime de competência, conforme o consumo estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, tendo por base o consumo médio de cada cliente.

Ajuste a Valor Presente: Os saldos de contas a receber de clientes referente a parcelamentos foram ajustados a valor presente. Os parcelamentos das contas de particulares são atualizados pela SELIC, acrescidos de taxa de administração e de risco e os das contas de órgãos públicos com base nos juros da poupança de 6% ao ano. A Companhia adota

para o cálculo do Ajuste a Valor Presente a taxa SELIC para as contas de particulares e os juros de poupança para as contas de órgãos públicos.

Provisão para Perdas na Realização de Créditos: Com o intuito de estimar os montantes de provisão para perdas na realização de créditos, a serem reconhecidos no período, a Administração da Companhia realiza análises de suas contas a receber, especialmente sobre os montantes vencidos, considerando a composição dos saldos de contas a receber por idade de vencimento e a expectativa de recuperação em cada classe de consumo.

A provisão é constituída com base nos valores a receber de consumidores residenciais, comerciais, industriais e Poder Público Federal vencidos há mais de 180 dias, e com base nos valores vencidos há mais de 2 anos para Poder Público Municipal, exceto para as prefeituras que não estejam efetuando o pagamento das contas vencidas, para as quais é constituída provisão para a totalidade dos créditos. A Companhia não constitui provisão para perdas na realização de créditos do setor Estadual por se tratar de parte relacionada controladora e devido ao seu histórico de regularização de débitos, aliado ao parecer da Procuradoria Geral do Estado do Paraná que concluiu pela legalidade da compensação entre valores a receber de faturamento da Companhia e valores a pagar ao Estado do Paraná a título de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio.

a) Os saldos de contas a receber de clientes apresentam a seguinte composição por vencimento:

Descrição	2016	2015
Contas a Receber Vincendas	199.442	182.698
Contas a Receber de Parcelamentos	37.151	33.057
Ajuste a Valor Presente	(3.408)	(2.840)
Contas a Faturar (Consumo não Faturado)	160.852	134.104
	394.037	347.019
Contas a Receber Vencidas		
De 1 a 30 dias	100.748	89.053
De 31 a 60 dias	25.850	26.106
De 61 a 90 dias	11.431	8.727
De 91 a 180 dias	19.505	12.347
Mais de 180 dias	165.268	129.160
Provisão para Perdas na Realização de Créditos	(146.336)	(125.395)
	176.466	139.998
Totais de Contas a Receber, líquidas	570.503	487.017
Circulante	559.797	477.281
Não Circulante	10.706	9.736

Do total de contas a receber vencidas, líquidas das perdas na realização de créditos, o montante de R\$6.244 (R\$3.922 em 2015) refere-se a pendências de Prefeituras Municipais; R\$145.499 (R\$118.403 em 2015) de Particulares; R\$453 (R\$886 em 2015) do setor Federal e R\$24.270 (R\$16.787 em 2015) do setor Estadual.

b) A movimentação da provisão para perdas na realização de créditos foi a seguinte:

Descrição	2016	2015
Saldos no Início do Exercício	(125.395)	(132.505)
Valores Registrados como Despesa	(21.775)	4.799
Baixas, Líquidas das Recuperações	834	2.311
Saldos no Final do Exercício	(146.336)	(125.395)

c) O saldo de provisão para perdas na realização de créditos a receber apresenta a seguinte composição:

Descrição	2016	2015
Clientes Particulares	81.558	64.355
Órgãos do Governo Federal	7	11
Prefeituras Municipais	64.771	61.029
Totais	146.336	125.395

6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Apresenta a seguinte composição:

Descrição	2016	2015
Imposto de Renda a compensar	29.219	20.998
Contribuição Social a compensar	9.422	7.207
Impostos e Contribuições retidos – órgãos públicos	1.140	1.026
Outros tributos a compensar	-	282
Totais	39.781	29.513

Circulante	39.021	28.829
Não Circulante	760	684

7. OUTRAS CONTAS A RECEBER

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	2016	2015
Adiantamentos a Empregados	3.739	3.529
Pagamentos Reembolsáveis	4.092	5.646
Depósitos Dados em Garantia	1.888	2.235
Fundo Municipal de Meio Ambiente	44.462	15.942
Despesas Antecipadas	12.105	11.996
Títulos e Outros Créditos	935	657

Totais	67.221	40.005
Circulante	23.526	23.648
Não Circulante	43.695	16.357

8. INVESTIMENTOS

Prática Contábil:

Joint Venture: O investimento da Companhia na joint venture é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial, foi reconhecido inicialmente ao custo e é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da joint venture a partir da data de aquisição.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da joint venture. Eventual variação em outros resultados abrangentes dessa investida é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia.

As demonstrações contábeis da joint venture são elaboradas para o mesmo período de divulgação e com as políticas contábeis alinhadas às da Companhia.

Outros Investimentos: São avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

Descrição	2016	2015
Investimento Controlado em Conjunto – CS Bioenergia S.A.	9.466	5.287
Outros Investimentos reconhecidos pelo Método de Custo	2.937	2.937
Totais	12.403	8.224

Investimentos em joint venture

A Companhia detém 40% da CS Bioenergia S.A. referente a aporte financeiro no montante de R\$12.542 em seu Capital Social e R\$2.159 a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC. A participação da Companhia é contabilizada utilizando o método da equivalência patrimonial nas Demonstrações Contábeis da investida, que estão sumariadas a seguir:

Balanco Patrimonial - CS Bioenergia S.A.	2016	2015
Ativo Circulante	1.139	719
Ativo Não Circulante	59.858	42.830
• Imobilizado	39.831	42.774
• Arrendamento Mercantil Financeiro	20.026	-
• Outros	1	56
Ativo Total	60.997	43.549
Passivo Circulante	37.334	30.294
• Empréstimos, Financiamentos e Arrendamento Mercantil Financeiro	37.334	30.294
Passivo Não Circulante	-	37
Patrimônio Líquido	23.663	13.218
Passivo Total	60.997	43.549

Demonstração do Resultado - CS Bioenergia S.A.

	2016	2015
Receita	-	-
(-) Despesas Operacionais	(2.701)	(4.652)
Resultado Financeiro	(5.693)	636
Resultado Antes dos Impostos	(8.394)	(4.016)
IRPJ e CSLL	-	(203)
Resultado do Exercício	(8.394)	(4.219)

A movimentação do investimento no exercício é a seguinte:

Descrição	2016	2015
Saldo no início do exercício	5.287	1.894
Aportes Financeiros	7.540	5.081
Resultado de Equivalência Patrimonial (percentual de participação 40%)	(3.361)	(1.688)
Saldo no final do exercício	9.466	5.287

Outros Investimentos

A Companhia mantém investimentos diversos sobre os quais não exerce influência significativa, de modo que os mesmos são avaliados pelo método de custo e cujo montante é de R\$2.937 (R\$2.937 em 2015).

Instrumento de Fiança

Em 05 de setembro de 2016, conforme deliberado pela 8ª/2016 Reunião Extraordinária de Diretoria, a Companhia foi autorizada a avaliar mediante emissão de Carta de Fiança, na proporção de 40% do volume da Emissão ("Obrigações Garantidas"), as obrigações assumidas pela CS Bioenergia S.A., no âmbito da 1ª emissão, pela Emissora, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição de 3.000 debêntures, com valor unitário de R\$10, perfazendo o montante total de R\$30.000, as quais foram objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476 de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Oferta Restrita"). A Carta de Fiança compreende a dívida principal e todos os seus acessórios em caráter irrevogável e irretirável até o pagamento integral dos valores devidos aos debenturistas.

9. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Prática Contábil:

Imobilizado: É demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, incluindo reavaliações procedidas em anos anteriores e os ajustes de avaliação patrimonial ao novo custo atribuído, deduzido das depreciações calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas indicadas nesta Nota Expli-

cativa. Anualmente é efetuado teste de recuperabilidade dos saldos do ativo imobilizado, sempre quando há algum indicador de que o ativo imobilizado pode não ser recuperável.

Intangível: O intangível vinculado aos contratos de concessão é registrado pelo seu custo de aquisição, construção ou contratação e inclui o Direito de Uso e Contratos de Concessão. O ativo intangível vinculado aos Contratos de Programas é reconhecido inicialmente pela diferença entre o valor investido em bens ligados às concessões e o valor presente do Ativo Financeiro Contratual calculado nos moldes da Nota Explicativa 10. Trata-se de ativo intangível de vida útil definida e o seu valor será amortizado dentro do prazo do contrato.

A amortização dos intangíveis vinculados aos Contratos de Concessão é calculada com base na vida útil econômica e a amortização dos bens vinculados aos Contratos de Programas é calculada pelos prazos de vigência dos contratos ou pela vida útil econômica dos bens componentes da infraestrutura para prestação dos serviços públicos, dos dois o menor. Para os bens cuja vida útil ultrapasse o prazo do contrato é constituído ativo financeiro, conforme mencionado na nota 3(t). Anualmente é efetuado teste de recuperabilidade dos saldos do ativo intangível, sempre quando há algum indicador de que o ativo intangível pode não ser recuperável.

Arrendamento Mercantil Financeiro: O registro contábil ocorre no momento da efetiva disponibilidade para uso, considerando seus valores justos ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. O valor da dívida é demonstrado na Nota Explicativa 11. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado com a política aplicável.

Capitalização de Juros e Encargos Financeiros: Os juros e demais encargos financeiros relacionados a financiamentos de bens do imobilizado e do intangível em andamento, são apropriados ao custo dos mesmos, até a conclusão da construção e/ou instalação do bem, após esse período os referidos encargos são apropriados como despesa financeira.

a) Imobilizado

Apresenta a seguinte composição:

Por Contas			2016	2015
Descrição	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	
Administração	227.838	(97.389)	130.449	129.585
Outras Imobilizações	8.160	(7.341)	819	458
Totais	235.998	(104.730)	131.268	130.043

Por Natureza			2016	2015
Descrição	Taxa de Depreciação Anual	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Terrenos	-	2.309	-	2.309
Construções Cíveis	*1,84%	67.945	(13.704)	54.241
Benfeitorias	2%	1.788	(622)	1.166
Instalações	*5,83%	3.700	(1.978)	1.722
Equipamentos	*6,23%	42.806	(18.180)	24.626
Móveis e Utensílios	7,14%	36.129	(16.575)	19.554
Equipamentos de Informática	*19,82%	34.242	(21.141)	13.101
Veículos	*13,05%	28.360	(19.677)	8.683
Máquinas, Tratores e Similares	*19,35%	18.170	(12.541)	5.629
Ferramentas	6,67%	549	(312)	237
Totais		235.998	(104.730)	131.268
				130.043

* Taxa Média Ponderada

b) Intangível

Apresenta a seguinte composição:

Por Contas		2016		2015
Descrição	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	
Sistemas de Água	4.017.386	(1.285.572)	2.731.814	2.447.372
Sistemas de Esgoto	4.180.206	(856.987)	3.323.219	2.917.714
Resíduos Sólidos	1.637	(1.637)	-	-
Direitos de Uso e Operação de Sistemas	125.087	(62.934)	62.153	66.320
Outros Ativos Intangíveis	83.163	(50.239)	32.924	34.311
Projetos e Obras em Andamento	1.000.861	-	1.000.861	1.243.864
Estoque para Obras	48.422	-	48.422	52.019
Totais	9.456.762	(2.257.369)	7.199.393	6.761.600

Por Natureza				2016	2015
	Taxa de Amortização Anual	Custo	Amortização Acumulada		
Descrição				Valor Líquido	
Terrenos	-	113.041	-	113.041	82.684
Poços	*3,10%	122.205	(33.160)	89.045	84.681
Barragens	*2,67%	142.847	(49.496)	93.351	94.589
Construções Cíveis	*2,59%	1.794.388	(407.162)	1.387.226	1.187.208
Benfeitorias	*2,67%	18.051	(1.979)	16.072	11.752
Tubulações	*2,64%	4.503.522	(1.023.136)	3.480.386	3.155.852
Ligações Prediais	3,33%	605.624	(190.800)	414.824	370.005
Instalações	*5,83%	137.080	(37.400)	99.680	65.895
Hidrômetros	10%	165.506	(64.693)	100.813	89.317
Macromedidores	10%	5.072	(3.133)	1.939	1.768
Equipamentos	*6,23%	481.948	(227.725)	254.223	221.063
Móveis e Utensílios	7,14%	4.980	(3.092)	1.888	1.750
Equipamento de Informática	*19,82%	88.560	(79.848)	8.712	6.774
Programas de Informática	20%	43.345	(32.973)	10.372	10.012
Veículos	*13,05%	17.264	(12.912)	4.352	4.724
Máquinas, Tratores e Similares	*19,35%	16.683	(13.631)	3.052	4.244
Ferramentas	6,67%	274	(171)	103	114
Direitos de Uso de Linhas de Transmissão	6,25%	156	(122)	34	37
Proteção e Preservação Ambiental	20%	21.846	(13.002)	8.844	6.928
Concessão do Município de Curitiba (1)	3,33%	125.000	(62.847)	62.153	66.320
Concessão do Município de Cianorte (2)	5%	87	(87)	-	-
Projetos e Obras em Andamento	-	1.000.861	-	1.000.861	1.243.864
Estoque para Obras	-	48.422	-	48.422	52.019
Totais		9.456.762	(2.257.369)	7.199.393	6.761.600

* Taxa Média Ponderada

(1) Custo do Contrato de Concessão onerosa, com prazo de vigência de 30 anos, cuja taxa de amortização é parte integrante dos custos relacionados à prestação de serviços de saneamento para o município de Curitiba, conforme mencionado na nota 12.

(2) Custo do Contrato de Concessão com a Prefeitura Municipal de Cianorte para operação dos serviços públicos de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, pelo prazo de 20 anos.

O saldo da conta “Projetos e Obras em Andamento” em 31 de dezembro de 2016, refere-se a 144 (175 em 2015) obras de ampliação e implantação de Sistemas de Abastecimento de Água em 109 (123 em 2015) localidades, no montante de R\$295.787 (R\$449.158 em 2015); 161 (236 em 2015) obras relativas a Sistemas de Coleta e Tratamento de Esgotos em 99 (123 em 2015) localidades, no montante de R\$569.947 (R\$669.484 em 2015), e ainda R\$135.127 (R\$125.222 em 2015) de investimentos em diversos projetos e obras operacionais nos sistemas operados pela Companhia.

Durante o exercício de 2016 foram capitalizados juros e demais encargos financeiros, incorridos sobre os recursos e empréstimos que financiaram os projetos e obras da Companhia, no montante de R\$47.385 (R\$46.064 em 2015). A taxa média utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização em relação ao total dos custos foi de 16,6%.

Arrendamento Mercantil Financeiro: A Companhia possui contrato de Locação de Ativos avaliado em R\$199,3 milhões precedida da concessão de direito real de uso das áreas e da execução das obras necessárias para ampliação do siste-

ma de esgotamento sanitário dos municípios de Matinhos e Pontal do Paraná, pelo prazo de 240 (duzentos e quarenta) meses, cujo pagamento irá iniciar em fevereiro de 2017. Os ativos objeto deste Arrendamento Mercantil Financeiro serão construídos e entregues pelo arrendador em quatro etapas, com intervalo de 1 (um) ano entre elas. No final de dezembro de 2016 foram concluídos e entregues para operação 20,6% do objeto do referido contrato equivalente a entrega da 1ª etapa contratual. A obrigação decorrente deste contrato está demonstrada na Nota Explicativa 11.

Em 31 de dezembro de 2016 o valor contábil para cada categoria de ativos sob compromisso de Arrendamento Mercantil Financeiro registrado no Ativo Intangível está demonstrado a seguir:

Descrição	2016	
	Custo	Amortização Acumulada
Edificações	11.406	(16)
Tubulações	26.691	(44)
Ligações Prediais	1.820	(5)
Instalações	95	(1)
Equipamentos	1.096	(6)
Totais	41.108	(72)

2016

Valor Líquido

c) Movimentação do Imobilizado e Intangível no exercício de 2016:

Descrição	2015	Adições	Depreciação e Baixas e		Transferências	2016
			Amortização	Perdas		
Imobilizado						
Terrenos	2.323	-	-	-	(14)	2.309
Construções Cíveis	52.293	-	(1.311)	(32)	3.291	54.241
Benfeitorias	1.134	-	(35)	-	67	1.166
Instalações	1.851	9	(157)	(1)	20	1.722
Equipamentos	24.427	2.273	(2.120)	(44)	90	24.626
Móveis e Utensílios	18.711	1.848	(1.759)	(120)	874	19.554
Equipamentos de Informática	8.656	7.292	(2.945)	(104)	202	13.101
Veículos	11.182	8	(1.392)	(913)	(202)	8.683
Máquinas, Tratores e Similares	9.302	37	(3.305)	(192)	(213)	5.629
Ferramentas	164	89	(15)	(1)	-	237
Totais Imobilizado	130.043	11.556	(13.039)	(1.407)	4.115	131.268
Intangível						
Terrenos	82.684	11.435	-	-	18.922	113.041
Poços	84.681	-	(2.743)	(2.413)	9.520	89.045
Barragens	94.589	9	(2.495)	-	1.248	93.351
Construções Cíveis	1.187.208	12.391	(34.000)	(2.728)	224.355	1.387.226
Benfeitorias	11.752	-	(383)	(21)	4.724	16.072
Tubulações	3.155.852	40.578	(92.657)	17	376.596	3.480.386
Ligações Prediais	370.005	2.111	(16.752)	(432)	59.892	414.824
Instalações	65.895	462	(6.848)	26	40.145	99.680
Hidrômetros	89.317	1	(14.366)	(2.832)	28.693	100.813
Macromedidores	1.768	-	(328)	-	499	1.939
Equipamentos	221.063	13.088	(20.364)	(3.799)	44.235	254.223
Móveis e Utensílios	1.750	24	(174)	(39)	327	1.888
Equipamentos de Informática	6.774	2	(928)	(12)	2.876	8.712
Programas de Informática	10.012	3.773	(3.754)	-	341	10.372
Veículos	4.724	23	(601)	4	202	4.352
Máquinas, Tratores e Similares	4.244	-	(1.407)	2	213	3.052
Ferramentas	114	-	(11)	-	-	103
Direitos de Uso de Linhas de Transmissão	37	-	(3)	-	-	34
Proteção e Preservação Ambiental	6.928	3.875	(2.085)	17	109	8.844
Concessão do Município de Curitiba	66.320	-	(4.167)	-	-	62.153
Concessão do Município de Cianorte	-	-	(6)	6	-	-
Subtotais Intangível	5.465.717	87.772	(204.072)	(12.204)	812.897	6.150.110
Projetos e Obras em Andamento	1.243.864	646.670	-	(325)	(889.348)	1.000.861
Estoques para Obras	52.019	(3.597)	-	-	-	48.422
Totais Intangível	6.761.600	730.845	(204.072)	(12.529)	(76.451)	7.199.393
Total Geral	6.891.643	742.401	(217.111)	(13.936)	(a) (72.336)	7.330.661

(a) Valor transferido para a conta de Ativos Financeiros Contratuais, referente à expectativa de valor residual a receber ao final dos contratos de programas, líquido do Ajuste a Valor Presente do exercício.

d) Análise do Valor Recuperável dos Ativos

Em 31 de dezembro de 2016, mesmo inexistindo quaisquer indicadores de diminuição do valor recuperável (*impairment*) sobre os ativos imobilizados e intangível com vida útil definida, a Companhia optou por realizar estudo técnico para determinar o valor recuperável de seus ativos, identificando como unidades geradoras de caixa, os segmentos de negócio de água e esgoto, utilizando as seguintes premissas nos cálculos:

d.1) Unidade Geradora de Caixa – Segmentos Água e Esgoto

- Para a apuração do valor recuperável dos ativos, ou unidades geradoras de caixa da Companhia, foi adotado o método do valor em uso, ou seja, o valor gerado de caixa pelo uso destes ativos;
- Vida útil baseada na expectativa de utilização do conjunto de ativos que compõem a UGC, considerando ainda a política de manutenção da Companhia;
- As estimativas de fluxo de caixa foram projetadas ao longo de cinco anos, como sugere o CPC 01 (R1) no seu item 33 b, em moeda corrente, ou seja, foram considerados os efeitos da inflação e ao final deflacionados;
- Taxa de desconto pré-imposto (13,1%) oriunda da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (*Weighted Average Cost of Capital* – WACC), como sugere o CPC 01 (R1) no seus itens 55 e 56;
- Premissas de crescimento do negócio, reajuste tarifário e evolução do OPEX, projetados conforme estabelecido no planejamento estratégico da Companhia;
- Crescimento de demanda segmento água de aproximadamente 1,0% e no segmento esgoto de aproximadamente 3,5% ao ano;
- O valor residual contábil dos ativos (ou unidade geradoras de caixa), na data final das estimativas dos fluxos de caixa, foram considerados como valor recuperável, tal procedimento foi adotado em virtude dos contratos de concessões e contratos de programa, preverem ressarcimento à companhia dos ativos residuais em caso de não renovação ou quebra de contrato;
- A evolução das despesas foi realizada conforme crescimento da demanda e inflação incidente em cada despesa.

O estudo técnico concluiu que o Ativo Imobilizado e Intangível que estão em operação, gerando fluxos de caixa, são plenamente recuperáveis, não sendo necessário constituir provisão para redução ao valor recuperável.

d.2) Unidade Geradora de Caixa – Resíduos Sólidos

A unidade geradora de caixa para operação de Resíduos Sólidos possui as seguintes características:

- Os contratos do segmento de resíduos sólidos foram tratados isoladamente, ou seja, cada um como UGC;
- Os resultados econômicos de todas unidades geradoras de caixa desta operação demonstram um histórico de prejuízo;
- Não existe nenhum fato relevante que evidencie mudança de tendência nos resultados econômicos negativos destes contratos.

Tendo em vista que as UGC's de resíduos sólidos, apresentaram resultados negativos, e ainda, que não há perspectiva de melhora para o segmento, o estudo técnico concluiu que os ativos que estão em operação não são recuperáveis, portanto, um complemento da provisão para desvalorização, no valor de R\$1.285, foi considerada necessária a provisão já existente em 31 de dezembro de 2015 no montante de R\$7.145, perfazendo o valor total de R\$ 8.430.

10. ATIVOS FINANCEIROS CONTRATUAIS

Prática Contábil:

Os Ativos Financeiros Contratuais representam a parcela do valor total dos ativos operacionais construídos que possuem vida útil superior ao prazo contratual e que consequentemente deverá ser indenizada pelo Poder Concedente no momento do término do contrato. Estes valores são reconhecidos inicialmente pela assinatura de cada Contrato de Programas e posteriormente pela adição de parcela referente ao investimento em novos ativos que extrapolam o prazo contratual.

*Ajuste a Valor Presente: Os Ativos Financeiros são trazidos a valor presente pelo IPCA projetado para o exercício (índice publicado pelo Banco Central do Brasil – BACEN), e pela Taxa de Custo de Capital Médio Ponderado (*Weighted Average Cost of Capital* – WACC) como taxa de desconto, resultando na aplicação de uma taxa equivalente que representa ao spread entre o IPCA e a taxa WACC. As variações do valor presente podem representar uma receita ou uma despesa a serem registrados na demonstração do resultado do exercício em que ocorrerem.*

A movimentação do Ativo Financeiro é a seguinte:

Descrição	2015	Adições	Receita de AVP	Despesa de AVP	2016
Investimento Não Amortizado	256.038	224.093	-	-	480.131
Ajuste a Valor Presente	(178.618)	(151.757)	22.712	(87)	(307.750)
Totais	77.420	72.336	22.712	(87)	172.381

A taxa de desconto equivalente aplicada para o cálculo do Ajuste a Valor Presente no período foi de 3,8% (*spread* entre o IPCA projetado para o exercício e a taxa WACC da Companhia) e levou em consideração Contratos de Programa com prazos entre 24 e 30 anos.

11. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO

Prática Contábil:

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado. Além disso, os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

As obrigações correspondentes aos arrendamentos mercantis, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas nos Passivos Circulante e Não Circulante de acordo com o prazo do contrato. Os pagamentos de arrendamentos mercantis financeiros são alocados a encargos financeiros e redução de passivo correspondente, de maneira a resultar em uma taxa de juros periódica e constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na Demonstração do Resultado em cada período durante o prazo do arrendamento.

As Debêntures emitidas pela Companhia não são conversíveis em ações e são contabilizadas como empréstimos.

a) A composição de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro é a seguinte:

Descrição	Taxa de Juros Anual Efetiva	Indexador	2016		2015	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
					Total	Total
Debêntures 6ª Emissão - 1ª série	1,72%	DI	3.566	79.803	83.369	-
Debêntures 6ª Emissão - 2ª série	1,77%	DI	7.822	169.315	177.137	-
Debêntures 5ª Emissão - 1ª série	1,32%	DI	111.886	-	111.886	662
Debêntures 5ª Emissão - 2ª série	1,43%	DI	1.225	188.819	190.044	1.159
Debêntures 3ª Emissão - 1ª Série	1,47%	DI	68.997	66.690	135.687	70.307
Debêntures 3ª Emissão - 2ª Série	6,99%	IPCA	1.130	127.166	128.296	1.028
BNDES	1,82% e 2,50%	TJLP	34.393	92.168	126.561	33.375
Banco do Brasil - PSI	3,00% a 6,00%	-	3.406	19.129	22.535	3.411
Debêntures 2ª Emissão - 1ª série	1,92%	TJLP	12.284	80.788	93.072	12.150
Debêntures 2ª Emissão - 2ª série	9,19%	IPCA	20.551	118.953	139.504	19.709
Debêntures 2ª Emissão - 3ª série	1,92%	TJLP	16.378	107.718	124.096	10.570
Banco Itaú - PSI	3,00% a 6,00%	-	3.595	22.211	25.806	3.602
Debêntures 4ª Emissão - 1ª série	1,67%	TJLP	10.162	170.597	180.759	2.499
Debêntures 4ª Emissão - 2ª série	7,44%	IPCA	4.680	78.955	83.635	990
BNDES - PAC2	1,76% e 2,05%	TJLP	17.934	160.215	178.149	9.063
Arrendamento Mercantil Financeiro	12,12%	IPC - FIPE	562	40.546	41.108	-
Caixa Econômica Federal	6,62% a 12,68%	TR	60.592	809.838	870.430	62.135
Saldos no Final do Período			379.163	2.332.911	2.712.074	230.660
Empréstimos e Financiamentos			119.920	1.103.561	1.223.481	111.586
Debêntures			258.681	1.188.804	1.447.485	119.074
Arrendamento Mercantil Financeiro			562	40.546	41.108	-

b) Descritivos dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro:

Descrição	Período de Emissão	Vencimento Final	Valor Contratado	Quantidade Debêntures	Pagamentos	
					Amortizações	Juros
Debêntures 6ª Emissão - 1ª série (1)	2016	2018	80.000	8.000	2018	Semestral
Debêntures 6ª Emissão - 2ª série (1)	2016	2019	170.000	17.000	2019	Semestral
Debêntures 5ª Emissão - 1ª série (2)	2015	2017	111.160	11.116	2017	Semestral
Debêntures 5ª Emissão - 2ª série (2)	2015	2018	188.840	18.884	2018	Semestral
Debêntures 3ª Emissão - 1ª Série (3)	2013	2018	199.670	19.967	2016/2017/2018	Semestral
Debêntures 3ª Emissão - 2ª Série (3)	2013	2020	100.330	10.033	2019/2020	Semestral
BNDES – 3 Contratos (4)	2007	2023	295.967	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Banco do Brasil – PSI - 11 Contratos (5)	2013 a 2014	2024	30.793	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 2ª Emissão - 1ª e 3ª série (9)	2011	2024	276.609	7.000	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 2ª Emissão - 2ª série (9)	2011	2024	118.547	3.000	Anual	Anual
Banco Itaú – PSI – 13 Contratos (6)	2013 a 2014	2025	33.175	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 4ª Emissão - 1ª série (10)	2014	2027	230.012	7.000	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 4ª Emissão - 2ª série (10)	2014	2027	98.576	3.000	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
BNDES – PAC2 – 4 Contratos (7)	2011 a 2013	2028	395.902	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Arrendamento Mercantil Financeiro (11)	2013	2036	460.592	-	Mensal	Mensal
Caixa Econômica Federal – 224 Contratos (8)	1991 a 2014	2038	1.528.916	-	Mensal	Mensal

(1) Debêntures 6ª Emissão – emitidas em 15/08/2016 e com colocação em 05/09/2016 de 25.000 debêntures no montante total de R\$250.000. Essas debêntures são do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para distribuição pública, destinadas ao complemento do plano de investimentos e Capital de Giro.

(2) Debêntures 5ª Emissão – emitidas em 15/06/2015 e com colocação em 25/06/2015 de 30.000 debêntures no montante total de R\$300.000. Essas debêntures são do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para distribuição pública, destinadas ao complemento do plano de investimentos e Capital de Giro.

(3) Debêntures 3ª Emissão – emitidas em 15/11/2013 e com colocação em 27/11/2013 de 30.000 debêntures no montante total de R\$300.000. Essas debêntures são do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para distribuição pública, destinadas ao pagamento de dívidas e Capital de Giro.

(4) Empréstimos BNDES, utilizados na perfuração de poços no Aquífero Guarani e sua operacionalização, ampliação e otimização dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário em diversos municípios do Estado do Paraná. São garantidos pelas receitas próprias da Companhia e pelas contas reservas, mantidas junto à Caixa Econômica Federal, com saldo não inferior às 03 próximas parcelas vincendas, registrado em Depósitos Vinculados no Ativo Não Circulante. Neste exercício houve liberação no montante de R\$2.760.

(5) Empréstimos Banco do Brasil – PSI, com recursos originários do BNDES-Finame, destinados à aquisição de máquinas e equipamentos para diversos municípios do Estado do Paraná. Esses financiamentos são garantidos através do penhor de duplicatas de prestação de serviços, vencíveis a prazo de 180 dias e desde que não exceda o vencimento final do contrato, cobrindo, 100% do saldo devedor da dívida.

(6) Empréstimos Banco Itaú – PSI, com recursos originários do BNDES-Finame, destinados à aquisição de máquinas e equipamentos para diversos municípios do Estado do Paraná. Esses financiamentos são garantidos pelas receitas próprias da Companhia.

- (7) Empréstimos BNDES – PAC 2, com recursos originários do Fundo de Amparo ao Trabalhador, destinados à ampliação do sistema de abastecimento de água, e implantação e expansão do sistema de esgotamento sanitário em diversos municípios do Estado do Paraná. Esses financiamentos são garantidos pelas receitas próprias da Companhia e pela conta reserva, mantida junto à Caixa Econômica Federal, com saldo não inferior às 03 próximas parcelas vincendas. Neste exercício houve liberação no montante de R\$61.059.
- (8) Empréstimos Caixa Econômica Federal, com recursos oriundos do FGTS, destinados a aumentar e melhorar a cobertura dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, de diversas cidades do Estado do Paraná bem como, desenvolvimento institucional com a implementação de programas de melhorias operacionais e redução de perdas. Estes empréstimos, possuem taxas de administração de 1,00% até 2,00% ao ano e taxas de risco de 0,30% a 1,70% ao ano e são garantidos em parte pelo sistema de abastecimento de água de Curitiba, na forma de penhor industrial e pelas receitas próprias da Companhia. Mantém junto a Caixa, na vigência dos contratos de financiamentos, uma conta reserva, equivalente a um encargo mensal. Neste exercício houve liberação no montante de R\$111.307.
- (9) Debêntures 2ª Emissão – Mediante a subscrição exclusiva entre Sanepar, BNDES e BNDESPAR, foram emitidas em 15/08/2011 para colocação em 3 séries, com valor nominal unitário de trinta e nove mil, quinhentos e quinze reais e cinquenta e três centavos, sendo as duas primeiras séries com 3.000 debêntures cada e a 3ª série com 4.000 debêntures, totalizando 10.000 debêntures no montante total de R\$395.155. Essas debêntures são do tipo simples, não conversíveis em ações, com garantia real para distribuição privada.
- (10) Debêntures 4ª Emissão – Mediante a subscrição exclusiva entre Sanepar, BNDES e BNDESPAR, foram emitidas em 15/07/2014 para colocação em 2 séries, com valor nominal unitário de trinta e dois mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e oitenta centavos, sendo a 1ª série com 7.000 debêntures e a 2ª série com 3.000 debêntures, totalizando 10.000 debêntures no montante total de R\$328.588. Essas debêntures são do tipo simples e nominativas, não conversíveis em ações, com garantia real para distribuição privada.
- (11) Arrendamento Mercantil Financeiro – contratado no montante de R\$460.592 com Valor Mensal de Locação (VML) de R\$2.075, que deverá ser amortizado em quatro Etapas: 1ª Etapa: doze parcelas de 21,1% do VML, que irá iniciar a partir de fevereiro de 2017; 2ª Etapa: doze parcelas de 49,3% do VML; 3ª Etapa: doze parcelas de 79,5% do VML e 4ª Etapa: duzentas e quatro parcelas de 100% do VML. Não houve amortização no exercício de 2016.

c) Os empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro apresentam a seguinte movimentação:

Descrição	2016		2015	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Saldos no início do exercício	230.660	2.105.348	244.334	1.628.159
Liberações	-	494.178	-	652.815
Juros e Taxas	238.666	-	203.015	-
Variações Monetárias	-	50.055	-	50.423
Transferências	356.452	(356.452)	226.012	(226.012)
Amortizações	(446.496)	-	(442.773)	-
Custo na Captação de Recursos de Terceiros	(681)	(764)	72	(37)
Entrega de Arrendamento Mercantil	562	40.546	-	-
Saldos no final do exercício	379.163	2.332.911	230.660	2.105.348

d) O cronograma de amortização é o seguinte:

Descrição	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023 a 2038	Total
Debêntures 2ª Emissão	49.213	44.920	44.920	44.920	44.920	44.920	82.859	356.672
Debêntures 3ª Emissão	70.127	66.690	63.583	63.583	-	-	-	263.983
Debêntures 4ª Emissão	14.842	26.041	26.041	26.041	26.041	26.041	119.347	264.394
Debêntures 5ª Emissão	113.111	188.819	-	-	-	-	-	301.930
Debêntures 6ª Emissão	11.388	79.392	169.726	-	-	-	-	260.506
Subtotais Debêntures	258.681	405.862	304.270	134.544	70.961	70.961	202.206	1.447.485
BNDES	34.393	33.949	33.054	8.162	8.162	8.162	679	126.561
BNDES – PAC2	17.934	17.332	17.332	17.332	17.332	15.231	75.656	178.149
Banco do Brasil - PSI	3.406	3.369	3.369	3.369	3.369	3.369	2.284	22.535
Banco Itaú - PSI	3.595	3.542	3.542	3.542	3.542	3.542	4.501	25.806
Caixa Econômica Federal	60.592	65.116	70.010	71.563	61.915	51.947	489.287	870.430
Subtotais Empréstimos e Financiamentos	119.920	123.308	127.307	103.968	94.320	82.251	572.407	1.223.481
Arrendamento Mercantil	562	631	707	793	889	997	36.529	41.108
Totais	379.163	529.801	432.284	239.305	166.170	154.209	811.142	2.712.074

Em 31 de dezembro de 2016 o valor presente das obrigações financeiras futuras mínimas referente ao Arrendamento Mercantil Financeiro está demonstrado a seguir:

Descrição	2016		
	Pagamentos Futuros Mínimos	Encargos Financeiros	Valor Presente dos Pagamentos Futuros Mínimos
Menos de um ano	5.260	(4.698)	562
Mais de um ano e menos de cinco anos	21.042	(18.022)	3.020
Acima de cinco Anos	78.905	(41.379)	37.526
Totais	105.207	(64.099)	41.108

A taxa de desconto aplicada foi de 12,1%

e) Os Principais eventos no exercício foram os seguintes:

Debêntures 2ª Emissão – Mediante a subscrição exclusiva pelo BNDES, em 15/06/2016, ocorreu a colocação de 482 debêntures da 3ª série, correspondendo a R\$15.583 e em 23/11/2016 ocorreu a colocação de 908 debêntures da 3ª série, correspondendo a R\$27.874.

Debêntures 4ª Emissão – Mediante a subscrição exclusiva pelo BNDES, em 23/11/2016, ocorreu a colocação de 500 debêntures da 1ª série, correspondendo a R\$16.429 e a colocação pelo BNDESPAR de 315 debêntures da 2ª série, correspondendo a R\$10.351.

Caixa Econômica Federal – Durante o exercício de 2016 ocorreram liberações que totalizaram o valor de R\$111.178.

BNDES Financiamentos – Durante o exercício de 2016 ocorreram liberações que totalizaram o valor de R\$62.763.

Debêntures 6ª Emissão – Em 15/08/2016 ocorreu a emissão de 25.000 debêntures, com colocação em 05/09/2016, em 2 séries, com valor unitário de R\$10, sendo a 1ª série com 8.000 debêntures e a 2ª série com 17.000 debêntures, no montante total de R\$250.000.

Arrendamento Mercantil Financeiro – No final de dezembro de 2016 foi efetuada a entrega do primeiro marco contratual, originando a liberação para operação de 20,6% do total das obras de ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário dos Municípios de Matinhos e Pontal do Paraná, equivalente a R\$41.108.

f) Cláusulas Contratuais Restritivas – Covenants

Os *covenants* e as cláusulas restritivas vinculadas aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão demonstrados a seguir:

(i) Covenants de contratos do BNDES e da 2ª e 4ª Emissão de Debêntures

Índice	Limite	Faixa
EBITDA / Serviço da Dívida	Igual ou superior a 1,5	Inferior a 1,5 e igual ou maior que 1,2
Dívida Bancária Líquida / EBITDA	Igual ou inferior a 3,0	Igual ou inferior a 3,8 e maior que 3,0
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA	Igual ou inferior a 1,0	Igual ou inferior a 1,3 e maior que 1,0

(ii) Covenants de contratos da 3ª, 5ª e 6ª Emissão de Debêntures

Índice	Limite
Dívida Bancária Líquida / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 3,0
EBITDA ajustado / Despesa Financeira Líquida	Igual ou superior a 1,5

Para os contratos do BNDES e da 2ª e 4ª Emissão de Debêntures, a Companhia deverá manter, durante toda a vigência dos contratos de financiamento os índices limites, apurados trimestralmente e relativos aos valores acumulados nos últimos 12 (doze) meses.

Caso um ou mais de um dos *Covenants* da Companhia apresentem por no mínimo 02 (dois) trimestres, consecutivos ou não, dentro de um período de 12 meses os índices dentro da Faixa acima indicada, o valor mensal relativo à parcela dos direitos cedidos fiduciariamente nos termos da Cláusula “Cessão Fiduciária de Direitos” relativa a cada um dos contratos será automaticamente acrescido de 20% (vinte por cento).

Em relação aos contratos do item (ii), da 3ª, 5ª e 6ª emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sendo que a mesma não confere qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, a Companhia deverá manter, durante toda a vigência e até o vencimento final os índices apontados acima.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia está atendendo integralmente as cláusulas restritivas estipuladas quando da emissão das debêntures e financiamentos do BNDES.

12. CONTRATO DE CONCESSÃO

A Companhia possui contrato de concessão onerosa para exploração de serviços públicos de abastecimento de água e de coleta, remoção e tratamento de esgoto sanitário com a Prefeitura Municipal de Curitiba, pelo prazo de 30 anos, assinado em 06 de dezembro de 2001. Com base neste contrato, foi fixado o montante a ser pago pela concessão, num total de R\$125.000, devidos em parcelas distintas no decorrer do contrato, corrigidos com base na variação do IPCA divulgado pelo IBGE. O saldo em 31 de dezembro de 2016 é de R\$96.926 (R\$98.167 em 2015), sendo R\$7.501 (R\$7.052 em 2015) registrados no passivo circulante e R\$89.425 (R\$91.115 em 2015) no passivo não circulante.

Os vencimentos da dívida estão assim distribuídos:

Anos de Vencimento	Saldo a Pagar
2017	7.501
2018	7.501
2019	7.501
2020	7.501
2021	7.501
2022 a 2031	59.421
Total	96.926

13. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	2016	2015
COFINS a Pagar	20.237	14.884
PASEP a Pagar	4.378	3.220
COFINS – Parcelamento (1)	4.079	4.361
IPTU – Parcelamento (2)	1.749	1.751
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte	34.228	27.376
Totais de Impostos e Contribuições	64.671	51.592
Circulante	63.260	50.124
Não Circulante	1.411	1.468

(1) Refere-se ao parcelamento da multa da COFINS relativo ao período de setembro/1994 a setembro/1996, em conformidade com a Lei nº 11.941/2009. O débito foi parcelado em 60 prestações mensais, atualizadas pela taxa de juros SELIC frente à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, estando quitado em 31 de outubro de 2014. A Companhia impetrou mandado de segurança perante a 2ª Vara da Justiça de Curitiba em 28/06/2011, contestando o valor consolidado da dívida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conseguindo liminar em 29/06/2011 para redução do montante da dívida. O processo foi julgado em 06/12/2011 favoravelmente à Companhia. A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional apresentou recurso de apelação em 07/02/2012, o qual foi julgado e teve o provimento negado. Em 27 de agosto de 2014 o Ministério Público Federal se manifestou pelo desprovisionamento do recurso especial da União. Em 13 de outubro de 2014, o recurso especial foi à conclusão da Ministra Marga Tesler da 1ª Turma do STJ, que em face do término da convocação, o processo foi devolvido sem despacho para nova distribuição ao Ministro sucessor. Em 08/06/2015 o processo foi redistribuído ao Ministro convocado Olindo Herculano de Menezes. Em 02/03/2016 o processo foi redistribuído ao Ministro Gurgel de Faria.

(2) Este valor refere-se a débito de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) junto a Prefeitura de Curitiba, pertinente ao imóvel objeto de desapropriação judicial da área ocupada pela ETE CIC/Xisto, referente ao período de 2002 a 2013, englobando juros, correção monetária e honorários advocatícios de 10% sobre o montante total da dívida. O montante da dívida, de R\$1.664, foi parcelado pela Companhia em 90 parcelas mensais atualizadas pela variação do IPCA, acrescidos de juros moratórios de 1% ao mês, sendo que até 31/12/2016 foram quitadas 28 parcelas no montante de R\$645.

14. OUTRAS CONTAS A PAGAR

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	2016	2015
Programas Vinculados à Agência Nacional de Águas - ANA	7.409	6.646
Contratos e Convênios com Terceiros	12.224	12.442
Convênios com Prefeituras Municipais	11.338	9.011
Cauções e Valores a Reembolsar	6.701	8.238
Acordo Ministério Público do Paraná (1)	-	5.050
Acordo Instituto Ambiental do Paraná - IAP (2)	3.780	-
Totais	41.452	41.387
Circulante	36.513	36.957
Não Circulante	4.939	4.430

(1) Refere-se ao parcelamento do acordo efetuado junto ao Ministério Público do Paraná, referente ao procedimento administrativo nº MPPR-0046.13.006304-6, relativo à diferença da multa por atraso no pagamento de faturas, que foi cobrada no período de agosto de 1996 a abril de 1998 no percentual de 10%, enquanto que o judiciário fixou o percentual de 2%. Acordo firmado no montante de R\$11.363 parcelado em 18 vezes de R\$631 atualizados mensalmente pela média do INPC/IGPDI do mês anterior, sendo que em agosto/16 a Companhia quitou integralmente o saldo desta dívida.

(2) Refere-se ao termo de compromisso firmado em 03/06/2016 para parcelamento de multas efetuado junto ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP, referente a 41 Autos de Infração Ambiental - AIA. Acordo firmado no montante de R\$4.320 parcelados em 24 vezes de R\$180, sendo que até 31/12/2016 foram quitadas 3 parcelas no montante de R\$540.

15. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Prática Contábil:

A Companhia registra provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem probabilidades de perdas prováveis em certos processos judiciais que surgem no curso normal de seus negócios. Para as ações de natureza trabalhista, considerando o histórico de julgamento, é constituída provisão da totalidade desses processos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

a) Provisões

A Companhia registra provisões para ações cíveis, trabalhistas, tributárias e ambientais classificadas como perda provável, as quais apresentaram a seguinte movimentação:

Natureza	2015	Adições	Reversões	2016
Ações Trabalhistas	173.724	103.361	(92.849)	184.236
Ações Cíveis	212.839	72.690	(88.535)	196.994
Ações Ambientais	76.115	79.220	(42.107)	113.228
Ações Tributárias	745	11.617	(244)	12.118
Total	463.423	266.888	(223.735)	506.576

Trabalhistas

As ações trabalhistas estão relacionadas a reclamações movidas, principalmente, por ex-empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade solidária), reclamando diferenças salariais e encargos trabalhistas. As principais ações que a Companhia encontra-se envolvida são referentes à: i) incidência do adicional de insalubridade no cálculo de horas extras; ii) adicional de periculosidade no patamar de 30% e; iii) divisor de horas extras por 200.

Cíveis

As ações cíveis relacionam-se a pedidos de indenizações de clientes, fornecedores e de danos causados a terceiros. As principais ações que a Companhia está envolvida referem-se à: i) indenização referente a contratos de obras em virtude de desequilíbrio econômico-financeiro; ii) danos morais por falta de água e por refluxo de esgoto, iii) pedidos de nulidade de cobrança mínima por unidade, de 80% da tarifa de esgoto e devolução de tarifas e iv) outros processos decorrentes de indenização referente à suspensão do contrato, acidentes de trânsito, danos materiais, lucros cessantes, entre outros.

No exercício de 2016 a principal movimentação se refere à reversão parcial no montante de R\$40.298, relacionada à provisão para ressarcimento de custos incorridos por empreiteira, devido à substituição de material aplicado na execução de contrato, uma vez que o respectivo valor foi objeto de sentença judicial favorável à Companhia e a constituição de complemento de provisão de R\$36.235 relacionada aos processos por danos morais devido à falta de água no município de Maringá.

Ambientais

As ações ambientais estão relacionadas a autos de infração emitidos por diferentes órgãos ambientais, principalmente por: i) danos ao meio ambiente decorrentes de vazamento e extravasamento de redes coletoras de esgoto, além de lançamento de efluentes das estações de tratamento de esgoto em desacordo com os parâmetros exigidos pela legislação; e ii) instalação e funcionamento de estações de tratamento de água e de esgoto sem licença ambiental.

No exercício de 2016 a principal provisão constituída refere-se à discussão com os órgãos ambientais, no sentido de se estabelecer termo de acordo relativo ao período que as Estações de Tratamento de Esgoto não possuíam licença de operação, no montante de R\$40.000.

Tributárias

As ações tributárias relacionam-se, principalmente, a cobrança de ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) decorrente de divergências de interpretação da legislação. As principais ações relacionam-se com questionamentos dos municípios de Piraquara, Paranavaí, Campo Mourão e Porecatu.

b) Passivos Contingentes

A Companhia baseada na natureza das ações nas quais esta envolvida, e suportada por opinião de seus assessores jurídicos divulga seus passivos contingentes para os quais possui expectativa de perda possível. Para estas ações não foram constituídas provisões para eventuais perdas, conforme estabelece o CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A posição dos passivos contingentes com expectativa de perda possível para ações cíveis, ambientais e tributárias, é a seguinte:

Natureza	Passivos Contingentes	
	2016	2015
Ações Cíveis	143.176	365.153
Ações Ambientais	252.819	213.577
Ações Tributárias	8.328	30.133
Totais	404.323	608.863

Cíveis

As ações cíveis relacionam-se a pedidos de indenizações de clientes, fornecedores e de danos causados a terceiros. As principais ações que a Companhia está envolvida referem-se à: i) indenização referente ao contrato de obra em virtude de desequilíbrio econômico-financeiro; ii) indenização referente à suspensão do contrato; iii) pedido de nulidade de cobrança da tarifa de esgoto; e iv) outros processos decorrentes de indenização referente à acidentes de trânsito, danos materiais, lucros cessantes, entre outros.

Durante o exercício de 2016 a Companhia, suportada pela análise de seus assessores jurídicos em consonância com os trâmites ocorridos nos processos judiciais existentes, reclassificou 2.062 processos com probabilidade de perda “possível” para “remota”, no montante de R\$219.541 e 208 processos de “possível” para “provável” no montante de R\$12.561. Adicionalmente, ocorreram entradas de 4.199 novos processos no montante de R\$42.058 e foram revertidos 2.377 processos no montante de R\$31.933, classificadas com probabilidade de perda “possível”.

Ambientais

As ações ambientais estão relacionadas a autos de infração emitidos por diferentes órgãos ambientais, principalmente por: i) danos ao meio ambiente decorrentes de vazamento e extravasamento de redes coletoras de esgoto, além de lançamento de efluentes das estações de tratamento de esgoto em desacordo com os parâmetros exigidos pela legislação; e ii) instalação e funcionamento de estações de tratamento de água e de esgoto sem licença ambiental.

Tributárias

As ações tributárias relacionam-se, principalmente, a questionamentos ligados à cobrança de tributos, em virtude de divergências de interpretação da legislação. As principais ações que a Companhia está envolvida referem-se: i) execução fiscal para cobrança de ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza) e; ii) execução fiscal para cobrança de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano).

c) Depósitos Judiciais

Companhia efetuou depósitos judiciais, que serão recuperados somente no caso de julgamento favorável à Companhia. A composição é a seguinte:

Natureza	Depósitos Judiciais	
	2016	2015
Ações Trabalhistas	91.216	84.137
Ações Cíveis	57.259	42.799
Ações Ambientais	2.981	1.238
Ações Tributárias	4.986	4.720
Totais	156.442	132.894

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**Prática Contábil:**

São registrados com base no lucro tributável e alíquotas vigentes, sendo 15% para o IRPJ mais adicional de 10% aplicável sobre o lucro excedente ao limite estabelecido pela legislação, e 9% para a Contribuição Social.

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados com base nas alíquotas vigentes destes impostos e registrados em função da determinação legal conforme CPC 26 (R1) e 32, que trata das diferenças temporárias base destes impostos. A Companhia efetua análises periódicas que demonstram serem estes tributos recuperáveis pelas suas operações futuras.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos uma vez que existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal.

a) Demonstração da Conciliação das Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social Registradas no Resultado

Descrição	2016		2015	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	789.585	789.585	540.314	540.314
Imposto de Renda e Contribuição Social – Alíquotas Vigentes	(197.396)	(71.063)	(135.079)	(48.628)
Benefício da Dedutibilidade dos Juros sobre o Capital Próprio	73.351	26.406	51.099	18.396
Subvenções e Doações Recebidas de Órgãos Públicos (1)	84	30	179	64
Ajuste a Valor Presente de Contas a Receber (1)	(142)	(51)	(295)	(106)
Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT (2)	5.969	-	3.875	-
Incentivo Empresa Cidadã (3)	458	-	295	-
Equivalência Patrimonial	(840)	(303)	(422)	(152)
Outros	603	156	6.596	2.308
Totais das Despesas	(117.913)	(44.825)	(73.752)	(28.118)
Totais do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(162.738)		(101.870)	
Alíquota Efetiva	20,6%		18,9%	

(1) De acordo com a Lei nº 11.941, de 27/05/2009;

(2) De acordo com a Lei nº 6.321, de 14/04/1976;

(3) De acordo com o Decreto 7.052, de 23 de dezembro de 2009, que regulamentou a Lei nº 11.770, de 09/09/2008.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos

A composição no resultado do exercício apresenta os seguintes valores:

Descrição	2016	2015
Imposto de Renda	(148.607)	(96.410)
Contribuição Social	(55.392)	(35.714)
Realização do Imposto de Renda Diferido	30.694	22.658
Realização da Contribuição Social Diferida	10.567	7.596
Totais	(162.738)	(101.870)

Eventuais impactos tributários relativamente ao reconhecimento de ganhos e perdas atuariais no Patrimônio Líquido são divulgados na Demonstração dos Resultados Abrangentes.

c) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A composição das bases para imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre ativos e passivos com realização futura, é a seguinte:

	Prazo				2016	2015
Descrição	Estimado de Realização	Base de Cálculo	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Total
ATIVO						
AVP sobre Ativo Financeiro Contratual	30 anos	307.750	76.938	27.697	104.635	60.731
Planos de Saúde e Previdência	15 anos	795.928	198.982	71.633	270.615	239.168
Redução ao Valor Recuperável de Ativos	10 anos	12.522	3.131	1.127	4.258	3.777
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Tributárias e Ambientais	5 anos	506.576	126.644	45.592	172.236	157.564
Provisão para Perdas na Realização de Créditos	3 anos	46.799	11.700	4.212	15.912	14.080
Provisão para PPR	1 ano	37.198	9.299	3.348	12.647	8.836
Totais			426.694	153.609	580.303	484.156
PASSIVO						
AVP sobre Ativo Financeiro Contratual	30 anos	317.354	79.338	28.562	107.900	59.795
IRPJ Diferido sobre Construções e Benfeitorias	23 anos	136.677	34.169	-	34.169	35.510
Arrendamento Mercantil Financeiro	20 anos	41.036	10.259	3.693	13.952	-
Reserva de Reavaliação	16 anos	132.122	33.031	11.891	44.922	47.819
Atribuição Novo Custo ao Imobilizado	6 anos	15.773	3.943	1.420	5.363	6.257
Totais			160.740	45.566	206.306	149.381
Total líquido			265.954	108.043	373.997	334.775

d) Estimativa de realização futura do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A composição da estimativa de realização futura do ativo fiscal diferido e passivo fiscal diferido em 31 de dezembro de 2016, é a seguinte:

Períodos de Realização	Ativo Fiscal Diferido			Passivo Fiscal Diferido		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Totais	Imposto de Renda	Contribuição Social	Totais
2017	26.586	9.571	36.157	7.893	2.282	10.175
2018	27.945	10.060	38.005	7.893	2.282	10.175
2019 a 2021	175.381	63.136	238.517	23.677	6.847	30.524
2022 a 2024	48.736	17.545	66.281	21.311	5.995	27.306
2025 a 2027	48.272	17.378	65.650	21.311	5.995	27.306
2028 a 2030	48.040	17.294	65.334	21.311	5.995	27.306
2031 a 2033	21.509	7.743	29.252	16.907	4.409	21.316
2034 a 2036	8.243	2.968	11.211	14.662	3.601	18.263
2037 a 2039	8.243	2.968	11.211	11.607	3.060	14.667
2040 a 2042	8.243	2.968	11.211	8.501	3.060	11.561
2043 a 2045	5.496	1.978	7.474	5.667	2.040	7.707
Totais	426.694	153.609	580.303	160.740	45.566	206.306

17. PARTES RELACIONADAS

Prática Contábil:

A Companhia realiza transações comerciais com diversas partes relacionadas, destacando-se o Estado do Paraná, a Companhia Paranaense de Energia Elétrica – Copel e alguns municípios, conforme demonstrado nesta Nota Explicativa.

A Companhia destinou ao Estado do Paraná, Juros sobre o Capital Próprio do exercício de 2016, no montante de R\$114.211 (R\$102.796 em 2015) e dividendos adicionais propostos de R\$1.174 (R\$1.764 em 2015) totalizando R\$115.385 (R\$104.560 em 2015). Este valor depende de aprovação da Assembleia Geral Ordinária dos acionistas. A Companhia também forneceu água e serviços de esgoto ao Estado do Paraná cuja receita foi de R\$137.762 e R\$130.357 para os exercícios de 2016 e 2015, respectivamente. Conforme Parecer da Procuradoria Geral do Estado do Paraná, a Companhia pode efetuar a compensação entre valores a receber de seu faturamento e valores a pagar ao Estado do Paraná a título de dividendos e/ou Juros Sobre o Capital Próprio.

A Companhia também possui transações com a Dominó Holdings S/A referente a Juros sobre o Capital Próprio do exercício de 2016 no montante de R\$17.965 (R\$21.869 em 2015) e dividendos adicionais propostos de R\$126 (R\$406 em 2015) totalizando R\$18.091 (R\$22.275 em 2015), sendo que este valor depende de aprovação da Assembleia Geral Ordinária dos acionistas.

A Companhia Paranaense de Energia - COPEL (acionista direta da Companhia, uma das acionistas da Dominó Holdings S/A e controlada pelo Estado do Paraná) possui em 31 de dezembro de 2016 créditos referentes a Juros sobre o Capital Próprio do exercício de 2016, no montante de R\$13.177 (R\$15.063 em 2015) e dividendos adicionais proposto de R\$113 (R\$280 em 2015) totalizando R\$13.290 (R\$15.343 em 2015), sendo que este valor depende de aprovação da Assembleia Geral Ordinária dos acionistas.

Adicionalmente, a COPEL forneceu energia elétrica e serviços de telecomunicações à Companhia no montante de R\$373.475 e R\$3.779, respectivamente durante o exercício de 2016 (R\$378.576 e R\$2.886, respectivamente em 2015). A Companhia forneceu água e serviços de esgoto à COPEL cuja receita foi de R\$1.566 e R\$1.409 durante o exercício de 2016 e 2015, respectivamente.

A Companhia fornece água e serviços de esgoto sanitário a diversas prefeituras municipais principalmente do Estado do Paraná, com as quais mantém contratos de concessões e contratos de programas municipais, cuja receita, com esses órgãos municipais, durante o exercício de 2016, foi de R\$97.022 (R\$76.043 em 2015). A Companhia também atua na gestão de resíduos sólidos urbanos com alguns municípios do Estado do Paraná, cuja receita foi de R\$7.867 (R\$8.060 em 2015).

Essas operações são consideradas, pela Administração da Sanepar, como normais de mercado, exceto para algumas prefeituras municipais que possuem descontos nas faturas de fornecimento de água e esgotamento sanitário, dependendo do consumo máximo estabelecido em cada contrato especial com o poder público, para obtenção do benefício. Quanto à forma de liquidação financeira desses créditos, além do pagamento na rede bancária autorizada, poderá acontecer por intermédio de encontro de contas com as prefeituras devedoras que possuam créditos junto à Companhia.

Remuneração dos Administradores

A remuneração global anual dos administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi aprovada pela 52ª/2016 Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 28 de abril de 2016, no montante global de R\$13.055. Para o exercício de 2015 a aprovação se deu pela 51ª/2015 Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 28 de abril de 2015, no montante de R\$11.750.

Durante o exercício de 2016, foi pago o montante de R\$11.596 (R\$10.107 em 2015), sendo R\$9.142 (R\$8.346 em 2015) a título de remuneração e R\$2.454 (R\$1.761 em 2015) referente a encargos e benefícios. Do montante relativo a encargos e benefícios, R\$2.272 (R\$1.658 em 2015) referem-se a encargos sociais, R\$51 (R\$16 em 2015) referem-se a participação nos resultados, R\$47 (R\$34 em 2015), referem-se a plano de saúde (SANESAÚDE), R\$65 (R\$53 em 2015) referem-se a benefícios junto à Fundação Sanepar (FUSAN) e R\$19 referem-se a Programas Complementares.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 25/11/2016 os Acionistas Governo do Estado do Paraná e Dominó Holdings S.A. solicitaram a conversão de 23.056.232 e 41.000.000 de suas ações ordinárias em ações preferenciais, respectivamente, resultando na extinção automática de pleno direito do Acordo de Acionistas firmado em 27/08/2013, entre estes acionistas, considerando que o acionista Dominó Holdings S.A. passou a deter menos de 10% do capital votante da Companhia.

Em decorrência da Oferta Pública de Emissão de Ações Primária iniciada em 20/12/2016, foram acrescidas 27.114.967 novas ações preferenciais, alterando a composição das ações da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	30/09/2016	%	Conversão	Emissão	31/12/2016	%
Ações Ordinárias	231.967.956	48,7	(64.056.232)	-	167.911.724	33,3
Ações Preferenciais	244.652.250	51,3	64.056.232	27.114.967	335.823.449	66,7
Totais	476.620.206	100,0	-	27.114.967	503.735.173	100,0

O Capital Social é composto de 503.735.173 ações, sendo 167.911.724 ações ordinárias e 335.823.449 ações preferenciais sem valor nominal, totalmente integralizado por pessoas físicas e jurídicas residentes e domiciliadas no país e no exterior. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas a elas são assegurados: (i) direito de participar em

igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de ações ou quaisquer outros títulos ou vantagens, incluídos os casos de incorporação de reservas ao capital social; (ii) prioridade no reembolso do capital social, na eventual liquidação da Sociedade; e (iii) direito de recebimento de remuneração, pelo menos 10% superior ao valor que for atribuído a cada ação ordinária.

O valor patrimonial de cada ação em 31 de dezembro de 2016, já considerando a provisão dos dividendos adicionais proposta pela Administração, é de R\$9,55 (R\$8,77 em 31 de dezembro de 2015).

O Capital Social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2016 é de R\$2.854.952, que líquido do custo de emissão de ações é de R\$2.847.664, e sua composição acionária, é a seguinte:

Acionistas	Número de Ações					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado do Paraná	150.845.890	89,8	1	-	150.845.891	29,9
Dominó Holdings S/A	16.237.359	9,7	1	-	16.237.360	3,2
Cia. Paranaense de Energia - Copel	-	-	13.241.938	3,9	13.241.938	2,6
Fundo Garantidor do Paraná	-	-	23.101.329	6,9	23.101.329	4,6
Prefeituras Municipais	-	-	2.339.005	0,7	2.339.005	0,5
Investidores Estrangeiros	-	-	145.371.279	43,3	145.371.279	28,9
Demais Investidores	828.475	0,5	151.769.896	45,2	152.598.371	30,3
Totais	167.911.724	100,0	335.823.449	100,0	503.735.173	100,0

b) Reserva de Reavaliação

Foi realizado no exercício, transferindo-se para Lucros Acumulados, o montante de R\$5.625 (R\$5.925 em 2015), líquido do Imposto de Renda e da Contribuição Social. A realização desta reserva ocorre na mesma proporção das baixas e depreciações dos bens registrados no ativo imobilizado e no intangível, objeto das reavaliações.

A movimentação da realização da Reserva de Reavaliação foi a seguinte:

Descrição	2016	2015
Saldos no início do exercício	92.825	98.750
Realização da Reserva de Reavaliação	(8.522)	(8.977)
Realização dos Tributos sobre Reserva de Reavaliação	2.897	3.052
Saldos no final do exercício	87.200	92.825

c) Reserva para Plano de Investimentos

A reserva para plano de investimentos corresponde ao lucro remanescente, após constituição da reserva legal, da reserva de incentivos fiscais e da distribuição dos Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos. O limite para constituição dessa reserva é o valor do capital social integralizado. Os recursos destinados à reserva para investimentos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos Sistemas de Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgoto, conforme estabelecido nos planos de investimentos da Companhia.

A Administração propõe, sujeito à posterior aprovação da Assembleia dos Acionistas, a destinação do montante de R\$304.946 dos Lucros Acumulados para a constituição de Reserva para Plano de Investimentos. Esses recursos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos Sistemas de Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgoto, conforme estabelecido nos planos de investimentos da Companhia.

d) Remuneração aos Acionistas

Prática Contábil:

Os Juros sobre o Capital Próprio foram calculados de acordo com a legislação vigente, respeitado o limite de variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido ajustado. Os juros sobre o capital próprio são registrados como despesa financeira e reclassificados para o patrimônio líquido para fins de apresentação e divulgação das demonstrações contábeis. Caso o montante creditado como Juros sobre o Capital Próprio no exercício resulte em percentual de distribuição inferior daquele proposto pela Administração é registrado o valor complementar a título de dividendos adicionais. O dividendo mínimo obrigatório é registrado no passivo circulante e eventual valor superior ao limite mínimo é registrado em reserva no Patrimônio Líquido a título de Dividendos Adicionais Propostos.

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% do resultado líquido ajustado de acordo com a legislação societária. Para os acionistas detentores de ações preferenciais foi atribuído Juros sobre o Capital Próprio (dividendo) por ação 10% superior aos acionistas detentores de ações ordinárias.

A legislação fiscal permite que as companhias procedam ao pagamento de Juros sobre o Capital Próprio, dentro de certos limites, aos acionistas e tratem esses pagamentos como uma despesa dedutível para fins de apuração de imposto de renda e da contribuição social. Esta distribuição, imputada aos dividendos obrigatórios a serem pagos pela Companhia, é tratada para fins contábeis e societários como uma dedução ao patrimônio líquido de maneira similar aos dividendos. Sobre esses valores é retido imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, e recolhido pela Companhia quando do crédito dos juros.

Os Juros sobre o Capital Próprio a pagar foram calculados dentro do limite de variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP nos termos da Lei nº 9.249/95, complementada por disposições legais posteriores. O total de Juros foi contabilizado em despesas financeiras, gerando benefício fiscal de R\$99.757, conforme legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações contábeis, esses juros estão sendo apresentados no Patrimônio Líquido, a débito da conta de lucros acumulados.

A Administração da Companhia em observância a Política de Dividendos e Plano de Negócios vigentes, considerando ainda a boa condição financeira atual e o interesse público de constituição da Companhia está propondo à aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas, a seguinte distribuição dos lucros:

	2016	2015
Lucro Líquido do Exercício	626.847	438.444
Constituição da Reserva Legal	(31.343)	(21.922)
Doações e Subvenções Governamentais	(335)	(715)
Base para o Cálculo de Dividendos Obrigatórios	595.169	415.807
Dividendos Obrigatórios (25%)	148.792	103.952
Dividendos Complementares	148.793	103.951
Dividendos Propostos e Juros sobre o Capital Próprio	297.585	207.903

O montante de Juros sobre o Capital Próprio apurado em 2016 foi de R\$293.404 (R\$204.396 em 2015), sendo retido o valor de R\$16.114 a título de Imposto de Renda na Fonte que resultou em uma alíquota efetiva de 5,5% (4,8% em 2015). Em razão dos Juros sobre o Capital Próprio não atingirem 50% do lucro líquido do exercício, face ao que estabelece a política de dividendos, a Administração da Companhia está propondo o pagamento de Dividendos Adicionais de R\$4.181 (R\$3.507 em 2015), totalizando uma remuneração bruta no montante de R\$297.585 (R\$207.903 em 2015).

A parcela dos Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos excedente ao dividendo mínimo obrigatório, no valor de R\$148.793, será mantida em reserva de Patrimônio Líquido da Companhia, até a deliberação da Assembleia Geral Ordinária, quando então, se aprovada, será transferida para a rubrica do Passivo Circulante.

O crédito da remuneração aos acionistas da Companhia é atribuído com base na posição acionária de 30 de junho e 31 de dezembro de cada exercício e eventuais negociações posteriores ao anúncio do crédito são consideradas *ex-dividendos* (juros sobre o capital próprio e dividendos).

Em decorrência do crédito de remuneração aos acionistas ocorridos em 30/06/2016 e 31/12/2016 os Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Adicionais Propostos, por ação, foram os seguintes:

Juros sobre o Capital Próprio – 30/06/2016	Quantidade	Remuneração Total	Remuneração por ação
Ações Ordinárias	231.967.956	66.341	0,28599
Ações Preferenciais	244.652.250	76.966	0,31459
Totais	476.620.206	143.307	

Juros sobre o Capital Próprio – 31/12/2016	Quantidade	Remuneração Total	Remuneração por ação
Ações Ordinárias	167.911.724	46.905	0,27934
Ações Preferenciais	335.823.449	103.192	0,30728
Totais	503.735.173	150.097	

Dividendos Adicionais – 31/12/2016	Quantidade	Remuneração Total	Remuneração por ação
Ações Ordinárias	167.911.724	1.306	0,00778
Ações Preferenciais	335.823.449	2.875	0,00856
Totais	503.735.173	4.181	

O valor da remuneração aos acionistas, por ação, foram os seguintes:

	2016	2015
Ações Ordinárias	0,57312	0,41491
Ações Preferenciais	0,63043	0,45640

O montante total de R\$134.055 (R\$95.101 em 2015) registrado no Passivo Circulante como Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos em 2016 inclui R\$57.692 (R\$52.280 em 2015) do acionista Estado do Paraná, R\$7.460 (R\$10.235 em 2015) do acionista Dominó Holdings S/A, R\$5.482 do acionista Companhia Paranaense de Energia - COPEL (R\$7.049 em 2015), R\$61.968 (R\$24.621 em 2015) de outros acionistas e R\$1.453 (R\$916 em 2015) relativos a valores de anos anteriores ainda não pagos efetivamente aos acionistas.

e) Resultado por Ação

A tabela a seguir estabelece o cálculo do lucro por ação (em milhares, exceto valores por ação):

Resultado básico e diluído por ação	2016	2015
Numerador		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	195.890	202.969
Ações ordinárias		
Ações preferenciais	430.957	235.475
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	225.650	231.968
Média ponderada de número de ações preferenciais	251.564	244.652
Resultado básico e diluído		
Por ação ordinária	0,86811	0,87499
Por ação preferencial	1,71311	0,96249

f) Reserva Legal

Constituída no montante de R\$31.343 em 2016 (R\$21.922 em 2015), em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, à base de 5% do lucro líquido de cada exercício, até atingir o limite de 20% do capital social integralizado. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorver prejuízos acumulados. Ainda em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações a Administração respeita o limite do capital social para constituição das reservas de lucros.

g) Reserva de Incentivos Fiscais

Constituída no montante de R\$335 em 2016 (R\$715 em 2015), referente à parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações. Esse valor foi excluído da base de cálculo dos Dividendos.

h) Ajustes de Avaliação Patrimonial

Constituída em conformidade com o artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, referente aos ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo.

Foi realizado no exercício, transferido-se para Lucros Acumulados, o montante de R\$1.737 (R\$1.926 em 2015), líquido do Imposto de Renda e da Contribuição Social. A realização desta conta ocorre na mesma proporção das baixas e depreciações dos bens registrados no ativo imobilizado e intangível, aos quais foram atribuídos novos valores.

A movimentação da realização dos Ajustes de Avaliação Patrimonial foi a seguinte:

Descrição	2016	2015
Saldos no início do exercício	12.147	14.073
Realização dos Ajustes ao Custo Atribuído	(2.631)	(2.919)
Realização dos Tributos sobre Ajustes ao Custo Atribuído	894	993
Saldos no final do exercício	10.410	12.147

19. RECEITAS OPERACIONAIS

Prática Contábil:

Receita de Produtos e Serviços: As receitas são reconhecidas com observância ao regime de competência. A receita de fornecimento de água e coleta de esgoto inclui montantes faturados aos clientes em uma base cíclica (mensal) e receitas não faturadas reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber e são apresentadas líquidas de impostos, abatimentos ou descontos incidentes sobre as mesmas. As receitas ainda não faturadas são reconhecidas com base no consumo estimado, da data de medição da última leitura até o fim do período contábil.

Receita de Construção: De acordo com o CPC 17 (R1) - Contratos de construção, a receita de construção dos bens vinculados à prestação de serviço público deve ser reconhecida usando o método da percentagem completada, desde que todas as condições aplicáveis sejam concluídas. Segundo esse método, a receita contratual deve ser proporcional aos custos contratuais incorridos na data do balanço em relação ao custo total estimado. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula.

A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

Descrição	2016	2015
Receitas		
Receitas de Água	2.309.458	1.944.616
Receitas de Esgoto	1.270.631	1.044.242
Receitas de Serviços	125.877	100.477
Receitas de Resíduos Sólidos	7.867	8.060
Serviços Prestados a Prefeituras	7.870	6.190
Outras Receitas	19.303	79.767
Totais das Receitas Operacionais	3.741.006	3.183.352
Deduções das Receitas Operacionais		
COFINS	(216.586)	(174.372)
PASEP	(46.895)	(37.795)
Totais das Deduções	(263.481)	(212.167)
Totais das Receitas Operacionais, líquidas	3.477.525	2.971.185

A Companhia incorreu em receitas e custos com contratos de construção vinculados aos contratos de programas de R\$87.772 (R\$66.016 em 2015), durante o exercício de 2016, ou seja, com margem nula. A receita está apresentada líquida dos custos de construção.

20. CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

A composição dos custos, por natureza, é a seguinte:

Descrição	2016			2015		
	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Pessoal	260.680	84.818	345.498	229.134	72.937	302.071
Materiais	75.930	25.802	101.732	72.684	24.483	97.167
Energia Elétrica	345.389	37.074	382.463	344.155	35.122	379.277
Serviços de Terceiros	181.168	116.544	297.712	176.392	116.571	292.963
Depreciações e Amortizações	103.828	92.342	196.170	91.970	80.808	172.778
Outros Custos	88.873	32.660	121.533	78.412	22.494	100.906
Totais	1.055.868	389.240	1.445.108	992.747	352.415	1.345.162

21. DESPESAS COMERCIAIS, ADMINISTRATIVAS E OUTRAS

A composição destas despesas, por natureza, é a seguinte:

Descrição	2016	2015
Comerciais		
Pessoal	104.757	92.508
Materiais	3.497	3.125
Serviços de Terceiros	69.785	58.193
Depreciações e Amortizações	5.723	5.405
Perdas na Realização de Créditos	21.890	(5.862)
Outras Despesas	47.415	49.411
Totais das Despesas Comerciais	253.067	202.780
Administrativas		
Pessoal	582.353	544.900
Materiais	34.571	28.849
Serviços de Terceiros	144.943	134.215
Depreciações e Amortizações	15.218	16.011
Perdas na Realização de Créditos	(115)	1.063
Outras Despesas	49.202	64.231
Transferências para Custos e Despesas Comerciais (a)	(122.900)	(107.853)
Despesas Capitalizadas (b)	(87.111)	(89.464)
Totais das Despesas Administrativas	616.161	591.952
Outras (Despesas) Receitas Operacionais		
Despesas		
Baixas de Ativos	(13.948)	(19.150)
Receitas		
Venda de Ativos	2.751	3.794
Totais das Outras (Despesas) Receitas Operacionais, líquidas	(11.197)	(15.356)

(a) Estes valores são primeiramente registrados como despesas administrativas e posteriormente transferidos para custos e despesas comerciais;

(b) Estes valores referem-se aos gastos administrativos capitalizados, por se relacionarem com projetos e obras em andamento, alocados diretamente pelas Unidades de Serviços.

22. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Companhia provisionou o montante de R\$37.198 (R\$25.988 em 2015), a título de Participação nos Resultados do exercício de 2016, o qual encontra-se registrado na conta de Salários e Encargos Sociais, no passivo circulante. Em agosto de 2016, a Companhia efetuou o registro contábil do complemento da provisão do Programa de Participação nos Resultados referente ao exercício de 2015, no total de R\$15.925, representando no exercício de 2016 o montante de R\$53.123.

23. RESULTADO FINANCEIRO

Descrição	2016	2015
Receitas Financeiras		
Variações Monetárias Ativas	15.092	19.239
Aplicações Financeiras	39.510	23.698
Outras Receitas Financeiras	25.924	9.062
Totais das Receitas Financeiras	80.526	51.999
Despesas Financeiras		
Juros e Taxas de Financiamentos e de Debêntures	(193.566)	(157.189)
Variações Monetárias Passivas	(44.914)	(42.011)
Outras Despesas Financeiras	(6.327)	(12.273)
Totais das Despesas Financeiras	(244.807)	(211.473)
Resultado Financeiro, líquido	(164.281)	(159.474)

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS

Prática Contábil:

Ativos Financeiros

Classificação: A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias mantidas até o vencimento e disponíveis para venda.

Mensurados ao valor justo por meio do resultado: São registrados nesta categoria os instrumentos financeiros adquiridos mantidos para negociação, com o propósito de venda no curto prazo. Estes instrumentos são mensurados ao valor justo e tem seus ganhos e perdas reconhecidos diretamente no resultado. Caixa e equivalentes de caixa são classificados nesta categoria.

Empréstimos e Recebíveis: Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os saldos das contas a receber de clientes, saldos com partes relacionadas, depósito judiciais, adiantamento a empregados e demais contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são reconhecidos ao valor justo e subsequentemente contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Passivos Financeiros

A mensuração dos passivos financeiros depende de sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Empréstimos e financiamentos: Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Os empréstimos e financiamentos da Companhia compreendem os saldos de empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil financeiro, empreiteiros e fornecedores e contratos de concessão.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

A comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações contábeis, encontra-se a seguir:

Descrição	Valor Contábil		Valor Justo	
	2016	2015	2016	2015
Ativos Financeiros				
Caixa e Equivalentes de caixa	638.330	163.797	638.330	163.797
Contas a Receber de Clientes, líquido	570.503	487.017	570.503	487.017
Depósitos Vinculados	55.678	43.725	55.678	43.725
Ativos Financeiros Contratuais	172.381	77.420	172.381	77.420
Total	1.436.892	771.959	1.436.892	771.959
Passivos Financeiros				
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamento Mercantil Financeiro	2.712.074	2.336.008	2.712.074	2.336.008
Empreiteiros e Fornecedores	133.505	125.404	133.505	125.404
Títulos a Pagar	-	3.087	-	3.087
Contratos de Concessão	96.926	98.167	96.926	98.167
Total	2.942.505	2.562.666	2.942.505	2.562.666

A Companhia utilizou os seguintes métodos e premissas no cálculo do valor justo de seus instrumentos financeiros:

Caixa e Equivalentes de Caixa: os montantes divulgados no balanço patrimonial, aproximam-se do valor justo. O saldo refere-se, basicamente, a aplicações financeiras com características de curto prazo de alta liquidez, mantidas na Caixa Econômica Federal, em fundos de renda fixa, cuja carteira é composta em sua maioria de títulos públicos do Governo Federal.

Depósitos Vinculados: Os depósitos vinculados de longo prazo referem-se a programas da Agência Nacional da Água – ANA no valor de R\$4.180 (R\$3.747 em 2015); bem como as reservas mantidas junto à Caixa Econômica Federal, no valor de R\$15.351 (R\$13.437 em 2015), R\$11.094 (R\$4.771 em 2015) e R\$15.209 (R\$12.603 em 2015).

Contas a Receber: os montantes divulgados no balanço patrimonial para contas a receber aproximam-se do valor justo, considerando as provisões constituídas e a ausência de atualizações monetárias sobre a parcela vencida das contas a receber.

O saldo de contas a receber de clientes a curto e longo prazo decorrente de parcelamentos foi ajustado a valor presente.

A movimentação do Ajuste a Valor Presente foi a seguinte:

Descrição	2016	2015
Saldos no Início do Exercício	(2.840)	(1.661)
Ajuste a Valor Presente	(568)	(1.179)
Saldos no Final do Exercício	(3.408)	(2.840)

Ativos Financeiros Contratuais: representam a expectativa de valor residual a receber ao final dos contratos de programas, com base nos prazos das concessões.

Contas a Pagar: as contas a pagar a empreiteiros e fornecedores são compromissos vencíveis em um prazo máximo de 30 (trinta) dias, sendo, em razão disso, reconhecidos como valor justo. O prazo médio de pagamentos praticado pela Companhia é de 28 (vinte e oito) dias.

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures: são contabilizados ao valor justo no início da operação, líquidos dos custos das transações incorridas e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva, e não incluem encargos futuros em seus saldos. As características e taxas de atualização estão descritas na nota 11, e não representam riscos adicionais para a Companhia neste momento. Todos os empréstimos e financiamentos, em 31/12/2016, estão relacionados aos investimentos no ativo imobilizado e intangível.

Arrendamento Mercantil Financeiro: são contabilizados quando da efetiva disponibilidade do objeto arrendado, considerando inicialmente o valor justo dos ativos arrendados ou, se inferior, o valor presente dos pagamentos mínimos do contrato de arrendamento mercantil financeiro. O valor a pagar do arrendamento mercantil financeiro é segregado entre encargo financeiro e passivo em aberto. O encargo financeiro é apropriado durante o prazo contratual. Os eventuais pagamentos contingentes são contabilizados como despesa no período em que são incorridos. As características e taxas de atualização estão descritas na nota 11, e não representam riscos adicionais para a Companhia neste momento.

Contratos de Concessão: representa o saldo a pagar relativo ao contrato de concessão onerosa para exploração de serviços públicos junto a Prefeitura Municipal de Curitiba, pelo prazo de 30 anos, assinado em 06 de dezembro de 2001 (vide nota 12).

Risco de negócio: o negócio da Companhia refere-se basicamente a captar, tratar e distribuir água, coletar e tratar esgotos sanitários para 345 sedes municipais operadas no Estado do Paraná e 01 sede municipal no Estado de Santa Catarina, para as quais a Companhia detém as respectivas concessões municipais.

Existem diversos riscos associados, normais ao ramo de negócio da Sanepar, porém todos administrados ou amenizados de forma a não impactar, significativamente, os resultados das operações da Companhia. Estes riscos são basicamente associados aos seguintes fatores:

Risco de Taxa de Juros: risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

Este risco é proveniente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A composição dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro da Companhia expressos em reais sujeitos à taxa de juros variável e fixa estão apresentados abaixo:

Indexador	2016	2015
TR	870.430	804.662
TJLP	702.637	636.592
IPCA	351.435	334.337
DI	698.123	505.153
IPC-FIPE	41.108	-
Sem Correção Monetária	48.341	55.264
	2.712.074	2.336.008

Análise de Sensibilidade a taxa de juros: a seguir é apresentado o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de rentabilidade das aplicações financeiras e juros sobre os principais empréstimos e financiamentos sujeitos a taxas de juros variáveis, que possam gerar impactos significativos para a Companhia. Se as taxas de rentabilidade das aplicações financeiras e dos juros sobre os empréstimos mantidos em reais variassem em torno de 25% e 50% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no lucro antes dos impostos teria sido de R\$ 28.953 e R\$ 57.906 a mais ou a menos principalmente em decorrência de receitas de aplicações financeiras e de despesas de juros mais baixas ou mais altas nas aplicações financeiras e nos empréstimos de taxa variável conforme descrito a seguir:

Análise

Descrição	Indexador	+ 25%	-25%	+50%	-50%
Caixa FI Sanepar I Renda Fixa	DI	7.884	(7.884)	15.768	(15.768)
Ativos		7.884	(7.884)	15.768	(15.768)
Caixa Econômica Federal	TR	(3.551)	3.551	(7.102)	7.102
BNDES	TJLP	(2.167)	2.167	(4.334)	4.334
BNDES-PAC2	TJLP	(423)	423	(846)	846
Debêntures – 2ª Emissão – 1ª e 3ª Séries	TJLP	(2.266)	2.266	(4.532)	4.532
Debêntures – 2ª Emissão – 2ª Série	IPCA	(2.318)	2.318	(4.636)	4.636
Debêntures – 3ª Emissão – 1ª Série	DI	(7.234)	7.234	(14.468)	14.468
Debêntures – 3ª Emissão – 2ª Série	IPCA	(1.949)	1.949	(3.898)	3.898
Debêntures – 4ª Emissão – 1ª Série	TJLP	(1.470)	1.470	(2.940)	2.940
Debêntures – 4ª Emissão – 2ª Série	IPCA	(1.078)	1.078	(2.156)	2.156
Debêntures – 5ª Emissão – 1ª Série	DI	(4.169)	4.169	(8.338)	8.338
Debêntures – 5ª Emissão – 2ª Série	DI	(7.129)	7.129	(14.258)	14.258
Debêntures – 6ª Emissão – 1ª Série	DI	(990)	990	(1.980)	1.980
Debêntures – 6ª Emissão – 2ª Série	DI	(2.093)	2.093	(4.186)	4.186
Passivos		(36.837)	36.837	(73.674)	73.674
Efeitos no Lucro antes da Tributação		(28.953)	28.953	(57.906)	57.906

A TR considerada foi de 2,01% e a TJLP de 7,50%, obtidas junto ao BACEN - Banco Central do Brasil, o IPCA à taxa de 6,29%, obtida junto ao IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e o DI à taxa de 13,63% obtida junto à CETIP SA.

Risco de Crédito: praticamente toda a população do Estado é cliente da Companhia. Considerando nosso tipo de negócio não efetuamos nenhuma análise de crédito, adotando a prática de corte no abastecimento no caso de inadimplência mediante aviso prévio entregue por escrito ao usuário, com antecedência mínima de trinta dias da data prevista para o corte. O nível de perdas na realização das contas a receber é considerado normal para o setor de saneamento.

A prática do corte de abastecimento não é aplicada ao Poder Público, entretanto, a Administração vem concentrando esforços no sentido de reduzir os níveis de inadimplência, por meio de negociações com as prefeituras devedoras e a viabilização da prática de encontro de contas com aquelas que possuam créditos junto à Companhia, caso não haja acordo, a Companhia ingressa com cobrança judicial. Em relação ao Poder Público Estadual é considerado o parecer da Procuradoria Geral do Estado do Paraná sobre a possibilidade de compensação entre valores a receber de faturamento da Companhia e valores a pagar ao Estado do Paraná a título de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio.

Risco de Concessão: os resultados da Companhia dependem da manutenção das concessões nos municípios em que opera, geralmente os contratos de concessão e contratos de programas têm prazo de duração de 30 anos. Nesses contratos há previsão de cumprimento de metas de ampliação e manutenção dos sistemas de água e esgoto, relacionadas aos índices de atendimento com rede de abastecimento de água e atendimento com rede coletora de esgoto. Em algumas situações, o município concedente poderá rescindir o contrato antes de seu término ou ainda não autorizar a sua renovação, mediante indenização pelo valor justo dos saldos de investimentos ainda não depreciados/amortizados.

Derivativos: a Companhia não possui contratos de troca de índices (SWAP) ou operações que possam ser caracterizadas como instrumentos financeiros com derivativos, muito menos em aplicações de caráter especulativo ou outros ativos de riscos, e nem suas operações de mercado e de empréstimos e financiamentos estão expostas as flutuações de moedas estrangeiras, não necessitando realizar proteção cambial (*hedge*).

Risco de Liquidez: O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização / liquidação de seus direitos e obrigações. A Companhia estrutura os vencimentos dos contratos financeiros não derivativos, conforme demonstrado na nota explicativa 11, de modo a não afetar a sua liquidez. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez. Adicionalmente a Administração da Companhia aprovou a política de dividendos, caixa mínimo e gestão de risco de tesouraria e mercado.

Gestão de capital: O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital. A Companhia inclui na estrutura de dívida líquida os saldos de: empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 11), deduzidos caixa e equivalentes de caixa (nota 4).

Com o objetivo de manter a liquidez e sua capacidade de pagamento a Companhia utiliza como métrica de alavancagem a relação dívida líquida/patrimônio líquido. Para efeito de dívida líquida considera-se: empréstimos, financiamentos e debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa:

	2016	2015
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamento Mercantil Financeiro	2.712.074	2.336.008
Caixa e Equivalentes de Caixa	(638.330)	(163.797)
Dívida Líquida	2.073.744	2.172.211
Patrimônio Líquido	4.808.673	4.180.307
Relação Dívida Líquida/Patrimônio Líquido	0,43	0,52

25. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

Prática Contábil:

A Companhia mantém um plano misto de aposentadoria (contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para benefícios de risco) e na área de saúde patrocina um plano de benefícios médicos e odontológicos para seus empregados, dependentes e aposentados, cujos efeitos são reconhecidos pelo regime de competência e de acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação nº 695 da CVM, conforme demonstrado nesta Nota Explicativa.

A Sanepar é patrocinadora da Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social – FUSAN, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com a finalidade principal de administrar o plano de aposentadoria que objetiva suplementar os benefícios previdenciários aos empregados da Companhia.

O plano de aposentadoria administrado pela FUSAN, tem as seguintes características principais: contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para benefícios de risco (aposentadoria por invalidez, pensão por morte, auxílio-doença e acidente). Neste exercício a Patrocinadora repassou o montante financeiro de R\$28.340 (R\$26.949 em 2015) como contribuição à FUSAN.

A Companhia também é patrocinadora da Fundação Sanepar de Assistência Social, entidade sem fins lucrativos, que têm como atividade principal a administração do plano de saúde destinado aos colaboradores da Sanepar, ativos e aposentados, denominado SaneSaúde.

O SaneSaúde é um plano coletivo de assistência médica e odontológica, de autogestão, custeado mediante pré-pagamento, sendo as contribuições efetuadas em média 63,7% pela patrocinadora e 36,3% pelos beneficiários ativos e aposentados, por meio de contribuições mensais definidas no regulamento do plano, as quais são determinadas anualmente, com base em cálculos atuariais, que leva em consideração as faixas etárias de cada beneficiário, e a existência de fatores moderadores de utilização dos serviços oferecidos.

A título de contribuição para esta Fundação, a Companhia repassou financeiramente, neste exercício, o montante de R\$54.877 (R\$48.527 em 2015).

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela Previc – Superintendência Nacional de Previdência Complementar serão determinadas pelo atuário responsável pelo plano previdenciário, evidenciando a necessidade de se estabelecer um plano de equacionamento do déficit técnico, de acordo com a legislação, tendo em vista que a Entidade apresentou resultado deficitário pelo terceiro ano consecutivo. Adicionalmente, para fins de atendimento às determinações, contidas no CPC 33 (R1), aprovado pela Deliberação 695 da CVM, foi contratada a empresa Assistants Assessoria, Consultoria e Participações Ltda, que emitiu relatórios detalhados, suportando as informações incluídas nesta nota.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos passivos relacionados ao plano de aposentadoria e plano de assistência médica. O Método da Unidade de Crédito Projetada (PUC) foi utilizado para apuração da obrigação atuarial.

Demonstração do passivo atuarial:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	2016	2015
Valor Presente das Obrigações Atuariais	979.126	510.374	1.489.500	1.183.073
Valor Justo dos Ativos	(690.149)	(3.423)	(693.572)	(479.636)
Totais	288.977	506.951	795.928	703.437
Circulante	19.265	33.797	53.062	46.896
Não Circulante	269.712	473.154	742.866	656.541

Apuração do passivo atuarial:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	2016	2015
Valor presente da obrigação no início do ano	719.453	473.147	1.192.600	1.286.477
Custo de juros sobre a obrigação	97.880	67.183	165.063	143.335
Custo do serviço corrente	8.900	9.815	18.715	5.449
Benefícios pagos no exercício	(85.438)	(15.279)	(100.717)	(68.214)
Ganhos e (Perdas) atuariais do exercício	238.331	(24.492)	213.839	(178.709)
Contribuição Extraordinária Assistidos - Ajuste TAC	-	-	-	(5.265)
Obrigação total no exercício	979.126	510.374	1.489.500	1.183.073
Valor justo dos ativos do plano no início do ano	(478.255)	(1.381)	(479.636)	(441.625)
Juros sobre os ativos do plano	(63.812)	(88)	(63.900)	(54.434)
Contribuição dos participantes	(1.897)	-	(1.897)	(1.668)
Contribuição da patrocinadora	-	(19.493)	(19.493)	(14.820)
Benefícios pagos no exercício	85.438	15.279	100.717	68.214
Ganho (Perda) sobre os ativos do plano no exercício	(231.623)	2.260	(229.363)	(7.084)
Reversão Saldo de Conta - TAC	-	-	-	(28.219)
Valor justo dos ativos no exercício	(690.149)	(3.423)	(693.572)	(479.636)
Passivo reconhecido no final do exercício	288.977	506.951	795.928	703.437

A seguir descrevemos as premissas utilizadas na avaliação atuarial:

	2016	2015
Hipóteses Econômicas		
Taxa de Desconto para Saúde	11,53% ao ano	14,20% ao ano
Taxa de Desconto para Previdência	11,54% ao ano	14,20% ao ano
Taxa de Retorno Esperado dos Ativos para Saúde	11,53% ao ano	14,20% ao ano
Taxa de Retorno Esperado dos Ativos para Previdência	11,54% ao ano	14,20% ao ano
Crescimentos Salariais Futuros	3,50% ao ano	3,48% ao ano
Inflação	5,15% ao ano	6,40% ao ano
Crescimento Real dos Custos Médicos	3,00% ao ano	3,00% ao ano
Hipóteses Demográficas		
Tábua de mortalidade	AT-2000 Basic	AT-2000 Basic
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss D10	Winklevoss D10
Tábua de entrada em invalidez	Light Média D40	Light Média D30
Idade de aposentadoria	55 anos	55 anos

A seguir apresentamos um resumo dos dados que foram utilizados para a avaliação atuarial dos planos de benefícios oferecidos pela Companhia aos seus empregados:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica
Base de dados utilizada		
Data efetiva	31 out 2016	31 out 2016
Participantes ativos (passivo principal)	7.050	2.094
Assistidos/ Beneficiários em gozo de benefício	2.501	2.635
a. Aposentados	1.848	2.102
b. Pensionistas	653	533
Dependentes	-	2.739
Total de participantes	9.551	5.374

Distribuição da Massa de Beneficiários e os Prêmios Mensais Totais do Plano de Assistência Médica, em 31 de dezembro de 2016:

Faixa Etária	Total de Beneficiários¹	Valor em reais
0 a 18 anos	587	136,29
19 a 23 anos	1.008	195,65
24 a 28 anos	748	205,82
29 a 33 anos	450	233,87
34 a 38 anos	260	246,08
39 a 43 anos	225	319,40
44 a 48 anos	749	335,99
49 a 53 anos	1.349	438,69
54 a 58 anos	1.515	461,51
59 anos ou mais	3.836	500,47

¹ Cujo titular foi admitido até 01/03/2002

Rentabilidade dos Investimentos

No ano de 2016 a FUSAN obteve rentabilidade de 17,88% na sua carteira de investimentos, acima da meta atuarial de 12,71% (INPC/IBGE + 5,75% de juros ao ano).

O Conselho Deliberativo da FUSAN aprovou a Política de Investimentos para 2017, com o objetivo de parametrizar os investimentos para os próximos 5 anos, conforme estabelece a legislação em vigor.

A alocação estratégica da carteira avalia a adequação de cada investimento às necessidades do plano, a tabela abaixo detalha a alocação estratégica:

Segmento/ Mandato	Alocação %			Índice de Referência	Meta de Rentabilidade
	Objetivo	Mínimo	Máximo		
Renda fixa	77,6	30,0	100,0	70% CDI + 30% IMA-B	INPC + 5,75% aa
Renda variável	8,4	0,0	35,0	80% Ibovespa + 20% SMLL	INPC + 12% aa
Investimentos Estruturados	3,6	0,0	10,0	INPC + 7,5% aa	INPC + 10% aa
Investimento no Exterior	1,5	0,0	10,0	MSCI World	INPC + 12% aa
Imóveis	3,6	0,0	8,0	INPC	INPC
Operações com Participantes	5,4	0,0	15,0	INPC + 10% aa	INPC + 10% aa

Riscos associados ao Plano de Aposentadoria - FusanPrev:

- Risco de sobrevivência;
- Crescimento Salarial;
- Retorno de Investimentos (taxa de juros);
- Risco no regime de financiamento dos benefícios por morte pelo regime financeiro por repartição, o qual foi minimizado com a instituição de contribuição de riscos para o grupo de assistidos e reversão de parte das contribuições facultativas do participante.

Em relação às tábuas biométricas e crescimento de salários, consideramos que a Entidade definiu adequadamente as hipóteses, adequando-as à massa dos participantes, por meio do Estudo de Aderência das Hipóteses Atuariais e demais procedimentos de aprovação e ciência dos Conselhos e Patrocinadoras.

Quanto à hipótese da taxa de juros, a Entidade aplicará no exercício de 2017 a taxa de 5,75%, resultante da análise atuarial e econômico-financeira, a qual se encontra dentro dos limites expressos na Resolução nº 15, de 19 de novembro de 2014, e, em conformidade com a Portaria Previc nº 186, de 28 de abril de 2016. Diante de todo o estudo elaborado, constatou-se que ao longo do tempo a taxa de juros atuarial converge com a rentabilidade obtida no mercado financeiro. No atual cenário econômico nacional, a Entidade, mediante gestão proativa no sentido de otimizar a carteira de investimentos, está projetando a sustentação da atual taxa de juros de 5,75% como retorno de seu patrimônio.

A atual forma de financiamento dos benefícios por morte pelo regime financeiro por repartição tem perspectiva de custo crescente ao longo do tempo, a menos que a massa de participantes se renove proporcionalmente, de forma que se mantenha a idade média e o mesmo patamar médio de benefícios e principalmente de salários, base de cálculo de financiamento. É prudente que a Entidade estude alternativas que estabilizem o crescimento constante do custo de pensão por morte.

Riscos associados ao Plano de Assistência Médica - SaneSaúde:

- Crescimento real dos custos médicos;
- Taxa de juros;
- Sobrevivência;
- Regime financeiro de repartição simples.

A incorporação de tecnologia nos serviços médicos resulta um custo crescente na saúde, cujo comportamento tem característica universal. Da mesma forma, essa premissa é verificada quanto à incorporação de tecnologia nos materiais utilizados em exames, laboratórios, clínicas e hospitais. Historicamente se observa que os procedimentos médicos tendem a variar em percentuais acima da inflação.

Além deste ponto, a assunção de novas coberturas determinadas pelo agente regulador compõem um risco contínuo para o plano.

Outro ponto a observar é o efeito advindo do envelhecimento do grupo de beneficiários, o que no futuro poderá agravar a taxa de sinistralidade.

Plano de Custeio FusanPrev: O Plano de Custeio do Plano de Benefícios FusanPrev estabelecido para o exercício de 2016, com vigência de maio/16 a março/17, está ajustado de forma a atender o disposto no artigo 6º da Lei Complementar nº 108/2001, no que concerne à paridade de contribuições normais entre participante e patrocinadora, destacando que os percentuais de custeio deverão ser reavaliados após o prazo de um ano da avaliação ou na ocorrência de fato relevante.

Para cobertura do Custo Normal o Plano de Custeio corresponde a um percentual de contribuição individual para formação do saldo de conta, mínimo de 1,61% e máximo de 5,42%, além de um percentual para cobertura de benefícios de risco de 1,82% e ainda 0,38% para cobertura das despesas administrativas, aplicados sobre o salário de participação, para todas as categorias de participantes ativos e Patrocinadora, exceto contribuição de risco para opção em Benefício Proporcional Diferido.

Na contribuição facultativa do participante foi instituído um percentual de reversão de 24% e 0,76%, respectivamente, para cobertura de riscos e despesas administrativas, que será descontado do valor total desta contribuição.

Os participantes assistidos e patrocinadoras contribuirão com 1,87% aplicado sobre o benefício, sendo 1,49% para cobertura de benefícios de riscos em regime de repartição e 0,38% para cobertura das despesas administrativas.

A implantação da contribuição de risco para os assistidos e a reversão de parte das contribuições adicionais dos ativos para o custeio do risco ajudou na estabilização do custo das pensões. As contribuições adicionais dos ativos não são obrigatórias e ocorrem somente por opção do participante, pois não há contrapartida patronal, sendo que estas são essenciais para o custeio do risco.

Plano de Custeio SaneSaúde: O plano de custeio do SaneSaúde tem participação da empresa na ordem de 70% dos custos e 30% dos empregados. Possui coparticipação dos empregados para consultas e diversos exames. Está separado por faixas etárias de acordo com a legislação e está estruturado sob regime financeiro de repartição simples.

O SaneSaúde é custeado pela Sanepar, na qualidade de patrocinadora e por seus beneficiários inscritos no plano, por meio de contribuições mensais, determinadas na Tabela de Contribuições do SaneSaúde, a qual estabelece os valores dos prêmios mensais, por faixa etária e com base em cálculos atuariais. É custeado também, por valores (receitas) decorrentes dos Fatores Moderadores, quando da efetiva utilização dos serviços pelos respectivos beneficiários.

O montante mensal de contribuições é determinado pela multiplicação do número de beneficiários inscritos no plano pelo prêmio mensal definido na Tabela Anual de Custeio, de acordo com a faixa etária de cada beneficiário.

Sobre o montante mensal apurado, a participação da Sanepar será de 70% para custeio dos Beneficiários Titulares, Beneficiários Especiais, e respectivos dependentes, conforme definidos no Regulamento do Plano. Com relação aos dependentes a proporção da participação será a estabelecida em tabela específica.

A Sanepar não contribui para o custeio de Beneficiários Autopatrocinados, filhos designados, bem como, na aposentadoria dos Beneficiários Titulares com adesão ao SaneSaúde após março de 2002.

Os valores decorrentes da participação dos Beneficiários, relativos às suas contribuições e aos Fatores Moderadores de Utilização, definidos no Regulamento do Plano, serão descontados em folha de pagamento da Sanepar e repassados mensalmente à Fundação Sanepar.

A Tabela de Contribuições do SaneSaúde é avaliada e atualizada pelo atuário responsável pelo Plano com periodicidade máxima anual, sendo o resultado apurado submetido à apreciação e aprovação da Diretoria Executiva da Sanepar e do seu Conselho de Administração, para adequação da necessária estabilidade financeira-atuarial do Plano.

A vigência da Tabela de Contribuições do SaneSaúde compreenderá o período de 1º de junho até 31 de maio do ano seguinte.

Ativos do Plano

O valor justo dos ativos do plano aproxima-se do valor contábil e apresenta a seguinte composição:

Descrição	2016	%	2015	%
Renda Fixa (a)				
Cotas de Fundos de Renda Fixa	934.743		859.345	
Cotas de Fundos de Investimento em Crédito Privado	93.067		65.163	
Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	28.201		14.895	
Total Renda Fixa	1.056.011	79,6	939.403	81,3
Renda Variável (b)				
Cotas de Fundos de Investimentos Abertos	32.479		28.943	
Cotas de Fundos de Investimentos em Cotas de FI	49.257		40.199	
Carteira de Ações	12.929		12.899	
Total Renda Variável	94.665	7,1	82.041	7,1
Imóveis (c)	41.240	3,1	38.994	3,4
Operações com Participantes (d)	66.198	5,0	63.637	5,5
Estruturados (e)				
Cotas de FIP's	22.637		18.920	
Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	46.365		12.562	
Total Estruturados	69.002	5,2	31.482	2,7
Valor Justo dos Ativos do Plano	1.327.116	100	1.155.557	100

(a) Renda Fixa: Consiste em Títulos Públicos Federais e de crédito privado com remuneração determinada em sua compra;

(b) Renda Variável: Ativos negociados em bolsa de valores e regulados por órgãos oficiais cujos retornos e aplicações não podem ser dimensionados no momento da aplicação;

(c) Imóveis: Empreendimentos imobiliários de propriedade da Fundação;

(d) Operações com participantes: Operações de empréstimo para participantes do plano;

(e) Estruturados: Ativos em participações de projetos não negociados em bolsa e fundos multimercados enquadrados neste segmento.

Tipos de investimentos não permitidos:

- *Day-Trade*: é vedada a realização de operações de *day-trade* nos fundos exclusivos investidos pelo plano;
- Financiamentos imobiliários: é vedada a concessão de financiamentos imobiliários, previstos no Segmento de Operações com Participantes, durante a vigência dessa Política de Investimentos;

A seguir apresentamos análise de sensibilidade de hipóteses:

- O investimento em Parcerias Público-Privadas (PPPs) somente será permitido quando a operação fizer sentido econômico-financeiro, em termos relativos às demais alternativas que se apresentem para a FUSAN. Além disso, essa operação deverá necessariamente contar com a aprovação do Conselho Deliberativo;
- As operações com derivativos em fundos exclusivos podem ser realizadas somente se estiverem em conformidade com as restrições estabelecidas pela legislação vigente e na Política de Investimentos.

Não serão permitidos investimentos em papéis ou instrumentos classificados como "Grau Especulativo", considerando-se a classificação descrita na seção Risco de Crédito da Política de Investimentos.

A seguir demonstramos a projeção das despesas para o exercício de 2017:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	2017
Custo do Serviço Corrente	11.526	10.303	21.829
Custo dos Juros	103.656	55.232	158.888
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(70.538)	-	(70.538)
Contribuições da Patrocinadora	(2.064)	-	(2.064)
Totais	42.580	65.535	108.115

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica
Valor da Obrigação no Período	979.125	510.374
Taxa de Juros		
Com Acréscimo de 1%	887.235	462.475
Variação %	(9,0%)	(9,0%)
Com Redução de 1%	1.080.533	563.233
Variação %	10,0%	10,0%
Crescimento de Custos		
Com Acréscimo de 1%	-	562.044
Variação %	-	10,0%
Com Redução de 1%	-	463.454
Variação %	-	(9,0%)
Crescimento Salarial		
Com Acréscimo de 1%	987.071	-
Variação %	1,0%	-
Com Redução de 1%	971.926	-
Variação %	(1,0%)	-

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Companhia possui dois segmentos de negócios claramente identificáveis, que são tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto sanitário. O processo de coleta e tratamento de resíduos sólidos foi considerado no segmento de esgoto. O lucro operacional por segmento é representado pela receita, deduzida dos custos diretos e despesas operacionais diretas e indiretamente alocáveis a estes segmentos. Os ativos e passivos identificáveis por segmento estão apresentados separadamente. Os ativos e passivos corporativos não foram diretamente atribuídos a cada segmento de negócio. A Companhia avalia a *performance* por segmento, com base em informações geradas pelos registros contábeis, sendo que diversas despesas são alocadas por meio de rateio, na seguinte apresentação:

Descrição	2016			2015		
	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Receita Operacional Direta	2.402.458	1.311.375	3.713.833	2.023.923	1.073.472	3.097.395
Outras Receitas Operacionais	16.027	11.146	27.173	51.359	34.598	85.957
Total da Receita Operacional Bruta	2.418.485	1.322.521	3.741.006	2.075.282	1.108.070	3.183.352
Deduções da Receita (PASEP e COFINS)	(155.364)	(108.117)	(263.481)	(126.722)	(85.445)	(212.167)
Receita Operacional Líquida	2.263.121	1.214.404	3.477.525	1.948.560	1.022.625	2.971.185
Custo	(1.055.868)	(389.240)	(1.445.108)	(992.747)	(352.415)	(1.345.162)
Lucro Bruto	1.207.253	825.164	2.032.417	955.813	670.210	1.626.023
Despesas Comerciais	(149.265)	(103.802)	(253.067)	(121.162)	(81.618)	(202.780)
Despesas Administrativas	(363.428)	(252.733)	(616.161)	(353.693)	(238.259)	(591.952)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(8.587)	(2.610)	(11.197)	(10.184)	(5.172)	(15.356)
Resultado Equivalência Patrimonial	-	(3.361)	(3.361)	-	(1.688)	(1.688)
Resultado Financeiro, líquido	(71.665)	(92.616)	(164.281)	(78.331)	(81.143)	(159.474)
Programa de Participação no Resultado	(31.333)	(21.790)	(53.123)	(24.466)	(16.481)	(40.947)
Provisões	(25.151)	(18.002)	(43.153)	2.502	1.847	4.349
Planos de Aposentadoria e Assistência Médica	(58.103)	(40.386)	(98.489)	(46.564)	(31.297)	(77.861)
Lucro Antes dos Impostos e Contribuições	499.721	289.864	789.585	323.915	216.399	540.314
Imposto de Renda e Contribuição Social	(102.995)	(59.743)	(162.738)	(61.071)	(40.799)	(101.870)
Lucro Líquido do Exercício	396.726	230.121	626.847	262.844	175.600	438.444
Margem Operacional	20,7%	21,9%	21,1%	15,6%	19,5%	17,0%
Margem Líquida	17,5%	18,9%	18,0%	13,5%	17,2%	14,6%
EBITDA	687.567	483.410	1.170.977	507.016	386.966	893.982
Margem EBITDA	30,4%	39,8%	33,7%	26,0%	37,8%	30,1%
Investimentos no Imobilizado/Intangível no Período (a)	280.391	462.010	742.401	318.247	476.842	795.089
Participação Societária – CS Bioenergia	-	12.403	12.403	-	5.287	5.287
Endividamento – Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamento Mercantil Financeiro	1.069.901	1.642.173	2.712.074	981.340	1.354.668	2.336.008
Imobilizado e Intangível, líquidos	3.206.916	4.123.745	7.330.661	3.077.904	3.813.739	6.891.643
Depreciações e Amortizações do Período	(116.181)	(100.930)	(217.111)	(104.770)	(89.424)	(194.194)
Contas a Receber (Circulante e Não Circulante) (b)	473.193	247.054	720.247	412.011	203.241	615.252
Total do Ativo	4.135.857	5.318.262	9.454.119	3.682.187	4.562.488	8.244.675
Total do Passivo (Circulante e Não Circulante)	1.870.188	2.775.258	4.645.446	1.707.441	2.356.927	4.064.368
Quantidade de Usuários – Não Auditado/Revisado (c)	3.025.780	1.953.484	-	2.979.363	1.859.533	-
Volume Milhares de m³ Faturados – Não Auditado/Revisado (d)	587.460	408.530	-	582.594	392.453	-

(a) Os valores investidos em bens de uso administrativo foram alocados proporcionalmente aos investimentos de cada segmento;

(b) Apresentadas pelo valor bruto;

(c) Os usuários incluídos no segmento de esgoto estão praticamente todos incluídos no segmento de água;

(d) Os volumes faturados do segmento de esgoto são derivados dos volumes faturados do segmento de água.

27. SEGUROS

A Companhia possui contrato de seguro com a SOMPO Seguros S/A para a cobertura de seus principais ativos situados em diversas localidades em todo o Estado do Paraná, no montante de R\$968.336, com vigência abrangendo o período de 09/01/2017 a 09/01/2018, para cobertura básica, incêndio, vendaval e danos elétricos em equipamentos.

Ativo	Importância Segurada
Edifícios	497.299
Máquinas e Equipamentos e Veículos	411.931
Estoque	59.106
Total	968.336

Adicionalmente a Companhia possui apólices de Seguro Garantia Judicial com a finalidade de garantir valores que seriam depositados e/ou substituir os valores já depositados e/ou bens penhorados em processos judiciais de ações trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais. Até 31 de dezembro de 2016 a Companhia ofereceu garantias através do Seguro Garantia em 63 processos judiciais no montante de R\$166.595 sendo 15 apólices com a seguradora Fairfax Brasil Seguros Corporativos S/A e 48 apólices com a Pottencial Seguradora S/A.

A Companhia também firmou contrato com a Zurich Minas Brasil Seguros S/A para cobertura securitária na modalidade de responsabilidade civil para conselheiros, diretores e administradores da Sanepar (D & O – Directors and Officers) com abrangência Nacional e Internacional, tendo como limite máximo de indenização R\$20.000, com vigência do contrato por 365 dias com encerramento em 14/04/2017.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 18 de janeiro de 2017, foi realizada a 1ª/2017 Reunião Ordinária do Conselho de Administração, tendo como ordem do dia a indicação do Sr. Paulo Rogério Bragatto Battiston para o cargo de Diretor de Financeiro que produzirá efeito quando de sua efetiva posse que deverá ocorrer em prazo não superior a 30 dias.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião em separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita não faturada

Parte das receitas reconhecidas pela Companhia referem-se a serviços prestados e não faturados aos consumidores finais ("receitas não faturadas"), uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base ciclos de faturamento que em alguns casos se sucedem ao período de encerramento contábil. No encerramento de cada mês, a Companhia determina com base em estimativas que incluem dados históricos como a média de consumo obtida da última leitura de hidrômetros, uma estimativa de consumo a ser atribuída a cada consumidor para o período compreendido entre a data da leitura e o encerramento do mês, com a finalidade de registrar sua receita incorrida e não faturada. A divulgação dos critérios

adotados para reconhecimentos da receita, bem como os montantes apropriados para cada segmento de negócio em que a Companhia opera, estão incluídas nas notas explicativas 19 e 26.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, considerando a magnitude dos montantes envolvidos e o grau de julgamento da Administração na estimativa, que pode acarretar no reconhecimento de receita em período incorreto e/ou risco de receita inexistente e, portanto, apresentam um risco de distorção relevante às demonstrações contábeis.

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, a avaliação dos controles internos chaves implementados pela Companhia sobre o processo de reconhecimento de receita, com foco adicional sobre a avaliação da existência e adequada valorização destas receitas. Adicionalmente, efetuamos o recálculo das estimativas de faturamento que resultam nos saldos reconhecidos nas demonstrações contábeis, testes de lançamentos não rotineiros efetuados nas contas de receita, além de teste de inspeção física de documentação para uma amostra de vendas registradas durante o exercício.

Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre este assunto incluídas pela Companhia nas notas explicativas anteriormente mencionadas.

Plano de aposentadoria e plano de assistência médica

A Companhia é patrocinadora de plano de aposentadoria complementar na modalidade de benefício definido, bem como também é patrocinadora do plano de saúde destinado aos empregados ativos e aos aposentados. A apuração de suas obrigações atuariais é determinada de acordo com laudo atuarial emitido por seu atuário. Os critérios de mensuração da obrigação atuarial da Companhia e dos ativos e passivos desses planos, bem como seus impactos sobre as demonstrações contábeis, estão divulgados na nota explicativa 25.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria considerando a magnitude dos montantes envolvidos, além do alto grau de julgamento associado ao processo de mensuração da obrigação atuarial da Companhia, que inclui a utilização de premissas altamente subjetivas e complexas que são afetadas pela expectativa futura de mercado ou condições econômicas, tais como taxas de juros de longo prazo, taxas de rendimento dos ativos do plano, índice de aumento salarial, rotatividade, mortalidade, taxas de desconto e inflação. Variações nessas premissas podem ter um impacto material sobre os montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos especialistas da área atuarial para nos auxiliar na avaliação das premissas utilizadas no cálculo dos passivos atuariais dos planos de benefícios pós emprego. Confrontamos essas premissas com dados de mercado comparáveis e parâmetros de referência desenvolvidos internamente a partir de cálculos independentes efetuados como parte de nossos procedimentos. Adicionalmente, nossos especialistas da área atuarial nos auxiliaram na avaliação da adequação das divulgações realizadas pela Companhia em relação ao assunto. No que diz respeito aos ativos do plano de pensão, nossos procedimentos de auditoria incluíram testes de confirmação de existência e avaliação destes ativos em conjunto com especialistas.

Demandas administrativas e judiciais

Como resultado de suas atividades operacionais, a Companhia é parte em diversos processos trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias cujo valor agregado totaliza R\$

404.323 em 31 de dezembro de 2016, e, considerando sua probabilidade de perda avaliada como possível, nenhuma provisão foi constituída. Este assunto está divulgado na nota explicativa 15 às demonstrações contábeis.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos nos processos, ao grau de julgamento envolvido para a determinação se uma provisão deve ser registrada, bem como pela complexidade do ambiente tributário no Brasil.

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, a obtenção e análise de cartas de confirmação junto aos consultores jurídicos externos da Companhia, a fim de comparar suas avaliações acerca das causas em aberto com as posições consideradas pela administração, bem como a realização de reuniões periódicas com a administração e com o departamento jurídico para discutir a evolução dos principais processos judiciais em andamento.

Adicionalmente, avaliamos se as divulgações sobre o assunto e especificamente sobre as contingências mais significativas incluídas na nota explicativa 15 foram adequadas.

Contratos de concessão

A Companhia realiza suas operações tendo por base contratos de concessão, os quais devido à sua época de assinatura apresentavam duas categorias distintas denominadas: Contratos de programa e Contratos de concessão. Para os Contratos de programa, a Companhia efetua a bifurcação dos valores dos ativos entre ativo financeiro e ativo intangível. Para os Contratos de Concessão, firmados antes da Lei 11.445/07, os valores dos bens são registrados no ativo intangível, sem realização dessa bifurcação. Este assunto está divulgado na nota explicativa 9 às demonstrações contábeis.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos, além do fato que tal bifurcação e o cálculo do valor presente do ativo financeiro, é complexo e envolve julgamento e utilização de premissas subjetivas por parte da Administração da Companhia, como a definição da taxa de desconto.

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, a avaliação dos controles internos implementados pela Companhia sobre este processo, bem como a avaliação da adequação do registro contábil resultante e avaliação das premissas adotadas e cálculos efetuados para o ajuste a valor presente. Obtivemos os novos contratos de programa firmados pela Companhia durante o ano. Adicionalmente, para uma amostra selecionada efetuamos teste de bifurcação do contrato entre ativos financeiros e ativos intangíveis, análise documental das adições relevantes no período, análise da natureza dos gastos capitalizados e sua adequação em relação às normas contábeis em vigor, além de recálculo da amortização com base nas taxas contidas no laudo de vida útil preparado pela Companhia.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança sobre as demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevan-

te nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 30 de janeiro de 2017.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP 015.199/F-6

Alexandre Rubio

Contador CRC 1SP223361/O-2



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam aos exames do Relatório de Administração, das Demonstrações Contábeis e da Proposta para Destinação dos Lucros referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 e, baseados nos documentos examinados, nas informações recebidas da Administração e no “Relatório” sem ressalvas dos Auditores Independentes, “Ernst & Young Auditores Independentes S/S”, datado de 30 de janeiro de 2017, são de opinião que os mesmos refletem em todos os seus aspectos materiais a posição patrimonial e financeira da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, naquela data e opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Curitiba, 07 de fevereiro de 2017.

IVENS MORETTI PACHECO

Presidente

GEORGE HERMANN RODOLFO TORMIN

Conselheiro

CLÉVER UBIRATAN TEIXEIRA DE ALMEIDA

Conselheiro

NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS

Conselheiro

ROBERTO KNOEPFELMACHER

Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Mounir Chaowiche (Diretor-Presidente)
Gustavo Fernandes Guimarães (Diretor Financeiro)
Paulo Alberto Dedavid (Diretor de Operações)
Ney Amilton Caldas Ferreira (Diretor de Relações com Investidores)
João Martinho Cleto Reis Júnior (Diretor de Investimentos)
Antonio Carlos Salles Belinati (Diretor Comercial)
Julio Jacob Junior (Diretor Jurídico)
Luciano Valério Bello Machado (Diretor Administrativo)
Glauco Machado Requião (Diretor de Meio Ambiente e Ação Social)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Mauro Ricardo Machado Costa (Presidente)
Carlos Fernando Horta Bretas (Vice-Presidente)
Michele Caputo Neto
Marcia Carla Pereira Ribeiro
Eduardo Francisco Sciarra
Paulino Viapiana
Ezequias Moreira Rodrigues
Luiz Carlos Brum Ferreira
Elton Evandro Marafigo

CONSELHO FISCAL

Ivens Moretti Pacheco (Presidente)
Cléver Ubiratan Teixeira de Almeida
George Hermann Rodolfo Tormin
Newton Brandão Ferraz Ramos
Roberto Knoepfelmacher

CONTADOR

Ozires Kloster
Gerente Contábil
Contador
CRC-PR 030.386/O-8





sanepar.com.br